

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Luziane Graciano Martins

INSCRIÇÕES E CITAÇÕES:

nas pegadas e vestígios da noção de agroecologia em TCCs do curso de
Agronomia do MST em convênio com a UFFS

PORTO ALEGRE

2021

Fonte: Movimentosemterra (2020).

Luziane Graciano Martins

INSCRIÇÕES E CITAÇÕES:

nas pegadas e vestígios da noção de agroecologia em TCCs do curso de
Agronomia do MST em convênio com a UFFS

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima.

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa.

PORTO ALEGRE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões
Vice-reitora: Profa. Dra. Patricia Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Direção: Profa. Dra. Ana Maria de Moura
Vice-direção: Profa. Dra. Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Coordenador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
Coordenador substituto: Prof. Dr. Moises Rockemback

CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Luziane Graciano
Inscrições e citações: nas pegadas e vestígios da
noção de agroecologia em TCCs do curso de Agronomia do
MST em convênio com a UFFS / Luziane Graciano
Martins. -- 2021.
152 f.
Orientadora: Marcia Heloisa Tavares de Figueredo
Lima.

Coorientador: Rodrigo Silva Caxias de Sousa.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Noção. 2. Conceito. 3. Agroecologia. 4. MST. 5.
Análise do Discurso. I. Lima, Marcia Heloisa Tavares
de Figueredo, orient. II. Sousa, Rodrigo Silva Caxias
de, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Saúde
Rua Ramiro Barcelos, 2705, Sala 216
CEP 90.035-007 - Porto Alegre/RS
Telefone: (51) 3308-5123
E-mail: ppgcin@ufrgs.br

Luziane Graciano Martins

Inscrições e citações: nas pegadas e vestígios da noção de agroecologia em TCCs do curso de Agronomia do MST em convênio com a UFFS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul em cumprimento para fins de obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Porto Alegre, 27 de abril de 2021.

Resultado: **Aprovada**

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Marcia Heloísa Tavares de Figueredo Lima (Orientadora)
Departamento de Ciências da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa (Coorientador)
Departamento de Ciências da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Lídia Silva de Freitas
Departamento de Ciências da Informação
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt
Departamento de Ciências da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Valdir José Morigi
Departamento de Ciências da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Dedico este trabalho a minha primeira referência camponesa, mãe, pai, irmãos e irmã,
pessoas que eu amo muito e admiro pela força e bravura de manterem-se no campo,
conectados com a natureza, até os dias de hoje.*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai para a pessoa da minha vida, que, numa noite em Garopaba, comendo sushi e tomando uma cerveja, escutava-me atentamente falar com muito orgulho que o MST estava formando a primeira turma de Agronomia, e que, em determinado momento, interrompeu-me dizendo: “Luzi, aqui está a tua dissertação! Tu tens que falar do MST, falar da tua origem camponesa, dos teus pais e dos teus irmãos”. Andressa, minha mozy, você fez e faz parte de tudo isso, você riu comigo e incentivou-me a crescer enquanto mulher, mãe e pesquisadora. Sonhou comigo e, juntas, crescemos, choramos abraçadinhas de alegria, como foi no final do show do Coldplay, na Arena do Grêmio, na aprovação no mestrado e no nascimento do nosso Nico, e agora por videochamada, na qual choramos a dor da distância, dos momentos difíceis e dos momentos felizes que temos passado. Você sentiu raiva junto comigo, mas conseguiu trazer-me para a razão, sentiu orgulho e incentivou-me a seguir, sentiu dor quando me machucaram e ajudou-me a montar os meus caquinhos, fazendo um mosaico de amor e de superação. Sentimos a alegria de compartilhar muitos momentos de nossas vidas, e nada poderá nos tirar esse afeto tão grande que sentimos uma pela outra. Pela mamis que dividimos, a Leila, meu amor e pela enorme família que formamos, em que o único e mais forte laço que temos é o amor. Te amo, mozy!

Agradeço ao meu filho amado, Bernardo, por ser esse ser tão gostoso de partilhar a vida e os sonhos, que já não senta mais do meu lado para ouvir minhas escritas, como foi na Graduação, mas que, hoje, me dá suporte baseado no amor, no aconchego do seu olhar caramelo e no quentinho do seu abraço, que me envolve num gostoso aconchego. Te amo, filho!

Não poderia deixar de agradecer ao meu grupo da vida e do coração, Carai Tinquí Winqui, as minhas musas inspiradoras Dai (louca pra te abraçar muito, viu!), Allannys (meu amore, não vejo a hora de te dar tantos beijinhos) e Andressa (o dia do cafuné depois do almoço vai chegar), que fazem meu dia mais feliz, sendo compreensivas quando estive em crise, dando puxão de orelha quando merecia, mas que, acima de tudo, estavam ali me dando muito amor e afeto. Amo vocês!

Ao meu outro grupo BiblioGralhas BAR, minhas divas inspiradoras Luisia (a nossa verdi), Naty (mamãe delícia), Lúcia (a mais séria do rolê), Cati (o trio elétrico da minha vida) e Andressa (o meu grilo falante, que está em todas as frentes hahahaha), agradeço a parceria de sempre e por essa amizade que é o motivo de maior felicidade. Amo vocês, Gralhas!

Ahh... Cati, miga sua loka, cá estamos nós parindo uma dissertação, que, há 24 meses, gestávamos. Lembro como se fosse hoje o dia em que tiramos fotos do nosso projetinho em meio às estantes da BIBCSH, e, agora, estamos aqui juntas e orgulhosas, finalizando nossas belas pesquisas. Te amo, amiga linda! #tamojuntas

A minha amiga Marluce por todo afeto e atenção. Agradeço por você ser essa pessoa maravilhosa, que sempre está ao meu lado, em qualquer momento, nas alegrias e nas tristezas. Obrigada por estar junto nesta e em outras trips que virão!

Quero, também, agradecer à Ju, minha amiga e professora de inglês, minha grande incentivadora que sempre acreditou que eu poderia fazer mais do que eu imaginava. Agradecer por todas as vezes que me acolheu no seu coração e na sua escuta atenta. Obrigada de coração!

Ao Luis Fernando, meu amigo e companheiro de todas as horas, obrigada por ser meu príncipe, meu amor, minha alegria!

Ao meu amor, Luciano, não quero fazer uma carta de amor, mas isso torna-se impossível diante desse cara incrível que eu tive o prazer de conhecer e de ter na minha vida. Amor, não podia deixar de agradecer por estar ao meu lado, com coração aberto e com uma escuta sensível, sempre tentando indicar-me saídas para os meus problemas. Nossos olhares cruzaram-se em meio a um projeto de dissertação e, nesse tempo todo, você esteve tão presente nesse projeto, já realidade, mas, hoje, continuamos fazendo outros projetos de vida juntos, com a certeza de que, além de companheiros e namorados, somos melhores amigos, cúmplices e confidentes. Obrigada por todas as vezes em que me fez flutuar de alegria e por todas as vezes em que abriu seus braços para eu chorar em seu peito e com seu abraço de urso e voz confortante, deu-me a paz que precisava. Meu amor, prometo estar sempre ao seu lado, assim como você esteve ao meu, apesar de achar que você não precisa, né, meu super-homem hahahaha. Enfim, queria dizer que eu amo tudo em você e principalmente o que existe aí no seu coração. Te amo, moção!

Por fim, agradeço a quem me acompanhou teórica e metodologicamente nesta sinuosa trilha do saber, orientadora Márcia e coorientador Rodrigo. Agradeço profundamente pelas reflexões levantadas durante o percurso de dois anos, nas conversas mediadas via tecnologia em tempos pandêmicos, em que o conhecimento parece estar no obscurantismo da desinformação.

*“O movimento Sem-Terra nasceu da necessidade
Da vida que leva um povo que passa dificuldade
Seus princípios e fundamentos são a terra e seus problemas
Solo mal utilizado, espúrio de um mau sistema...
Nos fecharam as vias legais, só nos restam os acampamentos
Resistir à polícia e às armas, conquistar novos assentamentos
Desta terra somos herdeiros, brasileiros de fibra e talento
Nós queremos um novo porvir e suprir o país de alimento.”*

*A terra chama à luta
Canções de luta*

RESUMO

Esta pesquisa desenvolveu, de forma qualitativa, um estudo exploratório e descritivo, que buscou analisar a produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos estudantes de Agronomia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir do manuseio dos primeiros trabalhos, houve uma percepção recorrente de um modo de tratar a questão da produção de alimentos pelo MST sobre a agroecologia, noção a partir da qual delineamos o objetivo geral, de conhecer os diferentes usos da noção de agroecologia nos discursos utilizados e produzidos nos TCCs do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em convênio com o MST. Os objetivos específicos foram: a) identificar o perfil socioeconômico dos estudantes (sexo, procedência geográfica e pertencimento aos assentamentos) que realizaram o curso de Agronomia na UFFS; b) elencar quais temáticas circundam a noção de agroecologia nos TCCs dos formandos de Agronomia da UFFS; c) extrair categorias centrais da agroecologia que são explicitadas nos TCCs; d) analisar as apropriações das enunciações sobre a agroecologia em meio ao discurso científico utilizado, a partir das categorias emergidas. As etapas da pesquisa pautaram-se nas pistas metodológicas, sendo procedida uma busca no repositório institucional da UFFS pela expressão “Ênio Guterres”, nome que designa a turma de formandos no segundo semestre de 2018. Foram recuperados quarenta e três (43) trabalhos, os quais, em sua maioria, guardam relação com o tema agroecologia. A distribuição dos TCCs por gênero dos formandos visou refletir sobre a presença e o papel das mulheres no MST. Os Estados que tiveram maior produção de pesquisa em assentamentos estão na região sul. Com relação às palavras-chave, os termos que ficaram em evidência foram a “agroecologia” seguida do “MST”, “mulheres agricultoras” e “autonomia”. A metodologia pautou-se na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) e na Análise do Discurso (FOUCAULT, 2013). A análise temática dos TCCs permitiu a distribuição das marcas discursivas em categorias. Como resultados aqui apresentados, organizamos um mapeamento quantitativo das categorias temáticas emergidas: “Sujeitos”, “Sistema produtivo”, “Luta de classes e resistência camponesa” e “Formas de trabalho”, e, por meio de uma análise qualitativa, identificamos os tipos de enunciados/discursos construídos pelos formandos acerca de uma noção compartilhada. A comparação dos resultados obtidos nesta pesquisa subsidiaram análises referentes à parte da construção social da noção de agroecologia, enfatizando o discurso acadêmico dos trabalhos monográficos da primeira turma de formandos do MST. A partir das operações discursivas em que a informação é reconduzida e apropriada, ficou evidente a vontade de obter e consolidar conhecimentos por parte do Movimento.

Palavras-chave: Noção de agroecologia. Conceito. MST. Análise do Discurso.

ABSTRACT

This research developed, in a qualitative way, an exploratory and descriptive study, which sought to analyze a production of undergraduate thesis (TCC) in the Movement of Landless Rural Workers (MST) in settlements. From the handling of the first works, there was a recurring perception of a way of dealing with the issue of food production by the MST. Also about “agroecology”, from which the general objective was outlined, which is to know the different uses of the notion of “agroecology” in the speeches used and available in the TCCs of the Agronomy course at the Federal University of Fronteira Sul (UFFS) in partnership with the MST. The specific objectives were: to identify the socio-economic profile of the students (sex, geographical origin, and belonging to the settlements), who took the Agronomy course at UFFS; b) to list which themes surround the notion of agroecology in the TCCs of UFFS Agroecology undergraduates; c) to extract categories from agroecology, which are explained in the TCCs; d) to analyze the appropriations of the word “agroecology” in the midst of the scientific speech used, based on the categories that emerged. The stages of the research were based on the methodological clues and search was conducted in the institutional repository of UFFS for the expression “Ênio Guterres”, the name of the graduating class in the second semester of 2018. Forty-three (43) works were recovered, most of which are related to the agroecology theme. The distribution of the TCCs by gender of the graduating students aimed to ponder the presence and the role of women in the MST. The states that had the greatest research production about settlements are in the Southern Region. Regarding the keywords, the most prominent terms were “agroecology” followed by “MST”, “women farmers”, and “autonomy”. The methodological approaches used were Content Analysis (BARDIN, 2016) and Discourse Analysis (FOUCAULT, 2013). The thematic analysis of the TCCs allowed the distribution of the discursive marks in categories. As results presented here, we organized a quantitative mapping of the emerged thematic categories, “Subjects”, “Productive system”, “Class struggle and peasant resistance”, and “Forms of work”. In addition, through qualitative analysis, we identified the types of statements/speeches constructed by the graduating students through a shared notion. The comparison of the results obtained in this research supported analyses related to the social construction part of the notion of “agroecology”, emphasizing the academic discourse of the monographic works of the first class of graduates of the MST. From the discursive operations in which the information is returned and appropriated, the willingness to obtain and consolidate knowledge on the part of the Movement became evident.

Keywords: Notion of agroecology. Concept. MST. Speech analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nuvem de palavras.....	65
Figura 2	Mapa das pesquisas por regiões.....	77
Figura 3	Categoria “Sujeitos” – Nuvens de palavras de maior ocorrência.....	81
Figura 4	Categoria “Sujeitos” – Nuvens de palavras de menor ocorrência.....	84
Figura 5	Categoria “Sistema produtivo” – Nuvem de palavras.....	105
Figura 6	Categoria “Formas de trabalho” – Nuvem de palavras.....	108
Figura 7	Categoria “Luta de classes e resistência camponesa” - Nuvem de palavras...	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ocorrência de termos, palavras ou expressões.....	67
Tabela 2	Categorias temáticas.....	69
Tabela 3	Categoria “Sujeitos” – Ocorrências das subcategorias.....	80
Tabela 4	Categoria “Sistema produtivo” – Ocorrências das subcategorias.....	97
Tabela 5	Categoria “Formas de trabalho” – Ocorrências das subcategorias.....	107
Tabela 6	Categoria “Luta de classes e resistência camponesa” – Ocorrências das subcategorias.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Categorias emergidas dos TCCs.....	64
Quadro 2	Termos circundantes a noção de agroecologia.....	150
Quadro 3	Definição das categorias temáticas selecionadas.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Categoria gênero.....	73
Gráfico 2	Procedência das pesquisas	75
Gráfico 3	Tipo de estudo.....	78

SUMÁRIO

1 NAS PEGADAS DA AGROECOLOGIA	14
2 MOVIMENTOS E LAÇOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS.....	27
2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DA PRIMAZIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA À ANÁLISE DA INFORMAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	27
2.2 A AGROECOLOGIA E O MST: RECONHECENDO O CAMPESINATO COMO GUARDIÃO DAS FLORESTAS.....	31
2.3 LUTA, VIDA E SOBERANIA: O MOVIMENTO SOCIAL DE AGRICULTORES SEM TERRA	38
2.4 O SISTEMA AGROECOLÓGICO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COMO ESCOLHA POLÍTICA	44
3 ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS.....	54
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PEGADAS.....	54
3.2 CONTEXTO E <i>CORPUS</i> DAS PEGADAS.....	57
3.3 INSTRUMENTOS ARQUEOLÓGICOS DE COLETA.....	58
3.4 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS.....	59
3.5 NA TRILHA DOS PROCEDIMENTOS ARQUEOLÓGICOS	63
4 INTERPRETAÇÕES DOS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS DA NOÇÃO DE AGROECOLOGIA	72
4.1 CATEGORIA GÊNERO	73
4.2 CATEGORIA PROCEDÊNCIA.....	75
4.3 CATEGORIA ESPAÇO GEOGRÁFICO	76
4.4 CATEGORIA TEMÁTICA SUJEITOS: A CONSTITUIÇÃO DO INTELLECTUAL ORGÂNICO DO MST78	
4.5 CATEGORIA TEMÁTICA SISTEMA PRODUTIVO: AGROECOLOGIA E AGRONEGÓCIO EM TENSÃO DISCURSIVA	96
4.6 CATEGORIA TEMÁTICA FORMAS DE TRABALHO: SOCIABILIDADE	106
4.7 CATEGORIA TEMÁTICA LUTA DE CLASSES E RESISTÊNCIA CAMPONESA	115
4.8 TESSITURA ENTRE SUJEITOS POLÍTICOS EM DISCURSOS AGROECOLÓGICOS.....	121
4.9 ATRAVESSAMENTOS CULTURAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA AGROECOLOGIA: APONTAMENTOS GERAIS.....	125
5 O DESVELAR DOS VESTÍGIOS.....	128
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A - PLANILHA DOCUMENTAL.....	142
APÊNDICE B - CORPUS DA PESQUISA	145
APÊNDICE C - TERMOS CIRCUNDANTES	150

1 NAS PEGADAS DA AGROECOLOGIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado oficialmente em 1984, no Paraná, consiste em um Movimento que tem seu processo histórico marcado por lutas pela terra, reforma agrária, direitos civis, políticos e sociais (GOHN, 2000). O MST questiona os modos de produzir os alimentos e adota como princípio outras formas de trabalhar a terra, dentre as quais privilegia a agroecologia como técnica de conservação e promoção da agrobiodiversidade na produção de orgânicos. Essa noção de agroecologia, que circula socialmente e é objeto de estudo desta pesquisa, faz parte das lutas e reivindicações pela construção da soberania alimentar a partir da adoção de práticas mais sustentáveis que garantam a produção de alimentos saudáveis. Dessa maneira, a produção de informação voltada à agroecologia carrega as nuances da vontade de reconhecimento e de valorização do saber empírico aliado ao saber técnico-científico, que figuram o discurso em contrainformação. Por esse motivo, observamos o valor da informação para a construção do discurso e o empoderamento dos sujeitos agroecológicos.

Com vistas a esse contexto informacional, por meio de políticas, o MST tem procurado aproximar-se do saber universitário como forma de ampliar o conhecimento acadêmico sobre a agricultura e pecuária, disseminando-o entre seus membros e melhorando assim a sua capacidade discursiva em um mundo em que esse conhecimento seria legítimo. Notamos que o propósito do acesso ao ensino superior pelos sem-terra ancora-se no pressuposto de que a ampliação do “capital cultural” do Movimento, como um todo, é capaz de instrumentalizar seu diálogo com os setores da sociedade, buscando estender o seu projeto de reforma agrária pelo país. Esse processo de aproximação também é feito via seleção de intelectuais “orgânicos”, em que cada grupo social, que pertence ao mundo da produção econômica, cria, para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e, político (GRAMSCI, 1989).

Desse modo, a produção intelectual materializada nos TCCs, a partir do acesso à Universidade pelo MST, como ampliação do capital cultural, carregaria pressupostos implícitos às teorias do sociólogo francês Pierre Bourdieu, quando o autor discorre acerca do

“capital cultural”¹ como fator preponderante ao ensino. Embora aqui não se façam estudos acerca dessa teoria educacional, já que esta não foi a intenção da pesquisa, tal contribuição teórica funcionou como um pressuposto que ajuda a entender como a bagagem cultural e o contexto socioeconômico influenciam na construção, comunicação e disseminação de conhecimento por parte do MST, ao movimentar-se em direção à construção coletiva de práticas educativas de um projeto social emancipatório.

A educação tem sido uma das ferramentas de resistência do Movimento, o qual tem ressignificado suas lutas por meio do conhecimento científico e tecnológico por uma agricultura mais sustentável. Assim, diante da compreensão do Movimento acerca da necessidade de interagir com a sociedade e a partir da contribuição teórica sobre a Educação, alicerça as metas de longo alcance para com outros setores por meio de sua faculdade contributiva e dialógica, construindo um cenário de inserção na vida acadêmica. À vista disso, o Movimento procura criar novos sentidos e narrativas no âmbito da questão agrária, no qual visa a um projeto político de sociedade em que suas ações no processo histórico de invisibilidade e de criminalização, disseminado no Brasil, seja desconstruído. A visão epistemológica da Sociologia considera que o conhecimento científico e tecnológico precisa dialogar com a sociedade contribuindo para que os espaços dos saberes desligados possam religar-se por meio do papel educacional do Estado, das Universidades, das empresas, do mercado e da sociedade em geral. Dessa forma,

a questão da apropriação social do conhecimento produzido e das mediações entre instâncias de produção de conhecimento e sociedade como importante objeto de análise, pois os resultados da produção e circulação de conhecimento científico e tecnológico podem ser vistos como meios essenciais para o desenvolvimento econômico e social (BAUMGARTEN, 2001, p. 3).

A presença do MST na Universidade tem ocorrido por vários canais, sendo um deles consolidado por meio de uma parceria entre o Instituto Educar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), juntamente à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, a partir da criação do Bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia. O curso teve duração de cinco (5) anos em regime de alternância, ou seja, em um período, os

¹ Capital cultural é uma designação que Pierre Bourdieu usa para analisar situações de classe na sociedade, a qual serve para caracterizar subculturas. Essa expressão também explica como a cultura numa sociedade dividida por classes transforma-se numa espécie de moeda, na qual uma classe dominante a utiliza para acentuar as diferenças.

estudantes permaneciam internos e, em outro, retornavam aos seus locais de origem. No período em que os estudantes ficavam internos, o Movimento oferecia alojamento e alimentação como forma de auxílio aos discentes vinculados ao PRONERA. Assim, a primeira turma teve sua colação de grau no final de 2018 e formou 44 (quarenta e quatro) engenheiros agrônomos² (MEDEIROS, 2018).

O Instituto Educar é uma escola de ensino superior e técnico construída pelo MST na antiga Fazenda Annoni, localizada no município de Pontão, no norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS). O local recebeu os quarenta e quatro (44) jovens camponeses, oriundos de dez (10) Estados (RS, SC, PR, SP, MT, MS, GO, CE, TO e RO), que simbolizaram o sonho de milhares de famílias sem-terra de transformar e aprimorar a produção familiar com saberes advindos dos próprios integrantes do MST (MEDEIROS, 2018).

Todo esse empenho por uma agricultura que preserve a vida e a natureza é percebido inclusive, quando a primeira turma recebe o nome de “Ênio Guterres” – em homenagem ao engenheiro agrônomo e militante da agroecologia, falecido em 2005. Esse novo discurso sobre a agricultura resultou em estudos, como: costumes, técnicas, culturas e problemáticas do MST sob uma nova perspectiva, a agroecologia.

Feitas essas considerações iniciais sobre o contexto do nosso objeto de reflexão, esta pesquisa analisou o termo agroecologia como noção utilizada e inscrita na bibliografia e socialmente circulante nos discursos proferidos pelos formandos na elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da turma Especial do Curso de Graduação em Agronomia com ênfase em Agroecologia – Bacharelado (PRONERA) da UFFS, em 2018, ano de formação da primeira turma.

Uma das clássicas definições de informação a resume como conhecimento comunicado (WERSIG, 1975, tradução nossa), vindo ao encontro do pressuposto de Richardson (2010) de que os documentos, em suas mais variadas formas, podem fornecer informações referentes aos fenômenos sociais. Os documentos são fontes que reúnem e expressam as manifestações da vida social em seu conjunto e/ou setores de forma dispersa e fragmentária. “Em termos gerais, a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados” (RICHARDSON, 2010, p. 230). Nesse

² Durante o processo de pesquisa recebemos uma lista em que constavam quarenta e quatro (44) estudantes, mas, durante as buscas no repositório da UFFS, recuperamos apenas quarenta e três (43) trabalhos monográficos, faltando apenas um (1) para a nossa análise. Em contato com a biblioteca da UFFS, responsável pela inserção dos TCCs no repositório, não obtivemos resposta.

sentido, os TCCs podem ser considerados documentos que registram a produção de informação representativa de um discurso. Para certo modo de analisar discursos, essas informações registradas são consideradas inscrições, enquanto os TCCs são, eles mesmos, superfícies de inscrição, “monumentos” que manifestam o discurso de um grupo social. Desse modo, a pesquisa partiu dos vestígios – discursos inscritos – em meio aos documentos na busca do termo agroecologia, manifestação positiva de discursos (individuais e coletivos), por meio dos quais capturamos a emergência de uma noção, que, do ponto de vista científico, redundou na formação posterior de um conceito, como assim nos quer parecer. Em suma, esse percurso dependeu, *a priori*, dos registros, ou seja, das informações registradas em documentos a fim de observar os discursos neles contidos.

Foucault (2003) não determinou um método fechado para um percurso investigativo que se realizaria sobre textos e enunciações, bem como considerava não haver um texto definitivo sobre seu método, apresentando apenas discussões marcadas pela variabilidade, ainda que apresentasse certos princípios normativos.

Não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...] Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] (FOUCAULT, 2003, p. 229).

Nesse sentido, a análise dos discursos contidos em documentos (TCCs) como percurso investigativo e não definitivo apoiou-se em elementos metodológicos de Bardin (2016), que estabeleceram um guia para a maneira como compusemos a análise dos extratos ou recortes. Portanto, esta pesquisa compôs-se a partir de uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa que têm por objetivo encontrar sentido ou sentidos em documentos, no exame de uma parcela rudimentar do discurso da agroecologia enquanto noção na construção discursiva, coletiva e histórica que se tece nos cursos conveniados de interesse do MST. Os TCCs, nesse sentido, são considerados superfícies de inscrição, uma parcela de todo um edifício conceitual que vem sendo construído há algumas décadas, como observamos em uma rápida pesquisa no Google

Scholar³, em que nos pareceu ocorrer a consolidação da noção de agroecologia enquanto conceito, como veremos mais à frente.

A transformação da noção em conceito ocorre de maneira dispersa e incontrolável ao perpassar vários setores sociais e iluminar instâncias do conhecimento. A arqueologia foi adotada como forma de investigar e reordenar a “massa” (amostral, visto serem apenas quarenta e três [43] trabalhos e suas respectivas redes de citações) discursiva dispersa, a qual levou à descrição do objeto de forma impermanente e descontínua, como se propõe a lógica foucaultiana, que oferece subsídios para analisar e construir indicadores à arqueologia em uma relação em que ambas procuram encontrar discursos formadores de um campo do conhecimento. Por meio dos TCCs foram identificadas as categorias que circundam a noção da agroecologia e como se apresentam nas citações e nas inscrições dos formandos.

Somente uma verdadeira “massa documental” seria capaz de determinar uma formação discursiva a ser considerada como tal pela arqueologia foucaultiana. Nesta pesquisa, os TCCs foram uma parcela, em virtude de poderem ser compreendidos como documentos que representam vestígios de acontecimentos de um enunciado, que Foucault (2013) identifica como sintomas de “formações discursivas”. Sob esse ponto de vista, a análise dos TCCs como vestígios arqueológicos possibilitou compreender a coerência, a densidade do que está determinado pelos que, convencionalmente, costumamos enaltecer como textos fundadores (ainda que Foucault não conceda às dispersões textuais a pompa de um texto fundador) em um agrupamento enunciativo, efetiva e intencionalmente, produzido em dado momento histórico. Além disso, com o propósito de examinar se a relação dos acadêmicos com o conhecimento científico é influenciada pelo contexto socioeconômico e cultural, demarcamos

³ A fim de iluminarmos o crescimento da incidência de pesquisas sobre o termo agroecologia, pesquisamos no Google Scholar o termo “agroecology”, definido entre aspas no buscador. Determinamos o “período específico”, como filtro, buscando o caminho da temática durante as décadas. Assim, percebemos que, de 1900 a 1910, há apenas um (1) documento indexado, tratando a agroecologia. Enquanto de 1910 a 1920, temos seis (6) resultados obtidos, de 1920 a 1930, temos apenas um (1) documento encontrado. De 1930 a 1940, encontramos seis (6) resultados, ao que de 1950 a 1960 recuperamos quatorze (14) documentos. De 1960 a 1970, vinte e oito (28) documentos foram encontrados, seguido de um pequeno aumento demonstrado no período de 1970 a 1980, no qual encontramos setenta e cinco (75) documentos, no que, de 1980 a 1990, encontramos mil cento e dez (1.110) resultados. A primeira elevação considerável do fluxo de documentos acadêmicos que abordam a temática da agroecologia está inserida no período de 1990 a 2000, em que encontramos seis mil e seiscentos (6.600) trabalhos. Porém, foi na virada da década, de 2000 a 2010, que se consolidou a pesquisa acadêmica sobre a agroecologia, ao encontramos vinte mil (20.000) trabalhos no Google Scholar. De 2010 a 2020, o fluxo de trabalhos obtidos continua em crescimento, visto que encontramos trinta mil e duzentos (30.200) trabalhos, o que confirma a agroecologia enquanto um conceito consolidado da área.

o acontecimento⁴ enunciativo que, na arqueologia, é visto como algo que rompe as regularidades dadas pela formação discursiva.

Assim, entendemos o acontecimento discursivo, ideia central de Foucault (2013), como multiplicidades de acontecimentos redistribuídos em zonas distintas de visibilidade com um novo olhar para o sentido, o sujeito e a história. Ao captar os vestígios de uma possível ruptura, estabelecida pela noção discursiva e prática, a agroecologia constituiu-se como contradiscurso ao agronegócio, e, por essa razão, surgiu a discussão proposta nesta dissertação, pois o saber dos integrantes do MST sobre a agricultura organiza-se a partir da separação do que é positivo e negativo, aceitável e inaceitável, vida e morte, saudável e não saudável. No momento em que o cultivo e o cuidado com a terra se sistematizaram em um saber com preocupação ecológica, houve a emergência de novos saberes – concepção da noção socialmente circulante que redundou na consolidação do conceito agroecologia.

Nossa temática relaciona-se estritamente à Ciência da Informação, doravante apenas CI, em uma teia textual, composta por monografias dos formandos, da qual extraímos relações de sentido em meio aos discursos sobre a noção de agroecologia, relações que, segundo Freitas (2003), acontecem na sociedade do discurso. Essa sociedade do discurso é institucionalizada por caminhos do setor da comunidade científica em que acontece a apropriação social dos enunciados na Ciência em redes de circulação e distribuição. Conforme Freitas (2003), na CI, quando há referência aos discursos, é no sentido de palavras (ou enunciados), ditos ou escritos circulantes em instâncias de produção e disseminação textual – como em qualquer área institucionalizada do saber científico (ensino e pesquisa). Assim, a informação apresenta-se como um elemento primordial para o desenvolvimento da sociedade e para a geração e multiplicação de conhecimentos.

Seguindo as pegadas de Freitas (2003), olhamos para o conceito de interdiscurso de Pêcheux (1997), que faz referência a um complexo que abriga múltiplos saberes discursivos correlacionados a um lugar de sentido (as formulações discursivas), em que o discurso é o efeito de sentido entre locutores. Orlandi (2007, p. 20) diz que o efeito de sentidos não está (alocado) em nenhum lugar, porém “se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que o sujeito e sentido se constituem mutuamente”. Dessa forma, as enunciações dos sujeitos do MST, do mesmo modo que seus antagonistas, como o

⁴ Em nossa análise, no sentido dado por Foucault (2013), o acontecimento na Arqueologia busca captar o significado enunciativo, o sentido discursivo implícito e explícito, em sua dimensão de ruptura da linearidade, em que cada palavra, cada fragmento textual, por mais que se aproxime de outras palavras e textos, sempre são diferentes dos que procedem e dos que precedem.

agronegócio, são “diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e refletem as diferenças ideológicas, modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”. Sendo assim, o intradiscurso é concebido como forma de memória (social ou coletiva), que vincula o sujeito à sua realidade por meio de (re)significações que atualizam o dizer (fala)⁵.

Dessa forma, olhar para os discursos dos sujeitos que emergiram em meio à noção da agroecologia foi vislumbrar as possibilidades de interpretação das relações de poder em meio às articulações intradiscursivas dos conceitos que fundamentam as práticas agroecológicas, uma vez que os sentidos são de ordem simbólica e constituídos em processos discursivos. Os processos discursivos desenvolvem-se em via dupla enquanto expressão de pensamento e de uma atividade cognitiva por meio de sistemas linguísticos. O discurso não é, portanto, apenas falado, mas sim, compreendido em suas formações ideológicas, as quais se relacionam a formações discursivas veiculadas na forma da língua, a qual guarda relativa autonomia. Tal autonomia garante que mesmo os subalternos a utilizem para criar neologismos e novas significações para o já dito – o que todos sabem e que está já está lá, à disposição para sempre ser acionado, o que se diz nas mídias e no cotidiano no correr dos dias e das trocas (FOUCAULT, 2010).

À vista disso, desvelaram-se os elementos subjacentes que estruturaram os discursos proferidos nos trabalhos por meio das citações, considerando, também, a experiência pessoal da autora, a fim de interpretar os vestígios da historicidade da agroecologia dentro de um campo do saber. Porém, a intenção desse estudo não foi encontrar uma verdade absoluta, mas, sim, reconstruir e aproximar os autores citados nos TCCs aos discursos analíticos dos formandos, que criaram uma “vontade de verdade” científica. Os discentes trabalharam o termo agroecologia durante esse tempo histórico circunscrito à turma inaugural do Bacharelado em Agronomia pela UFFS. Seguindo a história social e política dentro desse campo do saber, foi possível interpretar e inferir a construção do saber movimentado por teorias e conhecimentos estabilizados, que passam por incertezas e questionamentos, ocorridos em meio à posse, à circulação e ao compartilhamento de informações sobre situações das classes sociais.

Diante da necessidade de interpretar os vestígios da noção de agroecologia, analisamos o discurso do sujeito epistemológico, político e social, assim vislumbrando fenômenos

⁵ As referências às noções ao interdiscurso são fundamentais à compreensão do fenômeno não sendo distintivas no que se refere às análises dos discursos efetivados.

históricos que dão sentido aos discursos proferidos em jogos de enunciados (unidade elementar dos discursos), proposta foucaultiana. Assim, também, buscamos no contexto social a compreensão da dinâmica das práticas discursivas envolvidas na produção do conhecimento, na medida em que fizemos uma análise das produções dos formandos, levando em conta as realidades sociais em que se encontram e se estas influenciam na construção, comunicação e disseminação de conhecimento em determinada área do saber. Tratando-se de um estudo relativo às formas de produção e disseminação do conhecimento científico, perpassando o campo político e econômico sob o viés da Sociologia da Ciência, estabelecemos o seguinte problema de pesquisa: *“Como a construção da noção de agroecologia é evidenciada nos TCCs dos graduados da primeira turma de Agronomia do MST?”*.

Nessa perspectiva, tivemos como objetivo geral: conhecer os usos e transformações da noção de agroecologia nos discursos utilizados e produzidos nos TCCs do curso de Agronomia da UFFS em convênio com o MST.

Os objetivos específicos, por sua vez, foram:

- a) identificar o perfil socioeconômico dos estudantes (sexo, procedência geográfica e pertencimento aos assentamentos) que realizaram o curso de Agronomia na UFFS;
- b) elencar quais temáticas circundam a noção de agroecologia nos TCCs dos formandos de Agroecologia da UFFS;
- c) extrair categorias centrais da agroecologia que são explicitadas nos TCCs;
- d) analisar as apropriações das enunciações sobre agroecologia em meio ao discurso científico utilizado, a partir das categorias emergidas.

Um dos aspectos que justificou o presente estudo foi o lugar de fala da mestrandia, a qual reside na bagagem histórico-cultural de participação no MST em diferentes posições discursivas: ora foi aluna, ora professora, é filha e irmã de assentados, o que serve como elemento determinante para o engajamento na pesquisa, ou seja, tratou-se de uma pesquisa que levou em consideração a experiência da autora e seus atravessamentos dentro e a partir do Movimento e, após sua inclusão a partir de cotas, como aluna de graduação e servidora bibliotecária na Universidade. Desse modo, a temática aplicada nesta pesquisa foi fruto de uma trajetória pessoal e acadêmica da autora, enriquecida pela proximidade com o MST. Esta pesquisa constituiu-se no sentido de atribuir a devida visibilidade aos conhecimentos desenvolvidos por esse movimento social marginalizado pelos Governos, pelas mídias e,

consequentemente, por significativas parcelas dos estamentos urbanos da sociedade, o que, por fim, aflora em dialéticos atos de resistência.

A formação inicial da autora deu-se aos dezessete (17) anos junto ao programa PRONERA/UNIJUI, o qual fornecia formação para a Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA em assentamentos. Além das formações no PRONERA/UNIJUI, também cursava o Magistério no ITERRA (escola interna do MST, que funcionava em regime de alternância), na cidade de Veranópolis/RS. Nesse período, pôde entender que fazer parte do Movimento é muito mais do que cultivar a terra, é dar conta de uma luta que visa ter respaldo científico e tecnológico voltado para as questões sociais e de proteção à vida.

Diante da história pessoal e acadêmica defendemos a pertinência de discutir o fenômeno da agroecologia no contexto dos pequenos agricultores do MST, os quais são peças fundamentais enquanto integrantes do movimento social, em oposição ao agronegócio. As manifestações discursivas referentes à agroecologia e ao agronegócio, apesar de serem práticas antagônicas entre si, são cooriginárias do evento “terra como meio de vida” ou “propriedade da terra como direito humano e social”: ambas estudam e pensam nas relações díspares que se estabelecem entre a propriedade da terra e as formas de produção de alimentos. Percebemos que o discurso agroecológico emergiu como forma de resistência em um país em que a liberação do agrotóxico e de sementes geneticamente modificadas tem respaldo governamental em apoio irrestrito ao “outro” discursivo e para a prática socioeconômica: o agronegócio⁶.

A CI nasceu ao lado de atividades e saberes voltados ao tratamento e à recuperação da informação científica e técnica, devotada a mensurar as práticas científicas através de seus produtos informacionais. Enquanto um campo do saber acadêmico, técnico e científico, a Agronomia faz parte das preocupações e indagações dos estudos em Ciência da Informação. Desse modo, a CI destina-se à geração do conhecimento sobre a informação produzida em outros campos de saber em que a informação, seu objeto de estudo, assume dimensões técnicas, estéticas, éticas e políticas ligadas às condições socioeconômicas ao gerar conhecimento no sujeito, que assimila informação e transforma a sua realidade (VITORINO; DE LUCCA, 2020). Destarte, o pressuposto das visões de Ciência acolhido por expressivo grupo de cientistas da informação é que o desenvolvimento da Ciência, gerado pela produção

⁶ O “agronegócio”, o “outro discursivo” da agroecologia, será explorado na subseção 2.3.

e fluxo da informação, uma vez trabalhado, repetido e compartilhado, transforma-se em conhecimento.

É por esse viés que encontramos no discurso enunciado pelos autores e estudantes a potencialidade de efeitos de sentidos produzidos no processo de interlocução, no qual se cria, qualifica e amplia a circulação social de uma noção. Para analisar um discurso e a construção de uma noção, que, do ponto de vista científico, poderá (e que, de fato, acaba por acontecer) resultar na formação posterior de um conceito, foi necessário fazer a articulação entre os processos históricos e sociais de sua produção. Portanto, a proposta desta pesquisa surge a partir da necessidade de avaliar, em termos de discursos, o que era produzido pelos formandos, na construção, se não do conceito, pelo menos da noção de agroecologia, no âmbito da produção do conhecimento científico e social. Ao observarmos os TCCs, buscamos entender quais relações constituíram os discursos, ponderados por meio de uma rede documental composta por citações e considerações analíticas dos estudantes de Agronomia em seus trabalhos de conclusão de curso.

Por conseguinte, o trabalho justificou-se, dentre outros aspectos, em função de verificar a existência de um possível enfoque agroecológico, proposto pela UFFS para a formação de profissionais da área das Ciências Agrárias, questionando se os acadêmicos vinculados ao MST reverberam esse discurso, bem como se a emergência dessa noção apontou para a formação de um conceito obtido por meio da Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso. Nesta pesquisa, verificamos, ainda, qual foi a capacidade do sistema de reverberar essa forma de olhar a terra e a produção, em que o termo agroecologia ocorre porque há uma aura de legitimação para esse contradiscurso.

A produção do conhecimento depende do enfoque que é dado ao conteúdo trazido pelas fontes de formação e informação. Nesse sentido, os discursos materializados nas citações seriam a aura de legitimação na formação dos discursos e dos contradiscursos de autores citados e nas inscrições dos formandos (manuscritos) em Ciências Agrárias, os quais contribuíram para a formação de uma noção discursiva. Segundo Foucault (2016), essa noção discursiva é estabelecida por meio de um conjunto de regularidades determinadoras de sua homogeneidade e de seu fechamento. Esperamos com esta pesquisa contribuir para a área da CI ao desenvolvermos estudos sobre a sua responsabilidade social, como um saber que permite discutir a informação como instrumento para a inclusão social, bem como, o fornecimento de informação enquanto insumo para apoiar ações racionais relacionadas aos

aspectos constitutivos dos sujeitos e suas necessidades inseridas em contextos socioculturais (ARAÚJO, 2014).

De modo geral, o trabalho de dissertação foi composto a partir da superfície de emergência discursiva dos TCCs, massa documental, em que o objeto de estudo foi a agroecologia e suas inscrições discursivas articuladas via análise de enunciação, por meio do recorte de termos, palavras e expressões de enunciados discursivos em construção pelos sujeitos informacionais, que partilham e fazem circular essa noção. A agroecologia, como sistema, não consiste só no termo materializado nas citações e nos discursos, mas em noção social e tecnicamente compartilhada pelos sujeitos informacionais no sistema de produção do MST. Em vista disso, verificamos as instâncias de formação dos TCCs, buscando primeiro os vestígios e como se materializam em tais registros e, em seguida o termo agroecologia enquanto noção socialmente compartilhada. Assim, acompanhamos a formação da noção e, quiçá, de um conceito científico.

Embora o MST seja parte do trabalho – acima já afirmamos que o MST é *conditio sine qua non* da existência desta experiência no Brasil – ele não se configura como objeto de estudo, pois o que buscamos entender foram as dispersões em exercício arqueológico sobre o uso do termo agroecologia na formação embrionária da noção de um conceito reconhecido e socialmente partilhado. Como superfícies institucionais de emergência, o MST e a UFFS configuraram-se como recorte social de emergência dessa informação. Os TCCs são produtos do processo educativo de homens e mulheres do campo que se posicionam como agentes de transformação social, não só como consumidores, mas como produtores, apropriadores do termo agroecologia enquanto discurso.

O campo econômico é outro atravessamento constituinte do campo de ação desses homens e mulheres, cujo entendimento vai desde o avanço da mecanização (capitalismo) da agricultura e suas posteriores e deletérias consequências até as possíveis reações contra discursivas e práticas das quais o termo agroecologia é manifestação, incluindo sua apropriação nos TCCs como informação (ou, antes, contrainformação). A proteção ecológica apresenta-se como resistência em um jogo na dinâmica de poder em narrativas encontradas nos (contra) discursos como referenciais para a análise, por meio da presença e da ausência. Linhas convergentes e complementares são assim suscitadas em Foucault (2013), quando escreve que o aparecimento e o desaparecimento de enunciados são determinados por correlações de forças, assim como sua permanência ou extinção são norteados pelos acontecimentos e coisas. À vista disso, o método arqueológico permitiu analisar as redes de

relações entre o discurso e outros domínios (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Esses discursos são perceptíveis na fala, na escrita, nas imagens e nos símbolos.

O aliado teórico mais utilizado neste estudo foi Foucault, o qual foi convocado para o campo do saber em que nos situamos. Este autor foi acionado para enfrentar o desafio de vasculhar os documentos (textos) a fim de interpretar os vestígios da circulação social da noção de agroecologia, que, do ponto de vista científico, poderá consolidar-se como um conceito. Pelo viés das condições de produção dos discursos e das práticas, os enunciados fragmentaram-se e transformaram-se em conceitos operatórios desgrudados dos conflitos que surgiram em certa circunstância teórica e política.

Em alguns momentos, nossa análise apropriou-se também da perspectiva crítica de Bourdieu, por meio da noção de capital cultural e político, a qual favorece uma análise não profunda, mas necessária, no âmbito da Sociologia da Educação e da Cultura, que notadamente tem influência decisiva na geração de intelectuais em várias esferas da sociedade.

Esta análise utilizou também as noções do intelectual orgânico e do poder-hegemônico de Gramsci. Para o MST, fazer uso da Universidade para aumentar o capital cultural, institucionalizando intelectuais orgânicos para que estes sejam tradutores e porta-vozes, configura-se como uma estratégia de resistência das classes subalternas. Temos a impressão de que o trânsito pela vida acadêmica reconhece a educação como legitimadora do domínio de uma linguagem técnica e científica, antes exclusiva das classes dominantes, para ter o direito de embates discursivos na lógica dialógica, isto é, o direito ao discurso “o objeto pelo que se luta” (FOUCAULT, 2010). Os grupos, quer sejam dominantes ou subalternos, criam os seus próprios intelectuais para se comunicarem com os donos do poder-hegemônico sem serem ridicularizados pela fala simples, que se encontra fora do discurso dominante.

Desse modo, o trabalho analisou as apropriações da noção de agroecologia na construção da soberania alimentar nos territórios, a partir da transformação estrutural dos sistemas alimentares. Nesse quesito, constatamos que o MST produz toneladas de alimentos orgânicos, em uma lógica contra-hegemônica, oposta às cadeias corporativas do agronegócio e à bancada dos agrotóxicos. Em vista disso, o Movimento vem formando intelectuais orgânicos, sendo selecionados aqueles de maior qualificação e militância, que depois de formados voltam a transmitir à sua base o que aprenderam, com vistas a assistir os assentados no cultivo e cuidado com a fauna e a flora.

Portanto, considerados esses elementos supracitados, destacamos que o presente estudo organizou-se, subsequentemente, em cinco seções. Assim, a segunda seção trata da informação, objeto da Ciência da Informação (CI), apresentando conceitualizações da agroecologia em seu contexto histórico de lutas dos movimentos sociais, do MST e do nosso objeto de estudo, a noção de agroecologia. Na terceira seção do trabalho, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados, que, em primeiro momento, deram conta dos objetivos (a, b e c). Na quarta seção, apresentamos os resultados obtidos por meio de reflexões sobre a circulação da noção de agroecologia, contemplando o objetivo (d). Por fim, na quinta seção, apresentamos as considerações finais, em que esboçamos os entendimentos acerca da realização da pesquisa ao examinarmos os resultados obtidos, assim contemplando os objetivos propostos no estudo.

2 MOVIMENTOS E LAÇOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Esta seção retrata as questões mais relevantes relacionadas ao tema de pesquisa, conforme consta na literatura consultada. Na primeira subseção, discorremos sobre a importância da informação na comunicação científica e na CI; na subseção dois, reunimos apontamentos sobre o MST e exploramos a questão dos movimentos sociais frente ao conhecimento científico; na subseção três, refletimos sobre a politicidade da produção agroecológica; e na quarta subseção, consideramos o valor da informação como insumo para transformação social em um processo de contrainformação que se constitui como resistência à ordem hegemônica.

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DA PRIMAZIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA À ANÁLISE DA INFORMAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A Ciência só existe porque há comunicação, pois uma descoberta só passa a ser efetivamente ciência quando a ela é dado acesso e divulgação à comunidade. Essa ideia é confirmada quando Meadows (1999, p. 7) diz que a comunicação científica se situa no próprio coração da ciência, ou seja, que é preciso comunicar a ciência para haver avanço e progresso humano. Dessa forma, Gomes (2016, p. 104) entende que a “comunicação e a informação contribuem para a potencialização da capacidade de interpelar, interferir, criar e recriar o conhecimento instituído e o mundo; enfim são relevantes ao desenvolvimento do protagonismo social”.

Nesse sentido, a comunicação científica é justamente um dos focos principais de estudo da Ciência da Informação. A CI é apontada por Araújo (2014) como um campo de formulação de novos conceitos para a compreensão de novos fenômenos e para o desenho de novos âmbitos de pesquisa. Como campo interdisciplinar, a CI, que dialoga com as mais distintas áreas, preocupa-se com a circulação, disseminação e promoção da informação – inicialmente tratada como “informação útil” com vistas à otimização de sua produção, circulação, uso, etc – para além da posse física do suporte. Nesse sentido, foi a produção de conhecimento científico e sua circulação – através da comunicação científica – um dos primeiros temas de estudo da CI.

De acordo com Saracevic (1996), a CI apresenta características que constituem a razão de sua existência e evolução pela sua natureza interdisciplinar, sua relação com a tecnologia

da informação e sua contribuição na evolução da sociedade da informação, uma vez que apresenta uma forte dimensão social e humana. Porém, o autor diz que as questões acerca da natureza (informação, conhecimento e suas estruturas) e dos processos (comunicação e uso da informação) tornam-se os principais problemas propostos pela pesquisa em CI, como ocorre também em outros campos.

Seguindo essa lógica do poder de mudança da informação por trás de elementos sociocognitivos, tecnológicos, econômicos e políticos, Tauile (1981) argumenta que passamos por uma reestruturação produtiva, abarcando mudanças de paradigma tecnológico, indo da automação eletromecânica para a microeletrônica. Em vista disso, o descolamento no curso do capitalismo deu origem a novos contornos na divisão/organização do trabalho. Em consequência, as empresas passaram por essas mudanças advindas do paradigma evolutivo em que a informação e a tecnologia ganharam contornos em uma atuação dominante, o que gerou rompimento de padrões na evolução da sociedade, criando novos hábitos sociais.

O autor trata da economia política da informação representada em dimensões de produção, pessoas, finanças, organização, ciência e mercado, para onde se dirige um fluxo de todas as informações relevantes, onde a lógica do sistema exige maximização dos lucros em termos globais em que a parte se submeta ao todo. Numa concepção sistêmica, o tratamento de grande massa de informações implicou significativas mudanças no processamento, armazenamento e comunicação. Tais mudanças voltam-se para processos de escolha estratégica de mercado e, em certa medida, geram riquezas discrepantes aos possuidores das melhores práticas informacionais. “E mais, o vertiginoso aumento da eficiência do tratamento e transporte da informação a torna um elemento extremamente desigual entre aqueles que a possuem ou os que possuem primeiro ou podem gerá-la e os que desfrutam dessas condições, facilita com isso processos de especulação de bolsas de valores, de mercados, etc.” (TAUILE, 1981, p. 102).

Logo, a produção intelectual criativa tende a se concentrar junto à sede destas corporações em seus países (desenvolvidos) de origem, para onde se dirige um fluxo de todas as informações relevantes à produção, à circulação dos produtos e à circulação financeira. A este fluxo de informações contrapõe-se um fluxo de autoridade e poder, onde a lógica do sistema exige agora que a maximização de lucros se dê em termos globais e que as partes se submetam ao interesse do todo (TAUILE, 1981, p. 90).

Dessa forma, as subjetividades carregadas pela noção de informação, condutoras do sujeito ao conhecimento dos fluxos informacionais relevantes ao desenvolvimento social, são percebidas por meio da consciência de si, da percepção do outro e do vislumbre da própria informação. Destarte, a essência do fenômeno da informação está ligada à sua

intencionalidade, que por vezes, é direcionada em forma de mensagem a fim de atingir seu destino e provocar efeitos. Smit e Barreto (2002, p. 22) contribuem dizendo que a informação é simbolicamente significada, codificada e socialmente decodificada, além de geradora de conhecimento para o indivíduo e seu meio, sendo que “estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação”.

Assim, as informações, estocadas como propriedade, conduzem à geração de conhecimento, fomentando a subversão do indivíduo, competente informacional, perante a indústria da informação e os mecanismos socialmente dominantes. Dessa forma, ocorre o despertar da consciência crítica do sujeito sobre o papel a desempenhar na sociedade, passando a ser protagonista no desenvolvimento de competências infocomunicacionais para a tomada de decisão. “Essa qualidade de competências se expressa no comportamento infocomunicacional, ou seja, na forma como as pessoas relacionam-se com o conteúdo (a informação) e com outras pessoas (a comunicação)” (BRANDÃO; SANTOS; BORGES, 2020).

Em vista disso, os sujeitos dotados de incentivos formativos e informativos, bem como de acesso ao saber acadêmico, passam a aprimorar sua competência informacional e comunicacional (antes limitada) a partir do desenvolvimento adequado das competências infocomunicacionais, têm a possibilidade de tomada de decisão para o bem-estar coletivo. Assim, a competência infocomunicacional não se dá apenas pela experiência pessoal do indivíduo com a informação, mas também no coletivo, com a intenção de mediá-la socialmente.

A geração de conhecimento é, pois, uma reconstrução das estruturas mentais do indivíduo com o foco na relação entre a informação e o conhecimento, modificou-se a importância relativa da gestão dos estoques de informação passando-se a apreciar a importância da ação de informação modificando a coletividade. Se antes havia uma razão prática e uma premissa técnica e produtivista para a administração e o controle dos estoques, agora a reflexão considera as condições da passagem da informação para os receptores em sua realidade vivencial; a promessa de gerar conhecimento teria que estar balanceada por fatores como o indivíduo, o seu bem estar e suas competências para interiorizar a informação (BARRETO, 2008, p.11)

Seguindo essa ideia de que a informação é insumo para democratizar o conhecimento numa perspectiva social em que os indivíduos interajam coletivamente pelo bem-estar comum, Araújo (2009, p. 197) considera que é no campo da CI, na perspectiva marxista, que há consolidação da teoria crítica da informação. Essa teoria crítica enfatiza “o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação – e para tanto,

buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade”. O autor ainda afirma que essa teoria envolve questões referentes à democratização e ao acesso à informação por grupos excluídos e marginalizados (fora do círculo informacional), rompendo com a seleção extremamente excludente daqueles que detêm o poder. A fim de diminuir os danos sociais do ponto de vista da luta contra as desigualdades, os sujeitos, como forma de rejeição aos regimes informacionais hegemônicos, que controlam toda a economia política da informação, colocam-se como protagonistas. Essas perspectivas e questões relacionadas à dimensão ideológica por parte dos equipamentos culturais, que reproduzem as lógicas sociais de dominação, são tratadas por alguns pesquisadores, dentre eles Bourdieu, Touraine, Gramsci e Foucault, nossos aliados teóricos.

O que ocorre, de fato, é que, na comunicação da informação, deslocam-se saberes e conhecimentos produzidos socialmente como parte essencial para o desenvolvimento das Ciências, as quais tratam de realidades no exame e na construção das problemáticas sociais. Desse modo, a ideia, hoje, é de que a Ciência não é mais uma prática ou um saber destinado a satisfazer desejos íntimos de curiosidade de cientistas ou pesquisadores a respeito das coisas e eventos no mundo, mas, sim, visa pesquisar e comunicar objetos, questões, procedimentos e seus resultados. Por sua vez, Vanz e Caregnato (2003), em seu trabalho, apontam a comunicação como parte vital da ciência, tanto quanto a pesquisa. À vista disso, o conjunto de publicações resultantes da comunicação científica é chamado de “literatura científica”. A partir dessas considerações, entendemos que a literatura cinzenta (TCCs, Teses e Dissertações) desempenha importante papel como produto da comunicação científica, gerada a partir dos processos da Ciência por cientistas, pesquisadores, acadêmicos e outros profissionais do campo das ciências ao reunir os atores e suas fontes. No caso da nossa pesquisa, a divulgação científica dos TCCs dos formandos em Agronomia do MST se dá pela publicação no repositório institucional da UFFS, em que o conhecimento científico relevante ocorre pelo processo de comunicação entre pares e a comunidade e, dessa forma, é direcionado ao desenvolvimento do protagonismo social desses sujeitos.

Portanto, a escolha da considerada “massa” documental de TCCs, nossa superfície documental, deu-se a partir do intuito de observar a emergência e o desvelar dos discursos que conduzem, reconduzem e fazem circular as noções de agroecologia. Percebemos, assim, *a priori*, por meio de um processo infocomunicacional, que o desenvolvimento de laços sociais, em que os sujeitos convergem seus conhecimentos em ação necessária de localização (perceber a necessidade), produção, uso e compartilhamento da informação, converge para um sistema produtivo ecológico de respeito ao homem e à natureza, tendo por objetivo

superar a mecanização na agricultura e o distanciamento das relações sociais em comunidade. Nesse sentido, há o ensejo de que o protagonismo desses sujeitos esteja alicerçado na dimensão ética e política da informação para o estabelecimento da autonomia produtiva gerada a partir do compartilhamento de conhecimentos e saberes, os quais são interligados pelos sujeitos na mediação da informação e sua respectiva comunicação em ações transformadoras do espaço social dos sujeitos e da sociedade como um todo.

Assim, trataremos, na próxima seção, mais especificamente sobre os sujeitos integrantes dos movimentos sociais que agem por meio de laços comunitários em busca de direitos sociais.

2.2 A AGROECOLOGIA E O MST: RECONHECENDO O CAMPESINATO COMO GUARDIÃO DAS FLORESTAS

Os movimentos sociais, para Griebeler (2017), constituem um campo de estudo importante para se analisar as dinâmicas sociais, as transformações sociais e responder questionamentos dos cientistas sociais sobre o que induz uma sociedade a se transformar, mudar ou se manter conservadora. Nesse sentido, os movimentos são processos sociais, marcados por *práxis* de classes, o que pressupõe organização, objetivos claros e estratégias de ações coordenadas, princípios e valores comuns (ideologia), a fim de construir uma sociedade diferente da que já existe. A partir dessa concepção, Scherer-Warren (1984) define movimentos sociais como redes socialmente construídas, ou seja, como atores sociais que se reúnem e se articulam com objetivos e interesses comuns.

Nesse sentido, buscamos em Bourdieu (1983, 2001) o entendimento de *habitus*, visto que o pensador considera as condições e condicionamentos de classe, pois as ações podem ser individuais, porém emergidas a partir do contato com o coletivo. Assim, refere que os “atores” são “agentes”, denominados sujeitos sociais, que se tornam agentes na medida em que são considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade. Esses sujeitos agem em esquemas sociais, *habitus*. Na reprodução das relações sociais, há um *habitus* incorporado pelos agentes como apreensão de uma estrutura, o qual se constitui no interior de um campo social e ocupa determinadas posições, conforme os diferentes tipos de capital econômico, cultural e político, que revelam relações de dominação.

Nesse contexto, também aproximamos a perspectiva de Touraine (1998, 2008), que define o sujeito como um sujeito do mundo, que se sente responsável por si mesmo e pela sociedade, sendo existencial e reflexivo por meio de sua experiência e do vivido e, de certo

modo, descobridor de uma subjetividade pessoal, numa lógica de organizar o trabalho de sua experiência. É no âmbito da subjetividade que as visões de mundo influenciam na formação de cada indivíduo. Dessa forma, emergem articulações sociais do sujeito pessoal, combatente, engajado e crítico que se revolta contra a condição em que se encontra como dever de ser agente de mudança, de buscar a sua verdade. Nesse sentido, Veronese e Lacerda (2011, p. 421) nos apoiam para entender o sujeito de Touraine como aquele que “[...] evoca a ideia de luta social, semelhante à consciência de classe, contudo enquanto esfera individual. O sujeito, portanto, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate”. Touraine (1998, 2008) reforça que os sujeitos são seres individualizados que defendem e constroem sua singularidade e cujo sentido de existência é marcado por atos de resistência.

Por conseguinte, Touraine (c1973, tradução nossa) diz que os movimentos sociais expressam conflitos de classe, pois agem no âmago da sociedade como fios condutores de transformações sociais e, ao questionarem o *status quo* vigente, produzem mudanças no campo das desigualdades sociais, identidades ou diferenças socioculturais. O autor ainda afirma que os movimentos sociais fazem parte dos Estados democráticos, que se legitimam pela garantia de bem-estar comum. Griebeler (2017) corrobora dizendo que é no período republicano que os movimentos sociais emergem. Cada movimento é movido por diversas classes e categorias sociais, dentre esses se encontra um dos mais conhecidos movimentos de luta pela reforma agrária liderada pelo MST.

Nessa perspectiva do bem-estar comum, o Movimento surge e desenvolve-se em meio à sociedade contemporânea, com necessidades além das dinâmicas econômicas, sendo conflitos referentes à terra não mais o centro de lutas. Contudo, o Governo vigente, do então Presidente Jair Messias Bolsonaro, criminaliza o MST a fim de deslegitimar a luta pela terra. Em pronunciamento aos jornalistas, comparou o Movimento ao grupo Hezbollah⁷, que, segundo ele, é um grupo terrorista, reforçando, dessa forma, o discurso do poder-hegemônico com o intuito de agradar a bancada do agronegócio (MAZUI, 2019). Como ato de resistência ao discurso dominante, os conflitos passam a ser institucionalizados em meio a outras reivindicações sociais com pautas culturais, as quais envolvem questões feministas, ecológicas, educacionais, valorizadoras da vida e outras, em que os sujeitos transformam-se em atores sociais (TOURAINÉ, 1998, 2006).

⁷ Trecho do pronunciamento do Presidente Jair Messias Bolsonaro aos jornalistas: "São grupos terroristas, como o MST, para mim, também é grupo terrorista. Os caras levam o terror no campo aqui. Queimam propriedades. Desestimula o homem do campo a produzir. É no Brasil todo, essa praga do MST" (MAZUI, 2019).

Diante disso, compreendemos que a luta do sujeito (ator social) dentro do Movimento não se resume apenas à reivindicação pela reforma agrária, mas, também, pela elaboração de uma política pública de educação no campo. Segundo Kolling (2012), a educação entrou na agenda do MST pela infância antes mesmo da sua fundação (1984). Foi na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul (1981), que as famílias sem-terra, acampadas, entenderam que a educação da infância era algo de relevante importância, por mais desafiadora que fosse a constituição da escola. Foi por entenderem que o acesso ao conhecimento era um direito de todos que tais famílias impulsionaram o trabalho com educação no MST.

Considerando os aspectos relativos às desigualdades historicamente constituídas, o Movimento tem procurado conciliar a luta pela terra com a luta por uma educação voltada às necessidades básicas das famílias do campo. A visão do Movimento sobre a educação de crianças, jovens e adultos enfatiza a valorização da cultura, do saber popular, do meio ambiente, bem como leva em consideração a realidade social e sua bagagem cultural, como memória e patrimônio, e compreende o conceito de classe social. Na perspectiva de desigualdades sociais de acesso à educação, Vargas (2009) fez reflexões acerca do ensino realizado tanto no exterior quanto no Brasil. No decorrer do texto, a autora enfoca a contribuição teórica para a compreensão de como a escola pode ser um diferencial na trajetória escolar dos estudantes, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, no qual as condições de escolarização são ainda muito segmentadas⁸.

Na sociologia da educação, os estudos sobre a desigualdade de oportunidades escolares, de acordo com as classes sociais, têm-se constituído como um dos temas centrais de pesquisa. Realizados, em sua maioria, em países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, tais estudos analisaram desde os níveis mais elementares do sistema de ensino até os graus mais elevados, como a educação superior, clareando importantes ângulos da questão da desigualdade de acesso à educação formal (VARGAS, 2009, p. 106).

Dubet (2003) tinha como principal objetivo analisar as relações entre classe social e oportunidades de ingresso e de permanência no sistema de ensino francês ao qual afirma que:

[...] os elos das “relações de produção”, definidas pela produção de riquezas, e as “relações de reprodução”, nas quais a escola distribui escalonamentos e oportunidades. Ora, as relações entre esses dois conjuntos foram profundamente transformadas ao longo do século, vinculando estreitamente a escola aos mecanismos de exclusão, sem fazer dela, entretanto a “culpada” como alguns pretendem (DUBET, 2003, p.31).

⁸ Mesmo evocando a Sociologia da Educação para explicitar melhor as desigualdades de acesso à educação e sabendo da sua importância enquanto estudo ao falar do paradigma do sistema de ensino, esse importante tema não fará parte de nossas análises, porque nos deteremos em questões sociais mais amplas da Sociologia da Ciência as quais nortearão nossas reflexões.

Vargas (2009) ressalta que a ampliação do acesso à educação formal permitiu o ingresso de camadas populares, as quais não possuíam familiarização com a cultura erudita e as exigências do meio escolar, fato que colaborou para o surgimento de um amplo debate sobre a escola e sua relação com as disparidades entre as classes sociais. Foi a partir do aumento do acesso ao sistema de ensino, concomitantemente às desigualdades sociais, que a frustração com a educação fez com que emergisse teorias que buscaram compreender as relações entre a escola e a estrutura social, denominadas “Paradigma da Reprodução”⁹.

Consequente, Vargas (2003) conclui que “as pesquisas na área da Sociologia da Educação, ao longo das décadas, têm contribuído para desvelar aspectos e mecanismos que operam na questão das desigualdades de acesso à educação”. Segundo a autora, a decepção com a educação fez surgir teorias que visam elucidar as relações entre a escola e a estrutura social. Dentre elas, temos as teorias do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1975, 1998, 2007, 2008), que percebeu em seus estudos que o ensino não é transmitido da mesma forma como a escola faz parecer. Os estudantes de classes mais favorecidas trazem de berço uma herança que ele chamou de “capital cultural”, ou seja, “capital de cultura”.

Bourdieu e Passeron (1975) se opõem à visão otimista dos sistemas educacionais, pois, para eles, apesar da aparência neutra e imparcial, acabam por legitimar as desigualdades sociais, ou seja, contribuem com a reprodução da estrutura social, que, por sua vez, mantém a distância entre as classes menos favorecidas, as quais continuam excluídas dos sistemas educacionais. Para os autores, as instituições agiriam de forma artificial contribuindo para que a cultura dominante seja transmitida como “discurso uno”, “unificado”, “único”, favorecendo alguns alunos em detrimento de outros. Em outras palavras, as instituições educativas se apresentariam como neutras, mas, na realidade,

[...] devido ao fato de que elas correspondam aos interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de força, essas tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social: com efeito, as leis do mercado em que se forma o valor econômico ou simbólico, isto é, o valor enquanto capital cultural, dos arbitrários culturais reproduzidos pelas diferentes ações pedagógicas e, por esse meio, dos produtos dessas ações pedagógicas (indivíduos educados), constituem um dos mecanismos, mais ou menos determinantes segundo os tipos de formações sociais, pelos quais se encontra assegurada a reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações de força entre as classes (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p.25).

⁹ Para auxiliar na discussão faremos a aproximação entre Bourdieu, Foucault e Gramsci.

Assim, foi importante compreendermos que a cultura característica das instituições de ensino é dotada de valores e significados que orientam e dão personalidade a um grupo social. Ademais, o “capital cultural” é uma metáfora criada por Bourdieu (1975, 1990, 2007, 2008) para explicar como a cultura numa sociedade dividida por classes se transforma numa espécie de moeda utilizada por uma classe dominante para acentuar as diferenças. A cultura se transforma em instrumento de dominação. Além disso, a classe dominante impõe à classe dominada a sua própria cultura, dando-lhe valor incontestável e fazendo com que seja “cultura boa”. Bourdieu e Passeron (1975) perceberam essa dinâmica e a batizaram de arbitrário cultural dominante¹⁰, em que uma cultura se impõe sobre outra. Merece destaque a compreensão de que o desempenho dos estudantes pertencentes aos diferentes meios sociais seria, então, desigual devido à diferença na posse de capital cultural e econômico.

Dessa forma, entendemos que os estudantes de Agronomia do MST estariam dotados de habilidades e competências consideradas complementares aos saberes validados pela Universidade para a elaboração de uma grade curricular calcada em saberes diferenciados, o que se contrapõe à lógica dos sistemas educacionais, em que estudantes oriundos das classes populares têm presença breve na escola tradicional, constituindo-se em indivíduos de subserviência acrítica e indiscriminada. De fato, essa realidade prematura coloca em desvantagem os estudantes pobres desde o período de escolarização até os níveis mais elevados do sistema de ensino, como é o caso do ensino superior. Bourdieu (2007, p. 31) afirma que:

[...] Os mecanismos objetivos que permitem às classes dominantes conservar o monopólio das instituições escolares de maior prestígio (ainda que aparentemente tal monopólio seja colocado em jogo em cada geração), se escondem sob a roupagem de procedimentos de seleção inteiramente democráticos cujos critérios únicos seriam o mérito e o talento, e capazes de converter aos ideais do sistema os membros eliminados e os membros eleitos das classes dominadas, estes últimos os “milagrosos” levados a viver como “milagroso” um destino de exceção que constitui a melhor garantia da democracia escolar.

Em seus estudos, Bourdieu (1975, 1990, 1998, 2007, 2008) diz que a escola exige um tipo de conhecimento que é difundido nas famílias das classes favorecidas, que seria culturalmente dominante e excludente. Dessa forma, a educação, para o estudante oriundo dos

¹⁰ Arbitrário cultural é uma construção social fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade e dominação de um dado grupo, ou seja, formas de sobrepor uma cultura a outra como sendo melhor e/ou verdadeira em detrimento a negação e inferiorização das demais. Na prática, olhando para a nossa história social temos as culturas subalternas resultantes da exclusão que se dá pela dominação de uns grupos na legitimação do que é ou não é cultura, afastando as minorias da história, sendo ela feita por heróis brancos, políticos e ricos.

meios populares, dá-se em bases desiguais, e a caminhada lhe é mais árdua e lenta, sendo que as disparidades sociais significam o não pertencimento de uma determinada classe social, reduzindo o leque de oportunidades.

Em países subdesenvolvidos como o Brasil, o sistema educacional é caracterizado pela segmentação, uma vez que os produtos sociais e/ou culturais são distribuídos de forma desigual. As desigualdades nos diferentes níveis de ensino são reguladas por filtros socioeconômicos e raciais, bem como pela localização (rural e urbana) e o tipo de escola frequentada (pública e particular) (VARGAS, 2003).

Segundo Paludo (2001), os escritos de Paulo Freire, a partir da década de 60, começam a contemplar as classes populares no Brasil e na América Latina com uma pedagogia mais consistente e adequada a seu projeto emancipatório. A pedagogia de Freire, utilizada no ensino do MST, voltada para uma educação popular de resgate da cidadania e de necessidade de superação da subalternidade (condição que envolve exploração econômica, dominação política e exclusão cultural), é historicamente imposta aos trabalhadores do campo e da cidade.

Os sistemas de ensino se tornam reprodutores de desigualdades sociais na medida em que a concepção hegemônica (elite) acredita que os trabalhadores braçais (campo) não necessitam de estudo, bastando-lhes apenas saber ler e escrever e não cabendo a eles uma formação plena. Em sentido oposto, a educação popular vai resgatar os saberes originários das práticas do próprio povo, fazendo-os circular e passarem por gerações. Nessa perspectiva, o saber popular é valorizado, e a educação do campo se apresenta como um espaço de produção de conhecimento sobre a vida em comunidade e relação com conhecimentos gerais em uma visão sistêmica.

O alcance dos membros do MST ao ensino superior tem como uma de suas possibilidades a busca por uma formação profissional do agrônomo que dialogue com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, deixando de lado a simplificação da agricultura, que tem forte apelo aos pacotes tecnológicos. Com uma formação mais apropriada às necessidades agroecológicas, os agrônomos serão capazes de representar o MST na sociedade civil e em instâncias governamentais.

Ao analisarmos as questões sociais de imersão educacional desse Movimento, notamos que as instituições de ensino se tornam ponto de intersecção desta pesquisa no entendimento de como a agroecologia se constitui enquanto termo circundado por diferentes aspectos e um discurso proferido de resistência frente ao avanço desenfreado de políticas que favorecem o agronegócio. Para tanto, abordamos e aplicamos teoria e método foucaultianos,

da “Arqueologia do saber” (FOUCAULT, 2013) e da “Análise do Discurso” (BARDIN, 2016), encontrando pistas e vestígios do saber em determinada disciplina.

Foucault (2013) trata o discurso como um conjunto de enunciados, que são evidenciados em uma prática que se apresenta em um conjunto de regras anônimas e históricas, determinadas no tempo e no espaço em uma dada época e para uma determinada área social – econômica, geográfica ou linguística às condições de exercício da função enunciativa. Ele também apresenta a ideia de “prática discursiva”, em que propõe uma análise dos enunciados em sua mobilidade em atos praticados por sujeitos historicamente situados.

Dessa forma, analisar os discursos proferidos nos trabalhos por meio de extratos de textos (enunciados) dos estudantes do MST em relação à construção social da noção de agroecologia e, quiçá, consolidação de conceito como unidade elementar do saber, foi de fundamental importância para compreender as articulações entre os saberes e os poderes. Foucault (2013) entende que as práticas discursivas são objetos de luta que nem sempre determinam tudo o que pode ser dito, uma vez que aquilo que pode ser falado é regulado pela ordem do discurso. Para ele, o conceito nuclear do saber deriva do funcionamento das práticas discursivas, nas quais a arqueologia procura apanhar o seu sentido em sua dimensão de acontecimento.

A busca em documentos revela jogos e regras culturais de aparecimento e desaparecimento dos enunciados, bem como sua permanência e extinção. Foucault (2013) propõe, por meio do método arqueológico (recorte temporal em conjunto de documentos heterogêneos), analisar o acontecimento discursivo de forma a tratar os enunciados efetivamente produzidos, os quais emergem em dado momento histórico. Os documentos aqui apresentados são registros, postos de maneira orgânica, que passam a ser uma rica fonte de informação acessível a qualquer tempo e a quaisquer interessados (pesquisadores e/ou público em geral), os quais são dotados de enunciados que são acontecimentos na ordem do saber. Desse modo, a massa documental consiste em importante fonte de informação, apresentando uma relação documento-história-memória. Tal relação se descreve como formação discursiva, a qual nada mais é do que grupos de enunciados (unidade elementar do discurso), isto é, conjuntos verbais, frase, proposição e atos de fala. Na perspectiva desta pesquisa, os TCCs foram escolhidos como um conjunto de documentos a serem assim observados, suscitando um conjunto de interrogações e compreensões relativas aos termos, aos conteúdos e aos discursos. Os sujeitos produtores desses TCCs provêm e produzem conhecimento a partir de um lugar de fala: o MST. Esse é o tema da nossa próxima subseção.

2.3 LUTA, VIDA E SOBERANIA: O MOVIMENTO SOCIAL DE AGRICULTORES SEM TERRA

A posse da terra foi uma problemática a ser tratada pela maior parte das sociedades, apresentando-se, nesse cenário, a reforma agrária como desafio teórico e prático aos movimentos sociais no campo para a produção familiar e camponesa. No Brasil, desde o final da década de 70, o MST tem sido referência a essas lutas, principalmente no quesito desenvolvimento rural sustentável. A permanência da agricultura familiar não é figura antagônica ao desenvolvimento capitalista, mas tem ressalvas quanto à modernização da agricultura que inclui processos agressivos no uso da terra.

Assim, historicamente, a modernização da agricultura passou por processos de transformações que vão além da mudança da produção agrícola, “mas como expressão da expansão do capitalismo no campo, teve repercussões profundas, não só no campo econômico, social e tecnológico, mas também na produção de conhecimento acerca do mundo rural” (SOTO, 2002, p. 29). Nesse sentido, surgem constantes debates acerca da problemática agrária nos sistemas capitalistas, que são colocados em cena por novos atores sociais: os camponeses.

A questão agrária se torna objeto de debate e de análise no último quartel do século XIX nos países europeus onde ainda persistem os traços da sociedade feudal. Para alguns pensadores, os senhores camponeses representavam o atraso diante da expansão das relações capitalistas no campo, que destruía as velhas relações feudais (SOTO, 2002, p. 29).

Soto (2002) apresenta as ideias marxistas de 1850, cujo enfoque é centrado na questão agrária, buscando, dessa maneira, explicar as leis do desenvolvimento capitalista na agricultura. Segundo essa perspectiva, a teoria da concentração da produção considera a superioridade da grande produção em detrimento da pequena produção camponesa. “Ao mesmo tempo em que os socialistas e marxistas reconhecem o inevitável desaparecimento do campesinato, também propõem políticas específicas nos seus programas para mobilizar as populações do campo, sendo o campesinato um grupo social diferenciado” (SOTO, 2002, p. 33).

A dominação dos grandes proprietários de terra e o avanço do capitalismo representavam uma combinação perigosa para o campesinato, o que reforçava a tese de alguns teóricos do seu inevitável desaparecimento.

Mesmo assim permanece a análise de Engels a ambiguidade de por um lado afirmar o inevitável desaparecimento do pequeno camponês na medida em que o capitalismo avança no campo e por outro argumentar acerca da

necessidade de incorporar nos programas agrários dos partidos socialistas reivindicações que visassem a criação das condições necessárias para a sua reprodução social. [...] Engels afirma que a propriedade individual, seja esta a do pequeno camponês ou do artesão, está fadada a desaparecer. Os socialistas, segundo Engels, deverão ter o papel de levar os pequenos camponeses para uma propriedade coletiva, somente dessa forma poderão evitar seu desaparecimento (SOTO, 2002, p.34-35).

A economia camponesa, que, predominantemente, no início, era uma agricultura submetida ao regime feudal, passa por um processo de decomposição devido a fatores como a usura, a penetração do capitalismo no campo e as contradições de classes. A burguesia tem papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura, o qual leva ao progresso técnico (a aplicação científica da agronomia, a mecanização, a utilização da eletricidade) à agricultura, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e a especialização da agricultura e da divisão do trabalho em unidades de produção, conforme Soto (2002).

De modo contrário à mecanização com fins exclusivamente lucrativos da agricultura, Soto (2002) afirma que as discussões acerca do campesinato são alimentadas pelos dados que comprovam o fortalecimento da produção camponesa. À vista disso, é preciso reconhecer o papel revolucionário dos camponeses, além de considerar o suposto teórico de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista – a renda para o camponês é o seu trabalho, não existe salário, portanto, está ausente de cálculo de lucro, desvinculada do mercado –, pois visa à satisfação das necessidades e não do lucro, numa relação entre trabalho familiar e consumo.

O autor (SOTO, 2002, p. 40) apresenta um panorama de como o tema da “questão agrária” se deu no Brasil a partir da questão do desaparecimento do campesinato e da importância econômica da pequena produção. “[...] o capitalismo se desenvolveu no campo mesmo sem realizar uma reforma agrária”. A reforma agrária, hoje, apenas pode ser vista como política ou como um programa social que beneficie as vítimas da modernização da agricultura.

Ianni (1984) aponta três visões para solucionar o problema agrário no Brasil. A primeira visão seria a tecnológica, incitada pelo Golpe Militar, que se vincula à necessidade de expansão das relações capitalistas no campo. A segunda visão, a populista, propõe a volta à comunidade camponesa, buscando preservar e criar as condições para a reprodução social dos camponeses. Por sua vez, a terceira visão, a radical, baseia-se na ideia leninista da aliança operário-camponesa como estratégia política de uma possível revolução socialista. Portanto, podemos dizer que a política e a prática de alguns dirigentes do MST têm essa visão como

referência. O autor ainda salienta que a ideia de uma revolução camponesa foi o que animou as lutas das Ligas Camponesas na década de 50.

De acordo com Soto (2002), o desenvolvimento acelerado do capitalismo no campo e a visão modernizante se tornaram hegemônicas com o Golpe Militar de 1964, baseado nos interesses da burguesia industrial e latifundiária. Esse desenvolvimento capitalista significou a transformação de uma sociedade agrária e tradicional para uma sociedade moderna e industrializada. Sendo assim, a agricultura ficou definitivamente subordinada ao processo de acumulação do capital.

A modernização da agricultura significa, segundo esta concepção, qualquer mudança na base técnica da produção agrícola, seja está apenas a substituição de algumas culturas por outras ou ainda a incorporação de novas variedades. [...] o conceito de modernização da agricultura se torna mais preciso e passa a significar “o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço para aumentar a produtividade” (SOTO, 2002, p. 44).

Segundo Soto (2002, p. 50), foi em meados dos anos 60 que a agricultura brasileira iniciou um processo de transformação, cuja máxima expressão foi a emergência e consolidação do complexo agroindustrial, deixando de atuar em meio natural para estabelecer forte relação com a indústria e dependendo de bens do capital e insumos industriais, da mesma forma que se vinculou com a indústria processadora de bens naturais.

A história da agricultura evolui desde a dissolução do “complexo rural” até a “industrialização da agricultura”. No complexo rural, o camponês produz em “interação com a natureza” extraindo os instrumentos necessários. [...] O processo de modernização da agricultura caracterizou as transformações capitalistas no campo e marcou a passagem de uma agricultura “natural” para uma produção agrícola baseada em fortes incorporações de insumos industrializados e importados. A modernização significou uma revolução na base técnica da produção agrícola (SOTO, 2002, p. 50).

Essas mudanças de base técnica e da implementação do complexo agroindustrial foram fenômenos que marcaram uma radical transformação da agricultura, que dependia quase que exclusivamente da natureza para uma agricultura baseada no uso intensivo de bens e insumos industriais. “[...] significou a renovação da base técnica da produção agrícola, mas também provocou a concentração da propriedade e da renda, assim como a queda no nível de vida da população no campo” (SOTO, 2002, p. 53).

No Brasil, é visível que a modernização da agricultura provém de uma base conservadora que se sustenta na concentração de terras e renda por grandes latifundiários. Assim, nos anos 50 e 60, em oposição ao latifúndio, surge o campesinato, que, dotado de conteúdo político e ideológico, defende o conceito da pequena produção. O modo de vida

camponesa traz consigo vínculos e relações sociais que fazem parte de uma organização social que valoriza a produção de subsistência em harmonia com a natureza, em negação ao sistema capitalista.

Segundo Fernandes (1996), foi durante os governos militares que os grandes grupos empresariais garantiram a apropriação de terras, por consequência aumentando o número e a extensão dos latifúndios. Nesses governos, houve fomento às mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e nos incentivos de crédito subsidiados pela sua política agrícola, o que propiciou a modernização da agricultura mecanizada.

Ianni (1985) aponta que o processo de modernização da agricultura gerou as lutas sociais no campo, as quais tiveram a sua origem na política de massas do período populista. Consequentemente, possibilitou a organização e mobilização das Ligas Camponesas de 1954-64, com reivindicações dos trabalhadores rurais. Junto às Ligas Camponesas, uniram-se partidos políticos, comunistas, populistas e setores progressistas da Igreja.

A partir desse cenário de lutas incitado pelas Ligas Camponesas, o camponês – trabalhador rural – passa a ser objeto de políticas, enfraquecendo, por consequência, o poder do latifundiário. Nesse período, o Governo Militar concebeu o Estatuto da Terra, lei de 30 de novembro de 1964, como forma de colocar freio nos movimentos sociais que se alastravam no Governo Goulart. Esse código serve de norte para ações de órgãos governamentais de fomento agrícola e de reforma agrária, como o INCRA (FERNANDES, 1996; SOTO, 2002).

Diante dessa realidade, os trabalhadores rurais foram criando diversas formas de resistência, que moldaram todo o seu processo histórico de lutas sociais caracterizadas pelo enfrentamento contra o Estado, os proprietários de terras e os capitalistas. Esse Movimento, notoriamente, é uma forma de organização social que, a partir da luta pela reforma agrária, tem gerado constantes conflitos fundiários em quase todo o país.

Fernandes (1996, p. 29) diz que a propriedade da terra pode ser estabelecida como uma relação social regida pelo poder, “porque no capitalismo ela significa sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, etc.”.

O desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório e sua essência está na reprodução ampliada do capital. A proporção que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos (FERNANDES, 1996, p. 29 e 30).

Assim, a forma de exploração capitalista se configura como relações sociais de expropriação e de exploração, que, segundo Fernandes (1996, p. 31), “cria de um lado, os

exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome”. Assim, a expansão do capitalismo no campo suscitou uma luta contra essa essência do capital em direção à luta pela reforma agrária, que devolve a propriedade da terra aos pequenos agricultores (propriedade familiar).

O autor pontua que, no final da década de 70, os trabalhadores rurais expropriados retornaram ao cenário político por meio de lutas populares, as quais se materializam em ocupações de terra em diferentes pontos do país. É nesse contexto de retorno à terra que surgiram inúmeros movimentos sociais no campo com diversas denominações, dentre eles um expoente, o MST. Segundo Caldar (2001), o Movimento é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica no Brasil. Originário das ocupações de terra em todo o país, teve sua concepção no período de 1979 a 1984, criado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Cascavel-PR, sob o lema de: Ocupar, Resistir, Produzir. Até hoje, o Movimento segue com os mesmos objetivos definidos na sua fundação, os quais são reafirmados como: Lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados.

Com as mudanças políticas ocorridas em meados da década de oitenta, como resultado da ação da sociedade em diversos movimentos políticos contra ditadura militar, lutando pela instauração da democracia no Brasil, na cidade e no campo cresceram organizações de trabalhadores conquistando novos espaços. Neste “novo” momento da história do Brasil, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja católica, diversos partidos e numerosas entidades pró-reforma agrária articulam-se para exigir do primeiro governo da Nova República – um projeto de reforma agrária (FERNANDES, 1996, p. 57).

Embora existam dispositivos legais¹¹, a reforma agrária só acontecerá na prática com a intensificação da luta pela terra. Diante dessa condição, o número de ocupações cresceu e as ações dos movimentos sociais na luta pela terra contribuem para que a reforma agrária saia do papel. É assim que, pouco a pouco, novas conquistas vão se tornando possíveis no cenário das forças políticas do Brasil, atualmente. “A agricultura familiar, apesar de ser acometida por políticas agrícolas excludentes, que contribuem para com a sua desestruturação, a luta pela terra e a luta pela reforma agrária permanecem firmes”, como forma de garantir a volta e/ou a permanência do camponês na terra. O campesinato assume seu protagonismo com posições

¹¹ Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

sociais e econômicas de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 1999, p. 63-64).

Segundo Zarref (2018), a reforma agrária é uma solução apresentada como uma forma de conter a destruição ambiental promovida pelo latifúndio. Com isso, surge no Brasil um movimento crítico que congrega vários atores sociais, culminando nas diferentes vertentes da agricultura – orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica, permacultura e outras. É nesse contexto que “o MST elabora suas primeiras definições, resgatando esse objetivo da reforma agrária e reconhecendo o campesinato como guardião das florestas, das sementes, das nascentes, dos rios e da fauna”. Desde sua gênese, o Movimento entende que o território conquistado tem responsabilidade com a sociedade e com o planeta de produzir alimento saudável e de cuidar da natureza.

Assim, vários assentamentos desenvolvem iniciativas como: agricultura orgânica, hortas medicinais, agroflorestas e sementes crioulas. Estabelecendo parcerias, o MST foi se apropriando das técnicas de produção sustentável, o que garantiu uma consciência coletiva de práticas agroecológicas, consistente e organizado pelos camponeses.

No início dos anos 2000 o agronegócio foi se consolidando como nova forma do capitalismo no campo e suas tecnologias foram se tornando mais agressivas, como agrotóxicos mais venenosos e a introdução dos transgênicos. Diante disso, foi ficando claro para nós, MST, que a concentração da terra, o controle da produção e circulação pelas transnacionais, a monocultura e a base tecnológica da revolução verde eram elementos de um mesmo projeto de morte para o campo brasileiro (ZARREF, 2018, s.p).

O Movimento acredita que a agricultura brasileira deve responder aos anseios e às necessidades da sociedade por meio da soberania alimentar e da agroecologia. Por esse viés, muitas famílias assentadas e acampadas estão assumindo a tarefa de produzir alimentos saudáveis, diversificados e a preços justos. Conforme Zarref (2018), em um novo desenho da agricultura, surge uma Reforma Agrária Popular, que não interessa apenas aos sem-terra, mas à população que está nas cidades. A agroecologia incentiva os sujeitos a produzirem a terra conquistada em cooperação com o outro, em relações sociais de construção coletiva de novas formas de se relacionar com a terra, respeitando o meio ambiente e a sociedade.

Por todas essas questões, foi de fundamental importância para o MST o elemento formação, ou seja, desenvolver atividades que formassem assentados e acampados para transformar a agroecologia de acordo com cada realidade local. Assim, criaram-se cursos técnicos, tecnólogos, de graduação, especialização e mestrado em agroecologia em parceria

com Universidades e Institutos Federais (ZARREF, 2018). Desse modo, foi necessário explorar o sistema agroecológico adotado pelo MST, como veremos na subseção seguinte.

2.4 O SISTEMA AGROECOLÓGICO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COMO ESCOLHA POLÍTICA

A agroecologia, segundo Leff (2002, 42), é uma construção recente e, portanto, não tem uma definição consolidada. Constitui-se em um conjunto de conhecimentos sistematizados, técnicas e saberes tradicionais dos povos originários e camponeses. São práticas agrícolas “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”.

Com potencial processo de transição de modelos mecanizados da agricultura tradicional para bases ecológicas e sustentáveis, inicialmente a agroecologia foi denominada “agricultura alternativa” devido à falta de outro termo que fosse capaz de englobar a lógica de uma abordagem holística, sistêmica, contextualizadora, subjetiva e pluralista, nascida a partir das culturas locais (GUZMÁN, 2001).

Profissionais de diversas áreas, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão convergem no sentido de que a agroecologia é um novo paradigma emergente capaz de superar as contradições do agronegócio (modelo tecnológico hegemônico). O resgate dos saberes populares são postulados de relações socioculturais, econômicas e ambientais que se congregam em um enfoque científico às disciplinas de âmbito agrônomo, ecológico, social, político, econômico, pedagógico, etc. (SARAGOSO, MACHADO & GARCIA, 2018).

Por conseguinte, o campesinato é uma classe social que se opõe e resiste às desigualdades sociais e à concentração fundiária no país, e, nesse campo de lutas, desenvolve estratégias que dialogam com a sociedade capitalista, pois, embora atue de forma contrária, essa lógica se encontra nela inserida. A expropriação dos camponeses da terra esteve no cerne dos mecanismos de acumulação, o que permitiu o surgimento do capitalismo no campo como referência da acumulação de capital e da produção com fins lucrativos.

O patenteamento dos organismos vivos, a tecnologia dos organismos transgênicos e, mais recentemente, a nanotecnologia sustentam uma nova fase nesse processo de expropriação dos agricultores produtores diretos, aprofundando a modernização dependente e depredadora da agricultura, iniciada com a revolução verde. O objetivo é retirar dos agricultores o controle sobre as sementes e, de maneira mais ampla, sobre a produção no campo, em benefício das grandes corporações transnacionais, as quais

constituem peça fundamental no regime de acumulação financeira que caracteriza a mundialização do capital (GUHUR e TONÁ, 2015, p. 31).

Assim, observamos as relações antagônicas existentes entre o modo de produção camponês e o modo de produção capitalista, presentes em um debate sobre o uso e cuidado com a terra. Niederle, Almeida e Vezzani (2013) corroboram dizendo que a agronomia convencional é direcionada exclusivamente a interesses econômicos e não a um sistema ecossociológico, o que direciona à mudança de comportamento. Forma-se, então, um cenário diferente, em que o enfoque agroecológico se baseia na manutenção e no manejo de agroecossistemas biodiversificados, os quais têm como protagonista o pequeno agricultor familiar.

Segundo Borzone e Almeida (2019), o campesinato tem enorme relevância como o maior produtor de alimentos do Brasil, em que seu protagonismo se dá no cultivo de agroecológicos. Os autores se referem a esse sistema devido ao fato de o trabalho no campo ser familiar, por estabelecer relações não capitalistas entre as pessoas e por carregar em sua essência uma visão holística e relacional com a natureza. Assim, a agricultura familiar se opõe ao conhecimento automatizado que prevalece na ciência neopositivista adotada pelo agronegócio, que tem a geração de lucros como finalidade exclusiva.

Desse modo, há o entendimento de que a agroecologia vai de encontro à atual situação mundial de agravamento de problemas ambientais, da fome e do empobrecimento da população. Portanto, inferimos que essas questões fazem parte de uma luta de classes, travada por movimentos sociais que levam em conta o bem social como um todo. Com isso, como movimento social camponês, o MST contrapõe-se ao uso excessivo da terra, à utilização de maquinários de grande porte, às altas dosagens de fertilizantes, ao uso desenfreado de agrotóxicos e aos desastres ambientais, bem como ao emprego de sementes híbridas que resultam no desaparecimento da maioria das sementes crioulas, o que torna a agricultura vulnerável a cada dia que passa, tornando-se, assim, o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (RAUBER, 2021).

Borzone e Almeida (2019) fazem referência a uma urgente mudança no modelo econômico e de produção de alimentos, de modo a resgatar a soberania alimentar dos povos. Assim, surgem os debates da agroecologia, da permacultura e do ecofeminismo, que convergem na busca por maneiras de equilibrar os saberes ancestrais aos saberes da ciência moderna. Desse modo, constroem uma nova agricultura que contempla o conhecimento humano na relação com a natureza, de modo a permitir a sobrevivência da humanidade. Em

seu contexto histórico, a agroecologia é uma noção que diz respeito ao modo de produção de alimentos, de exploração da terra, de trabalho em comunidades e de gerenciamento de recursos naturais:

[...] como ciência multidisciplinar, firma-se, no Brasil, nos anos 1970, em resposta aos problemas causados pela Revolução Verde. A “agroecologia” apresenta propostas para transformar sistemas agrícolas insustentáveis em sustentáveis. Essa sustentabilidade é considerada não apenas nas mudanças de técnicas agrícolas, mas também nas formas de organização social, política e econômica, trazendo mais justiça espacial aos povos que vivem na/da terra. Assim, ela é construída de baixo para cima, baseada no protagonismo do campesinato e, a partir dele, recuperando conhecimentos agrícolas que haviam sido destruídos com a agricultura moderna, aliados a descobertas das ciências agrícolas, do ambientalismo e de estudos trazidos pela antropologia e pela geografia (BORZONE; ALMEIDA, 2019, p. 251).

Segundo Gliessman (2000), o termo agroecologia surgiu na década de 30 como sinônimo de ecologia aplicada à agricultura. Em consequência da expansão do capitalismo no campo, a revolução verde, a ecologia e a agronomia seguiram atuando separadamente.

Embora a agroecologia tenha sido inicialmente concebida como uma disciplina específica que estudava os agroecossistemas, nas décadas seguintes, outras contribuições foram se somando para dar-lhe sua conformação atual: o ambientalismo; a sociologia, a antropologia, a geografia e o desenvolvimento rural; e o estudo de sistemas tradicionais de produção, indígenas e camponeses, de países da periferia do capitalismo (GUHUR e TONÁ, 2015, p. 32).

O uso do termo agroecologia se popularizou nos anos 80 com os trabalhos dos pesquisadores estadunidenses Miguel Altieri e Stephen Gliessman. Esses estudiosos atualmente são considerados os principais expoentes da “vertente americana” da agroecologia. Outra vertente conhecida é a da escola europeia, também surgida na década de 80. Na América Latina, por sua vez, os principais autores são Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzáles de Molina da Universidade de Córdoba, na Espanha (GUHUR e TONÁ, 2015).

O surgimento da agroecologia no Brasil se deu no final de década de 70 com égide da “agricultura alternativa” em contestação à revolução verde, restrita inicialmente a “um pequeno grupo de intelectuais, em sua maioria, profissionais das ciências agrárias, até meados da década de 80” (GUHUR e TONÁ, 2015, p. 32). Atualmente, existem alguns autores que são referências para a agroecologia no país, entre eles: José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro.

Visivelmente, a agricultura orgânica, desde meados de 1990, tem ascendido como um dos segmentos agroalimentares com maior expansão mundial, com altas taxas de crescimento. Foi nos anos 2000 que os movimentos sociais ligados à Via Campesina passaram a ter papel

fundamental no debate agroecológico (NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013). Segundo os autores, no que se refere ao Brasil, esse crescimento tem sido acompanhado por uma intensa reestruturação institucional dos diferentes mercados em que circulam esses produtos. Tais movimentos resultaram em importantes mudanças, como o reconhecimento inédito dos sistemas de produção agroecológicos pelo Estado e, portanto, o direcionamento de políticas públicas específicas para esse segmento que vem se fortalecendo.

Mas esse reconhecimento tem como fundamento os dados obtidos por pesquisas da área que afirmam tal tendência. “Segundo dados da Sociedade Brasileira de Orgânicos, entidade que reúne os produtores, processadores e certificadores, 80% dos produtores de alimentos orgânicos no país são agricultores familiares” (NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013, p. 24).

Outro tema valoroso ligado à agroecologia é a soberania alimentar, que entrou em pauta em virtude de o mundo estar percebendo a fundamental importância de investir em sistemas de produção que não agridam o meio ambiente.

Em todo o mundo, a recente conjunção das crises alimentar, econômica e ambiental reavivou preocupações relativas às condições de garantia da segurança alimentar e nutricional, compreendida não apenas em relação à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas também às formas de distribuição e apropriação dos mesmos. Isso tem levado grupos sociais a promover mudanças significativas nos sistemas de produção e consumo alimentar. Uma das mudanças mais evidentes diz respeito ao crescimento das agriculturas de base biológica, envolvendo um amplo conjunto de formas de produção que se estruturam sob insígnia da agroecologia (NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013, p. 13).

Para Niederle, Almeida e Vezzani (2013), duas questões são centrais: as preocupações relacionadas à segurança alimentar e a soberania alimentar. Elas resultam em formas inovadoras de agroecologia, as quais chamam atenção para uma nova agenda de pesquisas relacionadas à capacidade da agroecologia de reestruturar as práticas agrícolas.

Nesse cenário, é possível notar a participação do MST comopositor ao modelo de agricultura capitalista, o que, de certa forma, acirra conflitos com o agronegócio. O Movimento tem participado, conseqüentemente, da produção de alimentos agroecológicos que abastecem os mercados locais. Os sem-terra buscam a participação do Estado nessa nova demanda social e na implementação de políticas públicas à agricultura agroecológica, as quais contemplem segurança alimentar e desenvolvimento sustentável da agricultura, com vistas ao equilíbrio ecológico.

A agroecologia pode ser vista como a ideia construtora (ou efeito) da prática de resistência do MST, que visa criar mecanismos capazes de consolidar discursos e dialogar

com a sociedade na apresentação de uma nova forma de produzir a terra e de garantir a soberania alimentar. Essas narrativas são encontradas nas monografias dos estudantes do MST. Os trabalhos monográficos forneceram subsídios para a análise das informações contidas em suas escritas (discursos) e, mais do que objetos de estudo, serviram como superfícies de inscrição enunciativa para a observação da noção circulante de agroecologia. Nesse sentido, como será detalhado na próxima subseção, o MST e os estudantes analisados são sujeitos produtores e mediadores com vistas à transformação social.

2.5 INFORMAÇÃO, MST E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A informação perpassa várias esferas da vida em sociedade, doméstica e profissional, sendo utilizada por muitas pessoas sem limitações de tempo e espaço. Passível de socialização, a informação também é alvo de retenção por determinados grupos sociais (os dominantes), que passam a fracioná-la ou mesmo a condicioná-la a seu bel prazer. Portanto, fizemos a seguinte indagação: o que é informação e qual é o seu valor? Capurro (2000), em seu texto “Pasado, presente y futuro de la noción de información”, apresenta uma investigação tanto da história quanto da palavra como um conceito, considerando significado e significantes. O autor a compara essa tarefa investigativa com a de um geólogo ou antropólogo, que tentam reconstruir o processo de origem de determinado objeto de estudo. Ele busca a origem da palavra “informação”, escavando o seu sentido arqueológico e apresentando em que sentido a palavra aparece no decorrer de sua história mais ou menos recente pelos diversos campos. Entendemos que toda palavra tem sentido e carrega em si sua origem antropológica em uma teia de sentidos sociais do seu uso.

Sendo assim, para alguns autores de visão pragmática, a informação (o registro de conhecimento necessário a uma decisão) é essencial e requisitada em muitas sociedades que têm um tipo de organização socioeconômica capitalista. A expressão “registro” inclui não só documentos tipográficos, mas também os reprográficos e quaisquer outros suscetíveis de serem armazenados visando à sua utilização. Pode ser uma prova que sustenta um fato, um registro de um conhecimento, dados, etc. (CUNHA, 2008). “Na concepção de Robredo (2007, p. 7), a informação é um código de sinais que permite ser: registrada, duplicada, transmitida, armazenada, organizada, processada e recuperada”. Conforme o autor,

[...] a representação da informação ocorre quando extraída da mente e codificada, pela linguagem natural (falada ou escrita), seguindo normas e padrões (gramática, sintaxe) próprios de cada língua, ou de outras linguagens criadas pelo homem (linguagens de programação,

que também têm suas gramáticas e sintaxes). A interpretação da informação de fato gera, um processo de transformação do conhecimento (dentro da mente) em "informação" fora da mente. Então, "informação" seria o conhecimento "externalizado", mediante algum tipo de codificação. Observe-se que isso somente se aplica ao conhecimento já existente na mente (ROBREDO, 2007, p. 7).

Buckland (1991) nos traz três significados de informação que contribuiriam com nossos vestígios. Assim, visualizamos os atravessamentos do nosso objeto de estudo, a saber: "informação como processo", "informação como conhecimento" e "informação como coisa". A natureza e as características de "informação como coisa" se referem a uma variedade de informações, a qual inclui dados, textos, documentos, objetos e eventos. Para o autor, toda informação se configura como processo que acontece no ato de informar, ou seja, é notadamente o processo de troca de mensagem em uma comunicação entre um emissor e um receptor, referência à teoria matemática de Shannon e Weaver.

Quanto à informação como conhecimento, Buckland (1991) caracteriza-a pelo conteúdo da mensagem (fato, acontecimento, etc.), que é veiculada no ato de comunicação. O autor entende que informação é intangível, ou seja, uma característica, um estado, em que a informação não pode ser tocada ou medida. Já a informação como coisa é aquela em que se atribui o papel informativo a documentos, dados, etc. A informação, nesse caso, é entendida como qualquer forma de representação tangível da informação ou de algum evento que possa ser quantificado.

A partir dessas definições, a CI, como ciência social aplicada, desenvolve pesquisas no campo da organização, recuperação, interpretação, disseminação e uso da informação contida em algum tipo de suporte que envolve a linguagem e a comunicação humana. A informação apresenta-se em diferentes instâncias da vida, sendo ela um fenômeno de linguagem, de uma capacidade articulativa, de simbolização e expressividade humana na condição de intervir no mundo, a partir da acessibilidade do conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido socialmente. Parece-nos que o interesse do MST pelo ensino universitário e uma conseqüente produção de informação voltada à agroecologia carregam consigo uma vontade de reconhecimento, de valorização do saber técnico legitimado, isto é, do discurso legítimo ou hegemônico. Porém, em relação à informação presente nas monografias, é notável o valor que a informação carrega a partir da industrialização, pois se desloca de seus suportes para se constituir como objeto de estudo autônomo de uma Ciência. A partir, sobretudo, dos esforços de guerra, a informação passou a ser considerada um insumo para o desenvolvimento econômico e retenção do poder político a partir de sua correta coleta, armazenamento e

tratamento. Suas possibilidades de melhoria do meio social passaram a circular na Ciência da Informação (CI) a partir do fim dos anos 80.

Sendo a informação objeto da CI, há correspondência de seu fenômeno em contexto das relações sociais. A informação como forma de diálogo entre a sociedade e as instâncias científicas e políticas é fator preponderante para a elaboração de uma nova hegemonia pelas classes populares que buscam o seu lugar na sociedade dentro de um projeto político, social e cultural. Segundo Barreto (2008, p. 9), a informação está sintonizada com o mundo ao referenciar o homem em seus espaços de convivência com outros, tendo uma memória do passado e a projeção de futuro em que se estabelece a apropriação do conhecimento que “se localiza em um ponto no presente, que é o espaço de assimilação da informação”.

Vitorino e De Lucca (2020, p. 67) apresentam quatro dimensões – técnica, estética, ética e política – que servem tanto à competência quanto à informação como educação no sentido de concretizar-se em contextos pessoais e coletivos. Desse modo, as quatro dimensões da competência em informação, objeto de estudo da CI, “constituem as bases sobre as quais se assentam tanto a informação transmitida e recebida quanto à competência necessária para processá-la e utilizá-la de modo a agir significativamente na construção da realidade”. A informação, aliada ao desenvolvimento tecnológico, assume características de transitoriedade, fragmentação e parcialidade no âmbito das práticas sociais, exigindo a necessidade constante de aprendizado conectado à demanda ininterrupta por conteúdos informacionais de naturezas variadas.

Assim, a CI, ao estabelecer o paradigma social, une-se à epistemologia social, que analisa a informação como um fator de mudança contra a manutenção de estruturas dominantes. O olhar da ciência não se limita mais ao processo técnico ou físico que a informação passa nem apenas ao processo cognitivo de abstração, mas, sim, ao processo de contrainformação, que leva em consideração o fenômeno social em suas dimensões políticas, econômicas e históricas dos indivíduos. Essa reflexão acerca da CI aborda seu objeto, a informação, à luz do conhecimento e de uma epistemologia social. Entende-se a informação como insumo social, fenômeno sempre presente na vida do homem, que estabelece o convívio social e gera conhecimentos a partir do seu uso, assimilação, distribuição e compartilhamento. De todas as relações complexas que cercam a formação da CI como disciplina, as que interessam nesta pesquisa são os processos socioeconômicos, culturais e políticos que envolvem o uso, posse e compartilhamento da informação.

Fernandes (1993 *apud* Freitas, 2003) colabora com essa discussão ao mencionar que foi após o surgimento do capitalismo, especialmente em sua face industrial, que as atividades

de informação adquiriram uma nova dimensão, pela necessidade da gestão institucional dos saberes, ou seja, do fluxo de informações para a tomada de decisão. Por sua vez Wurman (2003) e Mattos (2010), respectivamente, enfatizam essa necessidade de gestão e controle dos fluxos informacionais como ansiedade e avalanche de informação, cujas demandas já não eram facilmente atendidas pelos meios disponíveis, sendo que as quantidades excessivas acabam por nublar diferenças entre dado e informação. Sendo assim, a informação, que ganha força como papel estratégico nas sociedades modernas, tornou-se a mercadoria mais valiosa, e a partir dela se dão as relações de poder.

Em contribuição, Tauile (1981) aborda que os aspectos do capitalismo contemporâneo se ligam com os fluxos informacionais, os quais determinam o desenvolvimento tecnológico, indispensáveis para formulação de projetos socioeconômicos, que ele chama de dependência tecnológica e/ou dependência de informação. Dessa maneira, a economia do trabalho é dirigida pelos fluxos de informações, que vão desde a produção até a circulação dos produtos na geração de riquezas e poder numa lógica em que as minorias se submetem ao interesse dos dominantes em uma relação de poder. Consequentemente, o domínio do fluxo de informações pelo capitalismo é percebido no sentido de que a descentralização da informação e o aumento desta compõem a produção social com vistas a outras formas de trabalho, pois à medida que o sujeito controla o fluxo de informações, deixa de ser dependente do outro, o poder-hegemônico.

Nessa lógica, a informação se torna insumo para a constituição de processos de dominação e, a fim de gerar riquezas e poder ao perpassar esferas da sociedade, incide na cultura do povo. Assim, para Marteleto (1987), surge a informação cultural – científica e literária –, retida nas mãos de especialistas que não a pensam publicamente. Dessa forma, o tema informação é tratado juntamente à questão da hegemonia, ou seja, ao poder que a classe dominante exerce sobre outra através da difusão de sua ideologia. O estudo de Silva (1982) enfatiza a contribuição teórica de Gramsci não apenas para o conhecimento do conceito de hegemonia, mas como a ampliação do seu uso que, antes exclusivo da política, agora o remete para a cultura geral. Pensar na sociedade atual sobre o problema da hegemonia e da luta ideológica permite pensar nas possibilidades de luta contra a hegemonia burguesa.

Apesar de Gramsci não ter utilizado explicitamente o termo informação em suas obras, Marteleto (1987, p. 176) contribui dizendo que o “conceito informação (como conhecimento ou concepção de mundo) encontra-se implícito em suas análises sobre cultura dominante e cultura dos subalternos (ou cultura popular)”. Por esse viés, entendemos que foi o processo hegemônico da classe dominante que permitiu que se elaborasse, por meio de estudos dos

meios de comunicação de massa, o conceito de contrainformação como elemento do sistema de comunicação que se opõe ao sistema (SILVA, 1982). Com base nisso, entendemos que Gramsci (1989), ao tratar do intelectual orgânico, fornece-nos a compreensão da contrainformação no sentido de que toda organização social cria seus intelectuais a fim de apropriar-se do conhecimento, atuando como porta-voz de seus membros.

À vista disso, a contrainformação se constitui como resistência à ordem hegemônica e à luta pela instalação de uma nova hegemonia, a fim de garantir a circulação de informações sobre situações de classes que se encontram marginalizadas. Compreendemos por marginalizadas as formas de desigualdades que não são apenas econômicas, mas culturais, as quais impõem barreiras e dificultam a ascensão, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos segmentos socialmente vulneráveis (sujeitos individuais ou coletivos) habitualmente excluídos pelo sistema capitalista. O sistema submete as classes dominadas a posições marginais no sentido de manutenção desses sujeitos em conformação inferiorizada, reforçando situações de desigualdades sociais.

Nesse sentido, é notável que as classes dominantes detenham o controle sobre a informação cultural, sobre o aparato religioso, educativo e da cultura de massas, pois seu domínio se dá por meio do consenso social. Portanto, é esse fato que vem realçar a necessidade e importância da contrainformação capaz de quebrar com essa hegemonia cultural, por meio da conquista de uma hegemonia entre as classes dominadas – subalternas. Entretanto, Silva (1982) esclarece que não existe uma subordinação absoluta de uma classe sobre a outra, o que desvela uma hegemonia nunca absoluta, abrindo possibilidade a uma nova hegemonia como resistência a um sistema dominante reforçada pelo conceito de contrainformação.

Contudo, o conceito de contrainformação, tal como é entendido por P. Baldelliem seu texto *Informzaione e contra-informazione*, significa ao mesmo tempo práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instalação de uma nova hegemonia. Essa prática de contrainformação refere-se tanto à operação clandestina, fora do circuito normal, com a criação de meios populares próprios de transmissão de informações, como a ocupações de espaços e brechas deixados nos meios de comunicação como estão instituídos, ou seja, a utilização política do cinema, das canções, do teatro, do jornal, da televisão, conforme as possibilidades oferecidas em cada situação específica. A contrainformação pressupõe, portanto, um processo que visaria “garantir a circulação de informações sobre situações de classe, à margem dos canais controlados pelo poder constituído e também utilizando espaços que as contradições da burguesia oferecem no seio desses canais” (SILVA, 1982, p. 36).

Por consequência, a contrainformação para grupos marginalizados pressupõe um processo que visa garantir a circulação de informação cultural – científica e literária – em seu meio, rompendo as barreiras que são impostas pela hegemonia dominante, sobretudo a do acesso à Universidade, que é a instância da legitimação do conhecimento científico. Podemos pensar, dessa forma, na contrainformação como novo ato cultural, ou seja, como uma nova criação cultural da informação e uma nova forma do sistema de informação, que será o reflexo da visão de mundo desse grupo social.

Conforme Marteleto (1987), por mais que as instituições educativas em um processo hegemônico funcionem como instrumento de inculcação ideológica e de reprodução social, ela pode representar um espaço de construção de uma contra-hegemonia para as classes subalternas. Na visão de Gramsci (1989), a formação de uma nova cultura – ou anticultura dominante – deve reunir elementos não apenas da cultura vivenciada das classes subalternas, como também elementos extraídos da cultura dominante e reinterpretados criticamente.

Feitas essas considerações teóricas, tratadas na dissertação ou aprofundadas em estudos posteriores, refletimos, a seguir, sobre nossos procedimentos metodológicos e sobre o porquê e a forma como pensamos nossas escolhas conceituais, já que são elas parte do nosso método investigativo. Assim, para as análises das categorias emergidas da Análise de Conteúdo, nos pautamos em competências infocomunicacionais¹² vinculadas às quatro dimensões de Vitorino e De Lucca (2020) – dimensão técnica, dimensão estética, dimensão ética e dimensão política –, as quais nos permitem relacionar aspectos complexos da informação em meio aos discursos circundantes à agroecologia, de modo a evidenciar seus efeitos na complexa relação entre poder e saber condicionada à cidadania. Esses elementos encontram-se materializados na seção a seguir, que detalha o percurso metodológico.

¹² Competência infocomunicacional dos autores Armando Malheiro, Lídia Oliveira e Jussara Borges de Lima, ainda que mencionado e de grande relevância não faremos aprofundamento, mas é fundamental, nessa pesquisa, para compreender as dimensões da informação como referência de elementos analíticos.

3 ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Nessa seção, apresentamos os procedimentos metodológicos aplicados ao desenvolvimento do estudo. A seguir, caracterizamos a pesquisa e apresentamos o *corpus* da mesma, bem como os instrumentos de coleta de dados utilizados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PEGADAS

A presente pesquisa foi classificada como exploratória e descritiva; optamos por classificá-la desse modo levando em conta o seu aspecto social da produção, uso e compartilhamento da informação. A pesquisa exploratória tem como intuito aprofundar e aperfeiçoar ideias, ou a construção de hipóteses, sendo caracterizada pela pouca quantidade de dados disponíveis, enquanto a pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição de um determinado objeto de estudo, que pode ser uma população ou um fenômeno e suas variáveis (estabelecimento de relações entre variáveis), segundo Santos (2012) e Gil (2008).

Quanto à abordagem, Creswell (2010) define que o estudo qualitativo é apropriado quando o fenômeno inserido em determinado contexto precisa ainda ser entendido em sua concepção, ou seja, quando ainda não foi pesquisado e desvendado por inteiro. “A pesquisa qualitativa torna-se um meio para explorar e para atender ao significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). Portanto, por se tratar de um estudo sobre o fenômeno ainda incipiente, a agroecologia enquanto noção socialmente circulante que deve se transformar e se consolidar em um conceito, a pesquisa qualitativa é a mais apropriada para o nosso estudo.

Junto a esse motivo técnico, inserem-se as experiências pessoais e a afinidade da mestrandia com o objeto de estudo, o que relaciona a escolha da metodologia qualitativa ao aspecto intrínseco sobre o pesquisador, que “[...] reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo. Essa introspecção e esse reconhecimento de vieses, valores e interesse [...] o eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador” (CRESWELL, 2010, p. 187).

Dentre as escolhas metodológicas, o procedimento analítico alicerçado na Análise do Discurso também nos auxiliou a cumprir com os objetivos da dissertação. Nesta pesquisa, consideramos os discursos (ou, mais apropriadamente, os enunciados) dos TCCS, citações e escrita dos formandos como meios para acessar objetiva e subjetivamente o conhecimento sobre diversos acontecimentos e realidades descritos. Na abordagem qualitativa, o importante

foi “a presença ou a ausência” de uma dada característica de conteúdo. Esse método foi acompanhado por procedimentos de mensuração, o que nos permitiu recuperar, quantificar e avaliar as ideias ou temas presentes no conjunto de documentos: *corpus* da pesquisa, o qual foi mensurado e depois investigado.

Esses procedimentos acima mencionados foram realizados para verificar se a amostragem é considerável e se está completa, mas também para nos aproximarmos tanto do significado explícito como daquilo que está subentendido nos discursos. O contexto foi, nesse processo, fator relevante, pois sempre se apresentou como polissêmico. Todo texto, assim, como todo analista, apresenta um posicionamento, seja ele temporal, cultural ou ideológico, além da posição teórica do analista, que tem por objetivo revelar intenções, tendências, conflitos, ambiguidades ou ideologias presentes nos documentos examinados.

O contexto, por sua vez, deu sentido aos acontecimentos discursivos de forma a entendermos estruturas diversas ou divergentes e que possibilitaram definir os limites sobre determinados fenômenos e suas condições de aparição, dando limite para o lugar que aquele acontecimento ocupa. Os enunciados discursivos estiveram presentes em todos os tempos, lugares e sociedades como construções discursivas sobre a realidade humana e a história das pessoas e de suas experiências, relatadas e transmitidas via discursiva, possibilitando a compreensão de quem somos e de quem são os outros, as particularidades das vivências sociais e a existência de grupos culturais. Numa proposição (enunciado), foram desveladas as intencionalidades do sujeito e as estratégias discursivas. Direcionamos a análise do discurso para investigar a lógica dos discursos, as intenções do autor/sujeito, ou seja, seu ponto de vista assumido, os conflitos e os sujeitos determinantes de tal realidade.

Para a realização dessa análise discursiva, extraímos os extratos de textos (enunciados) mais significativos, realizando uma análise de enunciação após o esmiuçar de categorias e subcategorias, que foram melhor explicadas nas subseções seguintes da metodologia. A partir dessas considerações sobre o discurso, inspirado nas visões de análise de Bardin (2016) e Richardson (2010), criamos instâncias de Análise do Discurso para nossa dissertação em cinco operações analíticas, com quatro objetivos: recompor os discursos; identificar os conflitos; reconhecer as formas de construções dos discursos; e identificar o significado de fundo ético e moral nos discursos. Essas escolhas se deram aprioristicamente levando em conta o fenômeno já conhecido previamente a fim de explorar o que é explícito nos textos e o que não estava aparente, em um processo inferencial de determinação sem fim ou começo.

A seguir, apresentamos as quatro operações analíticas que correspondem aos quatro objetivos da análise proposta:

- I. compreender a lógica do paradigma discursivo;
- II. deixar surgir novas unidades temáticas;
- III. permitir o conflito entre pontos de vista (ideológicos, éticos e morais); e
- IV. observar as estratégias argumentativas (conflitos de ordem política, econômica e social).

Para a Análise de Conteúdo, foram necessárias algumas operações que codificaram a informação, ou seja, a análise das mensagens, a análise temática e o estabelecimento de categorias. Nesse sentido, a Análise de Conteúdo visou manipular mensagens e testar indicadores que permitiram a inferência sobre determinada realidade, sendo possível ao analista adaptar suas técnicas metodológicas de acordo com a demanda da pesquisa (BARDIN, 2016).

Apontadas essas questões metodológicas, afirmamos, então, que nosso estudo teve uma abordagem qualitativa devido à inferência acerca da noção circulante de agroecologia, com base na Análise dos Discursos dos autores citados e das escritas dos formandos. Foi importante destacarmos que o percurso metodológico já se iniciou a partir mesmo da fase de levantamento dos TCCs, em que pairou a “impressão” recorrente desse tema, como demonstramos nos resultados finais. No entanto, a nossa Análise de Conteúdo ocorreu em fase inicial da pesquisa, já na leitura flutuante e no levantamento de termos com posterior criação e mensuração de categorias inferenciais, melhor descritas a partir da subseção 3.4.

Com intuito de estudar a construção da noção circulante da agroecologia, este trabalho esteve amparado em uma metodologia que se apropria de técnicas da Análise de Conteúdo, a qual traz referências parcialmente descritas “Arqueologia do saber” (FOUCAULT, 2013), em que ambas as técnicas aproximam-se em forma de interrogação e observação acerca do conteúdo dos documentos, respondendo às instâncias de Análise do Discurso e aos objetivos descritos anteriormente em operações analíticas, as quais forneceram subsídios para a análise discursiva. Essas técnicas de análise convergiram em um olhar para os discursos formadores de um campo do conhecimento, mais precisamente para a emergência de uma noção que aponta para a formação de um conceito, com base na quantificação dos termos, palavras ou expressões que circulam na concepção, expressão ou significação de agroecologia nos TCCs.

Desse modo, Foucault (2013) nos ofereceu importantes aportes para a concepção geral dos estudos inferenciais, mais precisamente para a interpretação dos resultados. Assim, foi possível, a partir desses olhares, a formação dos objetos de um campo discursivo que estudou a maneira pela qual se formam os discursos. Destarte, buscamos a compreensão da lógica e

das regras que auxiliam a formação dos discursos, seja pelas modalidades de enunciação, pelas noções/conceitos ou pelas temáticas privilegiadas, as quais são estabelecidas pela dispersão de objetos em uma área específica do conhecimento. Portanto, foi importante buscarmos a rede de sentidos que circundam a agroecologia, analisando, desse modo, o jogo de interpretações que materializa o discurso (FREITAS, 2001).

3.2 CONTEXTO E *CORPUS* DAS PEGADAS

O *corpus* de análise deste estudo foi composto pelos quarenta e três (43) trabalhos de conclusão de curso dos formandos de Agronomia do ano de 2018 (em razão de ser a primeira turma de formação em Bacharelado do Curso Superior de Agronomia), indexados no repositório digital da UFFS. Os trabalhos foram recuperados por meio da consulta on-line no repositório institucional da UFFS (onde foram publicizados) no segundo semestre de 2019. A busca e coleta desses registros no repositório deu-se por meio da opção de pesquisa por turma. Esse grupo de formandos do MST recebeu o nome de “Ênio Guterres”, e, dessa forma, deu-se e concluiu-se a recuperação dos documentos. Para tratamento dos dados, utilizamos o software Microsoft Excel 2010 e o Software NVivo 12 Pro¹³ (para a análise dos dados). Os dados das monografias foram extraídos, inseridos, tabulados e analisados após a elaboração de um banco de dados no software Excel e no NVivo 12 Pro.

A seguir, elencamos os procedimentos metodológicos desenvolvidos para a composição da pesquisa:

- a) busca no repositório institucional pelos TCCs defendidos em 2018;
- b) leitura flutuante – para a Análise de Conteúdo – ou leitura técnica (como denominada na Biblioteconomia) das monografias (título, resumos e palavras-chave), como forma de verificar o que versam sobre o termo agroecologia;
- c) identificação da autoria, gênero da autoria, título, palavras-chave, região, espaço de pesquisa, tipo de estudo, fontes de informação, etc., de forma a organizar e sistematizar os dados para inserção e trabalho no Excel (esses procedimentos serviram como base para tomadas de decisão metodológica);

¹³ O software NVivo 12 Pro permite a importação de arquivos e ajuda a organizar e analisar documentos em Word, PDFs, vídeos, fotos e arquivos de áudio por meio de “nós”, com os quais é possível determinar a frequência e importância de cada elemento em determinados textos. O software auxilia os pesquisadores que trabalham com material não-estruturado a compilar, comparar e decifrar informação de forma segura e fidedigna no tratamento dos resultados, na realização de inferências e interpretação de textos.

- d) levantamento das citações e escritas e enunciados utilizados na composição dos TCCs (inserção preliminar de dados no software NVivo 12 Pro)¹⁴; e
- e) análise e interpretação dos resultados da pesquisa com ênfase no referencial teórico da CI, Análise de Conteúdo, Análise do Discurso e das demais áreas constantes do quadro teórico construído.

É importante ressaltar, do ponto de vista da ética na pesquisa científica, que os dados da UFFS estão em domínio público, posto que os arquivos de textos completos das monografias estão disponíveis em acesso aberto no repositório digital da instituição. Além disso, não foi dada ênfase à autoria dos trabalhos; eles foram tratados como conjuntos de dados. Em análise posterior, por meio dos vestígios textuais, foram observados os processos na construção social da noção circulante de agroecologia por meio dos discursos proferidos pelos formandos em suas escritas e pela fundamentação teórica em citações. A proposta foi de analisar a constituição de um conceito a partir do exame do discurso, por meio da noção do sujeito social/histórico. Em suma, a análise dos dados, tendo em vista a sua articulação com as construções ideológicas, apresentou uma ou várias formações discursivas, fundamentais para a Análise do Discurso e identificação de enunciados recorrentes, capazes de consolidar a noção percebida.

3.3 INSTRUMENTOS ARQUEOLÓGICOS DE COLETA

Segundo Creswell (2010), o registro dos documentos da pesquisa pode ser realizado com base em uma estrutura de anotações definidas pelo pesquisador, levando em conta a necessidade de organização dos dados, de forma que possa permitir uma codificação do material. Essa possibilidade já marca uma das características da Análise de Conteúdo e da Análise do Discurso: cada análise é sempre *UMA* análise possível, e não *A* única e definitiva análise.

Com intuito de facilitar a composição da pesquisa, as informações coletadas nos TCCs foram registradas dentro de uma estrutura que possibilitou a sistematização dos dados que foram utilizados no estudo. Dessa forma, construímos uma tabela dinâmica, no Excel, com os seguintes dados de pesquisa: título do TCC; gênero; autor; palavras-chave; espaço de pesquisa; assentamento; tipo de estudo; e instrumento de pesquisa.

¹⁴ Nos resultados preliminares aparece o produto do processo de aplicação deste software. Para a banca, pode ser desnecessária uma explicação. Caso seja necessário, na dissertação final poderemos detalhar mais.

Com base nos dados da planilha Excel e das temáticas “nós” do NVivo 12 Pro, elaboramos uma tabela documental para os TCCs, bem como gráficos e outros instrumentos, de forma que nos permitiu uma análise individualizada e coletiva. Essas ferramentas de coleta de dados estão disponibilizadas ao final do trabalho como: Apêndice A – *Planilha documental* e Apêndice B – *Corpus da pesquisa*.

3.4 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS

Em nossa pesquisa, utilizamos a Análise de Conteúdo enquanto técnica capaz de inferir sobre as condições de produção em que ocorrem os indicadores quantitativos ou não. Nesse campo, teve destaque a semântica, isto é, a pesquisa do sentido de um texto, em que nos propomos adentrar no território da interpretação do sentido das palavras e/ou enunciados. Conectamos, desse modo, a “Análise de Discurso” ao estudo dos efeitos do sentido, da retórica, da língua e da palavra, formando o campo semântico de um enunciado. Reunindo a técnica de Análise de Conteúdo com a Análise do Discurso, chegamos ao campo da comunicação (a fala humana), nesse caso, as escritas dos formandos nos TCCs, tão ricas e polissêmicas ao mesmo tempo valiosa, as quais nos forneceram uma gama de interpretações imagináveis e inimagináveis. Nosso maior desafio em relação à abordagem desses conteúdos no campo simbólico foi inferir e interpretar aquilo que não está aparente na mensagem, o implícito. Por isso, foi necessário entender sobre os limites dos “conteúdos manifestos” e dos “conteúdos latentes” das mensagens acessadas e analisadas nos TCCs. No entanto, nossa pesquisa partiu do conteúdo manifesto, daquilo que estava explícito nos textos num exercício de projeção subjetiva do que foi percebido até chegarmos naquilo que estava implícito, não visível.

Portanto, como técnica de tratamento, análise e interpretação de dados, a Análise de Conteúdo apresentou um conjunto de técnicas capazes de fornecer um maior rigor por não se tratar de apenas um único instrumento, sendo marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Sendo assim, a Análise de Conteúdo foi capaz de levantar indicadores, quantitativos ou não, permitindo a realização de inferência de conhecimentos (BARDIN, 2016).

A seguir, apresentamos as três fases de aplicação da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016):

- I. a pré-análise;
- II. a exploração/análise do material; e

III. o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise foi constituída pela:

- I. leitura flutuante, que consistiu no estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados;
- II. escolha dos documentos, quando se realizou a delimitação do material que foi analisado;
- III. formulação de hipóteses;
- IV. referenciação dos índices e elaboração de indicadores temáticos, que consistiram na determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos em análise; e
- V. preparação do material.

Seguindo os procedimentos da Análise de Conteúdo, fomos à próxima fase, que foi a da **exploração do material**, na qual o investigador busca encontrar/criar categorias que são expressões ou palavras significativas àquelas que representam o conteúdo de uma fala/mensagem/enunciado.

Desse modo, após selecionarmos o *corpus*, foi procedida a leitura flutuante de todo o material com o intuito de apreender e organizar para as fases seguintes, de forma não estruturada, aspectos importantes da análise. Foi a partir da leitura flutuante dos documentos (TCCs) que reconhecemos o contexto e deixamos fluir impressões e orientações acerca do nosso objeto de estudo, visando compreender e apreender de uma forma global as ideias principais e os seus significados gerais. Foi nessa fase que fizemos a utilização de uma leitura menos apegada, promovendo uma melhor assimilação do material em questão e das produções mentais, que nos deram pistas e indícios iniciais (por vezes não óbvios) do caminho a ser percorrido a uma apresentação mais sistematizada dos dados.

Na **unidade dos registros**, obtivemos palavras e/ou símbolos (analisar categorias de palavras), coeficiente de variedade vocabular (número de palavras diferentes e o número total de palavras encontradas), tema (sentido que o autor deseja dar a uma determinada mensagem, ou seja, a operação consistiu em reescrever um fragmento do discurso para extrair seu significado). Desse modo, a Análise de Conteúdo tratou de desvelar os aspectos quantitativos, que dependem e condicionam uma interpretação qualitativa. Assim, “quantificar” foi detectar a presença (1 [um]) ou ausência (0 [zero]) de determinados elementos, que tiveram

significado importante para o estudo das características de uma mensagem (citações e escrita dos formandos).

Para a consecução do processo analítico, foi necessário tomar importantes decisões metodológicas quanto à seleção das unidades de análise, tendo como orientação a questão de pesquisa e objetivos. Em nossas unidades de análises para a opção de recorte utilizado, o nosso interesse maior foi pela análise temática (temas), a qual nos levou ao uso de palavras, sentenças, frases e parágrafos como unidades de análise, embora, inicialmente, já tivéssemos vislumbrado por meio dos objetivos de pesquisa e indícios os termos em contato com os TCCs e teorias embasadoras, já classificadas por uma sequência de ordem psicológica, de forma variável, o que nos permitiu abranger ou apontar outros temas.

A partir da evidência das unidades de análise temáticas, recortes do texto, atingimos um processo dinâmico e indutivo, ora pelas mensagens explícitas, ora pelas significações não manifestas. Dessa forma, numa constante de ir e vir entre os objetivos do trabalho, teorias e intuições, emergiram as unidades de análise que foram categorizadas, conforme explicaremos a seguir na subseção 3.5.

Quantificamos, nesse caso, com base na **frequência** de cada elemento, isto é, na quantidade de vezes que aparecem em determinado documento, que define a importância de uma unidade de registro pelo número de vezes que aparece em um texto. Já o enfoque qualitativo se baseou na presença e/ou ausência do elemento, sem considerar a frequência (RICHARDSON, 2010).

A terceira fase consistiu no tratamento dos resultados, na realização de inferência e interpretação. Após a definição das unidades de registro e análise, por meio da codificação, o próximo passo foi a categorização, que foi a *priori* e a *posteriori* (operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, seguida de um reagrupamento baseado em analogias por critérios pré-definidos) (BARDIN, 2016).

Para a análise temática por categorias, baseamo-nos na decodificação de um texto em diversos elementos analógicos. Consistiu, desse modo, em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis à luz do problema pesquisado, permitindo sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira. Escolhemos dois tipos de temas: principais e secundários (RICHARDSON, 2010).

Aliás, há uma relação clara entre Análise do Discurso e Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2016, p. 48), “o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os ‘documentos’ que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos”. Esse argumento vem ao encontro do método arqueológico de

Michel Foucault (2013), em que a Análise do Discurso é peça fundamental para interpretação de fenômenos, momento em que o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir, ou seja, deduzir de maneira lógica os conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio. A inferência (dedução lógica) foi colocada entre a descrição das características do texto e a interpretação, que dá significação às características.

As inferências, segundo Bardin (2016), respondem a dois tipos de problemas:

- a) o que levou a determinado enunciado? Esse aspecto diz respeito às causas ou aos antecedentes da mensagem;
- b) quais consequências que determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto é, possíveis efeitos das mensagens.

À vista disso, nessa pesquisa, inferir foi deduzir as intenções por detrás dos discursos dos formandos, descobrindo os estados de tensão em diferentes momentos por meio das palavras e/ou das perturbações da linguagem, das associações subjacentes de um indivíduo a partir de seus enunciados, que dão condição para concepção da noção de agroecologia. “A intenção da Análise de Conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”, (BARDIN, p. 48), que foram, em nosso estudo, dotados de variáveis relativas à situação de comunicação ou ao contexto da mensagem, sejam elas variáveis: psicológica do emissor (condutas, ideologias e atitudes), sociológicas e culturais relativas à situação da comunicação ou do contexto de produção da mensagem/discurso/enunciados. Assim, a passagem da Análise de conteúdo para a Análise do discurso foi sutil, sendo uma tentativa da categorização da qual não pudemos fugir.

Nossa produção de inferências, realizada a partir da mensagem, partiu de uma técnica que usa a indexação de informações (categorias), levando em conta que, em nossa pesquisa, detemo-nos na informação. Desse modo, nosso ato de inferir deu-se pela operação lógica das proposições que se ligaram com outras já aceitas como verdadeiras. Assim, nossa análise não somente produziu suposições acerca de determinada mensagem, como buscou embasá-las com pressupostos teóricos com as situações concretas de seus produtores ou receptores. Essas situações concretas, aqui, foram visualizadas segundo o contexto histórico e social de sua produção e recepção, os assentamentos do MST.

3.5 NA TRILHA DOS PROCEDIMENTOS ARQUEOLÓGICOS

Como forma de responder ao questionamento que deu origem ao presente estudo, realizamos uma busca no repositório institucional da UFFS, em que recuperamos quarenta e três (43) documentos, que foram salvos em uma pasta no Windows Explorer com o nome do autor do respectivo TCC. Ao final do procedimento de salvamento, coletamos os dados na planilha do Excel. Assim, as três fases de aplicação da Análise de Conteúdo adotadas, conforme Bardin (2016), foram: a pré-análise, a exploração/análise do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Optamos, nesse caso, pela realização de uma análise temática, focada a *priori* no termo agroecologia, sendo que o procedimento de categorização foi definido após a preparação do material, ou seja, as categorias foram elaboradas a *posteriori*.

A categorização temática (que consistiu em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis à luz do problema pesquisado) foi definida com base nas qualidades citadas por Bardin (2016), como: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e fidelidade e a produtividade. Os termos listados via leitura dos TCCs foram organizados por semelhança, descrevendo-se os fatores agregadores, respeitadas as qualidades que as categorias deveriam possuir para prosseguir com a inferência dos dados levantados, conforme recomenda Bardin (2016).

O processo de categorização foi realizado a partir de grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, pelo grau de intimidade ou proximidade, e que, por meio de sua análise, exprimiram significados e elaborações importantes que atenderam aos objetivos da pesquisa e criaram novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre a agroecologia. Durante o processo, tivemos categorias apriorísticas, que de antemão já possuíamos, segundo a nossos prévios conhecimentos teóricos, ou seja, categorias pré-definidas, que emergiram dos textos da amostra. Assim, obtivemos algumas categorias que foram aprioristicamente aventadas e outras emergidas após um segundo exame.

As citações e as escritas dos formandos foram analisadas por meio da unidade de registro (palavras, proposições/expressões), por categorização temática em que determinado autor deseja transmitir em seu discurso em forma de mensagem. Desse modo, a mensagem (citação e escritas dos formandos) foi reescrita em fragmentos para extrair o seu significado, depois de verificada a frequência de cada elemento, ou seja, a quantidade de vezes que aparece no texto em presenças e ausências.

Para analisar o *corpus* que constitui a pesquisa, trabalhamos com cinco (5) categorias analíticas que foram pensadas/percebidas durante a etapa do estudo piloto da Análise de Conteúdo (apresentado no exame de qualificação), as quais nos deram substrato para prosseguir na pesquisa. Essas categorias permitiram contextualizar os documentos. Nesse processo, encontramos as seguintes categorias, cujo objetivo foi identificar o perfil dos estudantes pelas variáveis: gênero, procedência das pesquisas, espaço geográfico, palavras-chave e temas, respondendo ao objetivo (a) desta pesquisa, conforme explicitado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Categorias emergidas dos TCCs

Títulos e Palavras-chave	São termos que circulam em torno da agroecologia, os quais nos permitiram a composição de um panorama do que foi abordado nos trabalhos em que identificamos indícios sobre tais circulantes discursivos.
Temas	Unidades temáticas ou de significação, a partir das quais descobrimos núcleos de sentidos, opiniões, crenças, valores, tendências, atitudes e motivações.
Gênero	Análise da representatividade de gênero dos produtores de TCCs
Procedência das pesquisas	Tratou de indagar se os autores das monografias estariam vinculados ao MST e se as temáticas dos TCCs revelariam as práticas em assentamentos.
Espaço geográfico	O espaço geográfico de distribuição das pesquisas dos TCCs por região do país (Brasil). Com ela, visualizamos as regiões mais recorrentes nas monografias.

Fonte: Dados da pesquisa

Na categoria analítica “títulos e palavras-chave”, evidenciamos que a maior parte do *corpus* analisado correspondeu ao conteúdo informativo sobre a agroecologia, produzido e distribuído nos textos monográficos dos formandos de Agronomia. Com a Figura 1 - *Nuvem de palavras*, verificamos a intensidade/frequência das palavras em títulos e as palavras-chave nos TCCs, o que avulta a distribuição dos termos selecionados de acordo com as temáticas abordadas nas monografias. À vista disso, dos quarenta e três (43) trabalhos monográficos, treze (13) pertencem explicitamente à temática agroecologia, 29,5% do total, o que representa maior frequência em relação às demais palavras-chave. Nesse sentido, foram identificadas temáticas próximas (ou circundantes) à noção de agroecologia, tais como: mulheres agricultoras, MST, agricultura camponesa, autonomia, agroecossistema, agronegócio,

noção de agroecológica em que observamos a sobreposição de termos até chegarmos às categorias definitivas.

A partir do Quadro 2 - *Termos circundantes a noção de agroecologia* (APÊNDICE C) e da Figura 1- *Nuvem de palavras*, elencamos temáticas que fizeram parte das análises dos discursos sobre a noção circulante¹⁵ à agroecologia e que também foram pontos de partida na criação de “nós” no software NVivo 12 Pro. Esse resultado se deu subsequente à leitura flutuante dos trabalhos monográficos, em que obtivemos uma impressão inicial, ou seja, a captação dos primeiros vestígios dos termos que circundavam e circulavam a temática agroecológica. Desse modo, os termos foram retirados *in natura* da realidade, sem o uso de qualificadores, para compreendermos o contexto e as correlações nos extratos textuais, os quais foram estabelecidos na coleta no software NVivo 12 Pro. Compreendemos que, apesar de dispormos de nosso objeto (agroecologia) como temática destaque, foi importante colocá-la como termo a ser buscado *in natura* em seu contexto a fim de entendermos quais termos e expressões circundam e dão contexto e significado a ela. Essa tentativa de agrupar os termos e de (re)estabelecê-los permitiu-nos visualizar inconsistências, a partir das quais direcionamos uma reordenação e (re)agrupamento coerente, o que possibilitou o emergir das categorias, dentre as quais algumas foram selecionadas por critérios estabelecidos *a posteriori*.

Diante disso, extraímos trinta e cinco (35) unidades temáticas em torno do tema agroecologia com base nos textos dos TCCs, apontados na Figura 2. As trinta e cinco temáticas, “nós”, encontradas e inseridas no software NVivo 12 Pro foram: agroecologia, ambiente, natureza, biodiversidade, conservação, orgânico, preservação, sustentabilidade, agroecossistemas, agronegócio, agrotóxicos, convencional, monocultura, alimento, segurança alimentar, soberania alimentar, subsistência, autoconsumo, consumo, atores sociais, agricultor, assentado, camponês, família, latifundiário, MST, mulher, empoderamento, autonomia, reforma agrária, resistência, trabalho coletivo, mutirão, trabalho familiar, trabalho feminino e transição.

O software NVivo 12 Pro possibilitou-nos, a partir da criação de “nós” (termos), a extração de planilhas com contagem de palavras e a elaboração de nuvens de palavras por meio dos “nós”, bem como as conexões e os resultados. A seguir, na Tabela 1, exemplificaremos o modelo de contagem de palavras a partir dos “nós”, que foi utilizada para contabilizar a frequência das categorias nos manuscritos. Os nomes sinalizados com cor verde

¹⁵ Durante a realização do exame de qualificação, o professor Valdir Morigi chamou a atenção para o fato de a noção circulante ser, na verdade, representação social. Reconhecemos a aproximação das teorias, mas adotamos a visão da Análise do Discurso de linha francesa.

escuro são os que tiveram maior número de ocorrências nos TCCs. Uma chuva de ocorrências, um esboço de palavras e expressões deu-nos impressões que circundam o termo agroecologia. A temática agroecologia¹⁶ fez parte dessa primeira aproximação em virtude de leituras flutuantes anteriores, que nos trouxeram perspectivas de dualidades, fundamentadas entre agroecologia e agronegócio.

Tabela 1 - Ocorrência de termos, palavras ou expressões

Termos	Totalidade de ocorrências em meio aos 43 trabalhos	Referências em meio ao texto
Agroecologia	39	421
Ambiente	39	370
Natureza	39	398
Biodiversidade	28	117
Diversidade	31	358
Conservação	24	115
Orgânico	37	283
Preservação	31	99
Sustentabilidade	38	249
Agroecossistemas	22	180
Agronegócio	31	237
Agrotóxicos	35	388
Convencional	34	280
Monocultura	31	165
Alimento	39	587
Segurança alimentar	25	58
Soberania alimentar	21	74
Subsistência	19	60
Autoconsumo	28	180
Consumo	35	179
Atores sociais	11	29
Agricultor	42	743
Assentado	39	542
Camponês	37	645
Família	43	1408
Latifundiário	25	82
MST	37	374
Mulher	28	373
Empoderamento	10	125
Autonomia	27	199
Reforma agrária	35	255
Resistência	33	201
Trabalho coletivo	15	87
Mutirão	13	37
Trabalho familiar	16	34
Trabalho feminino	4	10
Transição	20	171

Fonte: dados da pesquisa – NVivo 12 Pro

¹⁶ A expressão agroecologia constante em nossa análise como subcategoria foi explorada enquanto **sistema produtivo** contrário ao agronegócio.

Consideradas as ocorrências iniciais advindas das palavras, termos ou expressões, identificamos inconsistências em relação aos agrupamentos e ao relacionamento entre as temáticas, “nós”. A análise dos temas, que estão presentes nos quarenta e três (43) trabalhos de TCCs, foi selecionada “em ordem aleatória” – por desejarmos fazer uma observação anônima. A partir dessa amostra, obtivemos alguns temas, os quais nos auxiliaram de modo subjetivo na proposição de inferências sobre a amostra, além de ajudar-nos a investigar a construção discursiva do texto, revelando presenças e ausências de determinados assuntos, sujeitos e perspectivas.

Em consequência dessa coleta e posterior análise, obtivemos quatro (4) categorias em que o fenômeno “informação” esteve evidente, merecendo, assim, destaque nos extratos de textos, por melhor representarem o que circunda a noção de agroecologia, ou seja, são vestígios que encontramos em torno desses termos. Essas categorias se destacam em meio a outras e, mesmo que implicitamente, elas se relacionam em uma teia de significados. Portanto, elas foram fenômenos centrais do nosso objeto de pesquisa, na medida em que foram compreendidas pela Análise do Conteúdo e pela Análise do Discurso, provocando-nos outras inquietações ao estabelecerem um diálogo conceitual (via discursiva) entre a informação, a contrainformação, a representação social, o discurso e o capital cultural, econômico e político.

A partir do critério informacional, tendo em vista o quadro com termos referidos pelos “nós” na metodologia, foi possível uma reescrita para evidenciar a análise de proposições elaboradas. Esse critério pretendeu contrastar a agroecologia com o discurso da representação do real/social do que foi realizado em territórios do MST em que há circulação de informação. Vale ressaltar, mais uma vez, que não se trata aqui de invalidar a definição conceitual científica da agroecologia, mas de priorizar o discurso reflexivo e analítico dos educandos da UFFS ao encontro das *práxis* dos sujeitos assentados.

Outro critério congregado à informação diz respeito ao modo de explicação oferecido pelos quarenta e três (43) formandos, referente à conceitualização, por meio de citações do termo agroecologia nos TCCs, e à consequente reação do educando a partir da elaboração do seu entendimento empírico e acadêmico sobre o tema. Para isso, pensamos sobre o que a agroecologia propõe como prática, que temáticas a circundam e, conseqüentemente, como essas questões são afetadas pela pouca ou grande intensidade de temas, à pluralidade de sentidos e/ou significados atribuídos pelos produtores de informações/dados. Por conseguinte, foram selecionadas as temáticas mais e menos intensas como norte para essa reflexão e

análise, cujo foco permaneceu na agroecologia e cujo objetivo foi identificar os assuntos (temáticas) que fizeram o estudante se posicionar, em determinado momento do discurso, em relação à questão da produção agroecológica.

A seguir, apresentamos, na Tabela 2, as quatro (4) categorias temáticas que, após exploradas as trinta e cinco (35) unidades temáticas, “nós”, no software NVivo 12 Pro, emergiram em meio a outras, as quais, mesmo que não implicitamente, relacionam-se numa teia de significados. Entendendo a necessidade de delimitar para dar sentido à investigação, ou seja, para dar sentido ao percurso intelectual, foi preciso recortar determinadas categorias que respondessem ao nosso propósito de pesquisa: verificar quais os termos (informações) que circundam e circulam a agroecologia e como são compartilhados pelos autores. Dessa forma, a seleção ocorreu levando em conta a categoria em que o fenômeno informacional mais se aproximava ou representava esse fenômeno, com critérios para definir: aspectos informacionais, que trazem elementos de uso e contra uso da informação, respondendo, respectivamente, aos objetivos (b) e (c).

Tabela 2 – Categorias temáticas

CATEGORIAS	TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE PALAVRAS OU EXPRESSÕES
Sujeitos	4.196
Sistema produtivo	658
Luta de classes e resistência camponesa	326
Formas de trabalho	168

Fonte: Dados da pesquisa

Por conseguinte, para analisar as categorias que circundam e circulam a agroecologia, temática destaque pertencente às proposições selecionadas nos TCCs, elaboramos o Quadro 3 com a definição dessas categorias retiradas do contexto. As definições foram compostas no sentido de ilustrar e de fazer compreender o destaque temático, a fim elucidar a pesquisa. Assim, baseado na Análise de Conteúdo e na Análise do Discurso, cujo objetivo é a busca pelo sentido ou sentidos dos documentos, materializaram-se os discursos pelas temáticas reunidas em torno de quatro (4) categorias.

Quadro 3 - Definição das categorias temáticas selecionadas.

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA/DESCRIÇÃO
<p>Sujeitos - Indivíduos que fazem parte do contexto da agroecologia em determinada estrutura social</p>	<p>Família - Grupo de indivíduos ligados por hábitos, costumes, comportamentos ou interesses oriundos de um mesmo local.</p> <p>Agricultor - Quem se dedica à lavoura, à agricultura ou trabalha no cultivo da terra, que pode ser assentado e/ou camponês.</p> <p>Camponês - Pessoa do campo, que trabalha no campo.</p> <p>Assentado - Aquele que faz parte de um assentamento.</p> <p>MST - Condição do sujeito que se dedica ao cultivo ou às atividades rurais, mas que não tem legalmente a posse da terra em que trabalha.</p> <p>Mulher - Aquela cujas características biológicas definem o ser feminino.</p> <p>Latifundiário - Proprietário de uma grande extensão de terra, de um latifúndio.</p> <p>Atores sociais - Indivíduos engajados em relações concretas, profissionais, econômicas, etc. que procuram aumentar a sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência.</p>
<p>Sistema produtivo: Compreende o modo de produzir a terra: agroecologia e agronegócio</p>	<p>Agroecologia - É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável.</p> <p>Agronegócio - Processos ou operações econômicas da agricultura e da pecuária desde a produção até a comercialização de produtos agrícolas.</p>
<p>Luta de classes e resistência camponesa: Conjunto de ações realizadas pelos indivíduos em ato resistir ao poder-hegemônico</p>	<p>Resistência - Recusa de submissão à vontade de outrem; oposição: projeto foi aprovado apesar da resistência de alguns.</p> <p>Empoderamento - Ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre: processo de empoderamento das classes desfavorecidas.</p>
<p>Formas de trabalho: Conjunto de atividades de caráter social realizadas pelos indivíduos para atingir objetivos</p>	<p>Trabalho coletivo - Grupo de pessoas que interage basicamente para compartilhar informações e tomar decisões para se ajudarem mutuamente no desempenho de atividades distintas áreas de atuação.</p> <p>Mutirão - Trabalho que se faz coletivamente para ajudar de maneira gratuita, especialmente no meio rural, buscando melhorias na comunidade.</p> <p>Trabalho familiar - Agricultura familiar é o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar.</p> <p>Trabalho feminino - Trabalho realizado pelas mulheres.</p>

Fonte: Dados da pesquisa; Ferreira (1999).

Apresentado o processo metodológico, partimos para a análise e discussão das categorias com o intuito de organizarmos e representarmos os discursos circulantes por meio da apresentação de extratos de textos, os quais nos permitiram a descrição das práticas discursivas circulantes à noção de agroecologia. Destarte, as categorias temáticas representaram o processo de mudanças transformadoras da agricultura convencional para sistemas de produção agrícolas sustentáveis, por meio de conceitos e dinâmicas de interações, em que a informação foi considerada um bem social a ser compartilhado. Sendo assim, as categorias e subcategorias compuseram proposições entre os conceitos a partir dos extratos de textos e da descrição do perfil dos formandos. Dessa maneira, a dinâmica dessas interações formaram declarações com significados (proposições), originando a análise e interpretação desses dados (enunciados) a partir do referencial teórico adotado na pesquisa, cumprindo com o objetivo (d).

4 INTERPRETAÇÕES DOS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS DA NOÇÃO DE AGROECOLOGIA

Nesta seção, centramo-nos na análise do *corpus* da pesquisa e na discussão dos resultados quantitativos e qualitativos, apresentando, desse modo, a interpretação analítica, que respondeu ao objetivo (a) desta pesquisa, demonstrando o funcionamento das categorias que estruturam a análise do conjunto de TCCs. Para fins de discussão, fizemos uma categorização com finalidade de obter dados suficientes para a pesquisa, que possibilitaram em um primeiro momento o estabelecimento das categorias por meio da Análise de Conteúdo para, em um segundo momento, trabalharmos com a Análise do Discurso, extratos de textos analisados considerando o referencial teórico da pesquisa.

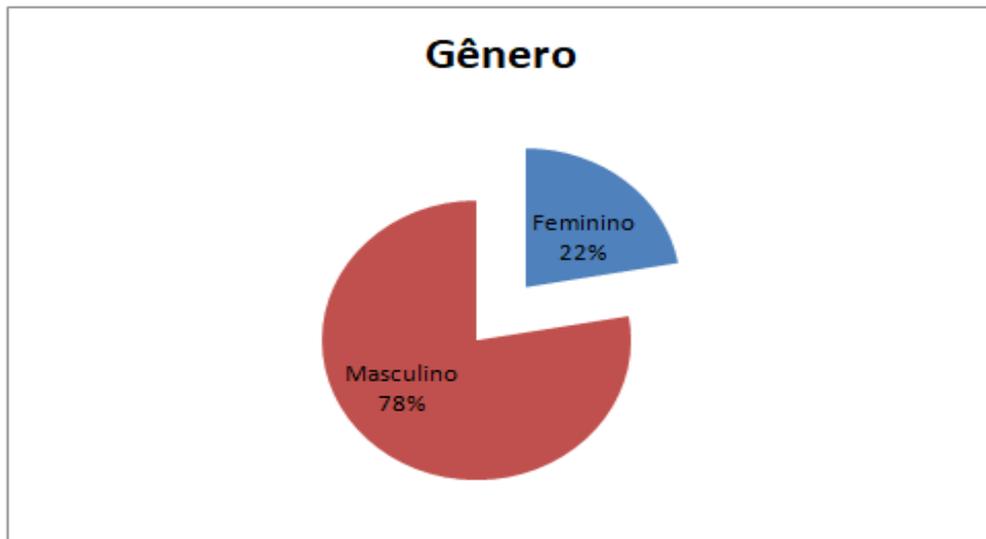
Portanto, Bardin (2016), em nossa pesquisa, encorajou-nos a estabelecer uma lista procedimental para o uso de técnicas de análise e organização dos dados – a demarcar e garimpar nossa superfície de análise –, enquanto Foucault (2013) auxiliou-nos a “garimpar” vestígios iniciais às noções circulantes e circundantes da temática agroecologia. A partir dessas considerações, apresentamos a complexa e histórica construção social da noção agroecológica, considerando a relação entre sujeitos e discursos. Em um primeiro momento, os TCCs selecionados foram apresentados de forma descritiva a fim de mapear os perfis e o contexto dos sujeitos produtores dos textos monográficos, determinados por categorias – gênero, procedência das pesquisas, espaço geográfico –, facilitando a compreensão da análise corrente. E, dessa forma, sob a perspectiva foucaultiana, olhamos os documentos como se estivéssemos interrogando-os.

Para a análise definitiva das próximas três (3) categorias – dados obtidos pela Análise de Conteúdo –, utilizamos o software Microsoft Excel 2010 como *start* da pesquisa, o que fez com que emergissem categorias por meio do movimento documentário em forma de sintoma e nos permitiu iniciar a organização dos dados, estruturando-os posteriormente em quatro (4) categorias discursivas, que contextualizaram as produções monográficas, assim como seus autores.

4.1 CATEGORIA GÊNERO

Demos início à análise pela distribuição de gênero dos autores, conforme o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1- Categoria gênero



Fonte: Dados da pesquisa.

Na categoria gênero, evidenciamos uma presença significativa, ainda que minoritária, de mulheres entre os formandos (22%), sendo que tal resultado evidencia o caminho do MST à construção de políticas de inclusão, valorização e estímulo da participação da mulher na agricultura, as quais culminam com a produção agroecológica. Dessa forma, tivemos a impressão de que estes são os primeiros sintomas discursivos de que as mulheres têm um certo protagonismo, apesar da pouca intensidade percentual do fenômeno em um movimento marxista de vanguarda. Assim, ao observarmos a participação das mulheres no curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com 24% de presenças em relação aos Cursos de Agronomia do MST em convênio com a UFFS, percebemos que os percentuais quase se equivalem, transparecendo diferenças de gênero em que as mulheres ainda são minoria em cursos tradicionalmente masculinos.

Com o propósito de entendermos melhor essa construção de gênero no Movimento, apresentaremos alguns fatos históricos contributivos a nossa primeira impressão. Em 1995, na realização do seu Terceiro Congresso Nacional, o Movimento apresentou uma nova elaboração de seus princípios, entre os quais estava previsto o combate a todas as formas de discriminação social e a busca da participação igualitária da mulher (MST, 1995). Ainda que

a comparação com o resultado de um curso de graduação em Agronomia em outras Universidades não seja de nosso desejo, esse dado é interessante para observarmos como o Movimento trabalha com a consciência crescente de reconhecimento dos direitos da mulher e o quanto a sua participação é favorável ao desenvolvimento e à consolidação da reforma agrária, ou, ao contrário, se o MST reproduz relações patriarcais e de gênero seculares no país.

Essa questão de gênero era pouco relevante para o MST, em seus anos iniciais de luta. Segundo Deere (2004), foi uma Comissão Nacional de Mulheres do MST, organizada na última metade dos anos 1980, que colocou em pauta as discussões de gênero. Houve uma pressão – obviamente por parte das líderes femininas – para que grupos de mulheres fossem criados dentro dos assentamentos e acampamentos, assim como comissões de mulheres e formação de lideranças estaduais que fizessem parte em cada assentamento, apoiando as organizações das mulheres dentro do Movimento. Nesse evento organizado e dirigido às mulheres, as propostas, em sua maioria,

foram adotadas como normas em vários encontros nacionais, até que em setembro de 1989, quando o MST publicou a primeira edição de suas *Normas gerais do MST*, foi incluído um capítulo sobre "A articulação das mulheres". Além de encorajar a participação das mulheres em todos os níveis, outros objetivos incluíam (i) a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo; (ii) a organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus próprios problemas específicos; (iii) encorajar a participação de mulheres em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical, onde as mulheres trabalhadoras rurais participam independentemente de suas posições de classe; e (iv) organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento (DEERE, 2004, p. 187).

À vista disso, percebemos que as mulheres do MST lutaram pela conquista da igualdade formal no direito à terra. Mesmo que ainda não sejam, em sua maioria, beneficiárias na reforma agrária, têm uma posição de protagonista na luta, uso e produção da terra. No final da década de 90, há uma abertura do MST às questões de gênero com a crescente aceitação do argumento produtivista, o que determina “que o não reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento” (DEERE, 2004, p. 195). Assim, há, atualmente, pelo MST, o reconhecimento da importância do direito das mulheres à terra, levando em conta argumentos produtivistas e de empoderamento¹⁷.

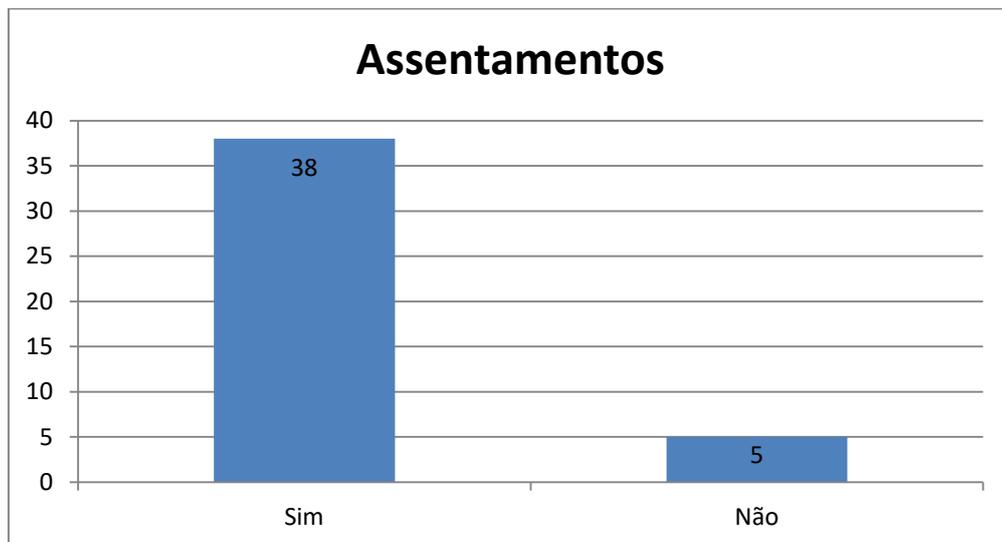
¹⁷ Na página do MST é possível ver a participação engajamento das mulheres na luta pelos direitos sociais. Disponível em: mst.org.br/tag/mulheres/

A observação dessa categoria foi-nos importante, pois possibilitou uma maior compreensão sobre os atores da agroecologia; mais do que isso, deu-nos subsídios para a compreensão da luta das mulheres pelo protagonismo feminino na construção de um novo modo de produzir.

4.2 CATEGORIA PROCEDÊNCIA

A categoria em questão foi prevista para analisar se os autores das monografias estariam vinculados ao MST e se as temáticas dos TCCs revelariam as práticas em assentamentos. De fato, a categoria procedência confirmou nossas impressões de que os produtores dos textos monográficos voltam para sua comunidade de origem a fim de aplicar os conhecimentos adquiridos ou ampliados pela formação acadêmica, fortalecendo o exercício da agricultura agroecológica e atuando, enfim, como intelectuais orgânicos para o Movimento. Conforme o Gráfico 2, evidenciamos que trinta e oito (38) dos quarenta e três (43) trabalhos foram realizados em assentamentos. Esse resultado vai ao encontro da teoria do “intelectual orgânico”, que sai da sua base, mas que se mantém ligado à sua classe, atuando como tradutor do saber erudito legitimado da Universidade para o Movimento. Assim, o MST cria para si uma camada de intelectuais orgânicos que o representem, garantindo consenso social a respeito do seu domínio (GRAMSCI, 1989) ao mesmo tempo em que busca o domínio da linguagem técnica do “outro” hegemônico.

Gráfico 2 - Procedência das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse dado importou-nos por questões práticas de análise dos discursos desses formandos, os quais, em sua maioria, foram ecoados em assentamentos, o que confirmou o uso prático do construto histórico-teórico do conceito de intelectual orgânico e sua relação com outros conteúdos imbricados na temática da política e cultura, refletindo sobre a ampliação do entendimento de práticas agroecológicas, que se materializaram no amplo processo de lutas de classes, vinculado à questão da hegemonia.

Conforme Gramsci (1989), o profissional formado atuará junto à sua classe, que, de certa forma, foi expropriada de seus direitos fundamentais e que sofre discriminação. Essa formação do Engenheiro Agrônomo é uma questão a ser compreendida em seu contexto de construção – nova mentalidade, nova educação, nova cultura e novo homem. O intelectual orgânico do Movimento poderá favorecer a interação entre os sujeitos do campo e da cidade, estimulando a reflexão sobre as ideologias, contribuindo, assim, para a mobilização social e dando instrumento à população na busca por seus direitos.

Por conseguinte, esse profissional do campo servirá como um poderoso instrumento de legitimação do homem do campo, desvinculando a agricultura dos interesses dominantes e deslegitimando as desigualdades e relações de subalternização a eles colocadas. Desse modo, a construção da contra-hegemonia se constituiu como categoria fundante de transformação social.

4.3 CATEGORIA ESPAÇO GEOGRÁFICO

Com relação à categoria espaço geográfico, apresentamos as localidades onde foram aplicadas as pesquisas para fins de realização dos TCCs dos formandos de Agronomia. Conforme o mapa abaixo, os trabalhos encontram-se distribuídos por ordem de concentração em todas as cinco regiões do país (Brasil): sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Teve maior destaque a região sul por ser a de maior número de assentamentos e onde se localiza a Universidade que realiza o curso conveniado, bem como por ser, provavelmente, o espaço geográfico onde se deu a origem do MST.

Figura 2 - Mapa das pesquisas por regiões do país



Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição espacial das pesquisas, juntamente aos dados referentes ao tipo de pesquisa, demonstra a intencionalidade de cada graduando em colocar em prática os saberes adquiridos (boas práticas, supõe-se) e aprimorados nos assentamentos do MST.

No Gráfico 3, notamos que as pesquisas, em sua maioria, autotransformaram-se como estudo de caso (84%), seguido da pesquisa de campo (16%). Nesse aspecto, deixamos em aberto uma lacuna para posterior pesquisa e análise dessas classificações, pois esses estudos podem não ser mutuamente exclusivos. O resultado revela-nos que os assentamentos, enquanto casos específicos, embora estudados como sistemas delimitados, recebem influência de diferentes aspectos que se ligam ao sistema de produção agroecológico, como o contexto físico, sociocultural, histórico e econômico em que está inserido o assentamento.

Gráfico 3 - Tipo de estudo



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse estudo de caso apresentado, havia uma intencionalidade de melhor compreensão de um caso pelo interesse despertado por aquele arranjo particular, o que foi evidenciado no Gráfico 2, procedência da pesquisa, quando nos revelou que a maioria das pesquisas foi efetuada em assentamentos.

Assim, de forma a prosseguir em nossas análises, nas próximas quatro (4) subseções, apresentaremos as categorias temáticas centrais que circundam a noção de agroecologia, as quais forneceram aportes para a análise dos extratos monográficos. Daremos início às análises pela categoria “Sujeitos”, representada pelos indivíduos protagonistas da agroecologia (família, camponês, mulher, assentado, agricultor, jovens, etc.) e pelos formandos em Agronomia, também, presentes na categoria em análise.

4.4 CATEGORIA TEMÁTICA SUJEITOS: A CONSTITUIÇÃO DO INTELECTUAL ORGÂNICO DO MST

Nesta subseção e nas subsequentes, apresentamos elementos gerais dos quarenta e três (43) trabalhos, em que a Análise de Conteúdo foi a técnica utilizada para compreender a dimensão do fenômeno, assim como a Análise do Discurso serviu para evidenciar elementos intrínsecos aos extratos de textos, confrontando-se, assim, com os estudos teóricos. Dessa forma, foram apresentadas análises imbricadas em análises de textos e no referencial teórico, em que manifestações discursivas extraídas foram analisadas pela aproximação em torno da

agroecologia como um fenômeno social. Portanto, considerando as categorias emergidas da Análise de Conteúdo, as verificações das subcategorias, nesta pesquisa, não se apresentam isoladamente e/ou de forma sequencial. As análises são fruto do distanciamento e da aproximação, ora sendo os discursos apresentados separadamente, ora conjuntamente em um processo que considera a vivência da autora, tendo como referência a perspectiva da Análise do Discurso Foucaultiana e a leitura total do *corpus*.

À vista disso, respondendo ao objetivo (d) e com intuito de compreendermos como se formulam as noções discursivas que circundam e significam a agroecologia, optamos pela apresentação dos extratos de textos monográficos (enunciados) mais significativos, relativos às categorias e subcategorias emergidas do processo analítico. Iluminamos os extratos (enunciados) mais significativos, sistematizados, por meio do software NVivo 12 Pro, pela criação de relações entre os termos (nós). Nesse processo de seleção de extratos, foram realizadas cinco (5) leituras exaustivas, como mencionado na seção de metodologia, com o propósito de revelar as mais representativas dentre o universo de quarenta e três (43) trabalhos de conclusão de curso. Como forma de organização e para uma melhor compreensão das análises discursivas efetivadas, promovemos destaques diferenciados aos extratos dos textos em meio às análises, conseqüentemente, apresentando-as em fonte Times New Roman, tamanho 10 e em itálico, com recuo de 4 cm, quando o recorte tiver mais de quatro (4) linhas, seguindo uma ordem numérica de apresentação dos extratos, a exemplo **discurso (1)**, ancoradas pela nossa análise discursiva do fenômeno empírico em confronto com elementos teóricos da pesquisa.

Para tal análise, num primeiro momento, focamos nossa discussão (não de forma absoluta) no cerne das perspectivas da **informação** e dos **discursos** desses sujeitos, pois estão justapostos no sentido à nossa proposta de entender a noção de agroecologia. A análise dos discursos é uma metodologia ou um processo que tem sempre presente o caráter social das enunciações, no sentido de que essas noções são dotadas, carregam e são carregadas de prática social do sujeito que fala e que age em seu contexto. Seria, nesse sentido, pensar nas condições em que as formações discursivas foram produzidas em determinado contexto. Seguindo a interpretação dos dados categóricos constantes na Tabela 2 – *Categorias temáticas*, exploradas na metodologia, as categorias e as subcategorias trouxeram elementos de substância, os quais auxiliaram na explicação e desvelamento da noção de agroecologia ao se aproximarem e se relacionarem intimamente com o fenômeno informacional.

Tabela 2 – Categorias temáticas

CATEGORIAS	TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE PALAVRAS OU EXPRESSÕES
Sujeitos	4.196
Sistema produtivo	658
Luta de classes e resistência camponesa	326
Formas de trabalho	168

Fonte: Dados da pesquisa

A partir desse quadro, foi realizado o tratamento individualizado de cada categoria, iniciando-se pela definição para a posterior análise dos resultados obtidos pela pesquisa, a qual serviu para a Análise do Discurso, em que trouxemos proposições mais representativas e inusitadas que dialogam com o material teórico do estudo. A seguir, na Tabela 3 - *Categoria “Sujeitos” - Ocorrências das subcategorias*, expansão da categoria "Sujeitos", apresentamos as ocorrências nos quarenta e três (43) trabalhos monográficos, os quais nos permitiram fazer a análise dos discursos que circundam a noção de agroecologia.

Tabela 3 – Categoria “Sujeitos” - Ocorrências das subcategorias

SUBCATEGORIAS	OCORRÊNCIAS
Família	1408
Agricultor	743
Camponês	645
Assentado	542
MST	374
Mulher	373
Latifundiário	82
Atores sociais	29

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, definimos a categoria temática “Sujeitos” a partir dos extratos de textos extraídos por meio da criação de “nós” no software NVivo 12 Pro, o que nos possibilitou subsequentemente criar as nuvens de palavras para as subcategorias, agrupadas, considerando as ocorrências. No entanto, é importante destacar que algumas subcategorias não estão explícitas dentro da sua respectiva nuvem de palavras, levando em conta a composição oferecida pelo software. Desse modo, iniciamos as análises agrupando as quatro (4) primeiras

subcategorias – família, agricultor, camponês e assentado – que tiveram maior incidência nos textos monográficos, conforme consta na Figura 3 – Categoria “Sujeitos” - Nuvens de palavras de maior ocorrência.

Figura 3 – Categoria “Sujeitos” - Nuvens de palavras de maior ocorrência



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à categoria “Sujeitos”, a subcategoria emergida de maior frequência foi “Família”, com mil quatrocentos e oito (1408) ocorrências, revelando-nos que todo o processo produtivo agroecológico ocorre no âmbito familiar. Chegamos a essa subcategoria a partir da evidência do termo família, que melhor recuperou as formas e denominações da agricultura familiar que se encontravam em meio ao contexto da: agricultura familiar, unidade familiar, trabalho familiar e famílias assentadas. Tendo o mesmo sujeito referente, assim, nossa recuperação deu-se no contexto em que a família (alta ocorrência) faz parte dos “Sujeitos”, englobando outros atores sociais, ligados ao trabalho agrícola em assentamentos na produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e contrariando o modo vigente de produção capitalista, conforme consta no **discurso (1)**, uma citação transcrita por um dos formandos:

A agroecologia se torna uma ferramenta muito importante para a agricultura familiar, em relação à qualidade dos alimentos e como símbolo de resistência ao modelo de produção vigente. A possibilidade de desmascarar o caráter explorador e destruidor da agricultura capitalista através da experiência com a agroecologia e de associar a necessidade da sua organização política com outras forças anticapitalistas na sociedade, pode conferir uma dimensão revolucionária a um movimento ecológico e cooperativo dos agricultores familiares (ANDRIOLI, p.33, 2009).

Foucault (1979) salienta que devemos olhar para a estrutura (em nosso caso, a família), isto é olhar para as manifestações históricas dessas relações em uma historiografia, o que envolve observar as relações entre homem e mulher e entre pais e filhos, decorrentes da estrutura econômica de uma sociedade – relações de poder usadas estrategicamente para manter ou romper com estruturas. Dessa forma, a família emergiu como base para o entendimento desses sujeitos que, ao exercerem importante papel na formação das relações sociais, estabelecidas no coletivo, superam as dificuldades de estabelecer um sistema de produção condizente com as suas demandas, como percebemos no **discurso (2)**: *O trabalho coletivo foi a saída encontrada nos primeiros anos de assentamento para produzir. As dificuldades econômicas e a falta de ferramentas para trabalhar a terra levou as famílias a somarem forças.* Desse modo, observamos que, no **discurso (3)**, fica evidente a organização coletiva das famílias, a qual contribui econômica e politicamente para a produção e permanência no campo:

Assim, além de facilitar o trabalho as famílias organizadas poderão cobrar do poder público apoio nas suas ações, além de facilitar o trabalho e a organização das atividades relacionadas às visitas. Aí reside a importância dos trabalhos coletivos, para agilizar o trabalho e diminuir custos para a realização dos mesmos.

Destarte, o coletivo contribui para o crescimento individual na busca por uma sociedade mais justa e fraterna, em que a agroecologia é fortalecida pelas relações familiares estabelecidas entre os sujeitos assentados. Infere-se que, nesse contexto, a família seria como uma esfera, no sentido de que o termo engloba denominações diversas, como: **agricultor** como família agricultora, **camponês** como família camponesa, **assentado** como família assentada e mulher, jovem e criança enquanto sujeitos do sistema de produção agroecológica nos assentamentos. Assim, percebemos o **discurso (4)** das famílias protagonistas:

Na produção agroecológica tem que ter a interação com o todo, dentro da própria unidade de produção. No trabalho a família toda é inserida nas diversas atividades, onde a mulher, o jovem e a criança tem um papel fundamental nas tomadas de decisão, não é somente o homem que delega o

que acontecerá com a propriedade ou quais serão os próximos plantios e todo planejamento de curto em longo prazo.

Portanto, olhar para os quarenta e três (43) trabalhos em um extrato de um ano refere-se à subjetividade dos quarenta e três (43) sujeitos que dialogam com os sujeitos do processo agroecológico, aos quais se ligam pela unidade familiar. Conseguimos por meio das formações discursivas compreender como se forma esse sujeito atravessado pelos discursos. Constitui-se, assim, um sujeito assujeitado pela ordem do discurso do MST (o sujeito diretivo) e por todos os atravessamentos ideológicos que adentram enquanto sujeitos coletivos combatentes, constante, como exemplo, no **discurso (5)**:

Vendramini (2007) coloca que o MST exige de seus membros algumas características, que se constituem em possibilidades de aprendizagem: a participação em reuniões, coordenação, representação, negociação, a expressão pública, a emissão de opinião, a divisão dos tradicionais espaços autoritários ocupados pelos homens adultos com as mulheres e os jovens, além da socialização com pessoas de diferentes lugares, a participação em cursos, passeatas e manifestações públicas.

O **discurso (6)** reforça essa ideia de coletividade que caracteriza o modo de interagir das famílias em processo de sujeição acentuada pelas relações sociais:

Cabe aqui acentuar que essas trocas de serviço não somente relações de trocas de mão de obra em si, o que é de suma importância para estas famílias, mas crias relações sociais, discussões políticas, estratégias de produções e trocas seja de sementes ou alimentos, ali também ocorre planejamento e acordos para novas trocas de serviços, nestes momentos a um encontro de várias famílias formando um grande coletivo. “Atividade coletiva de caráter formativo e prático que objetiva a implementação, construção, execução de atividades relacionadas à produção e infraestrutura para a produção, armazenamento e comercialização” (GÖRGEN, 2017, p. 418).

Segundo Foucault (2002), os processos de sujeição ocorrem por meio de regras naturalizadas em que os indivíduos são permeados pelas relações sociais, internalizando-as em seu corpo. Por outro lado, as famílias assentadas, incluindo o MST, em um contradiscurso, invertem a ordem de controle, trazendo para si o protagonismo da produção agrícola, sendo produto de relações de poder e se movimentando nessas relações, o que é percebido no **discurso (7)**: *A organização das famílias nas cooperativas e nos grupos de mulheres, assim como as atividades comunitárias nos permite entender a capacidade organizacional e econômica dos camponeses, que com as suas diferentes formas de resistência permeiam os tempos enfrentando o capital atualmente conhecido como o agronegócio.* Nesse percurso, as famílias deixam de ter indivíduos assujeitados ao sistema hegemônico de produzir a terra, que Foucault (2002) define como a internalização da

ecológica, estabelecida pelo resgate da relação homem-natureza. Esses sujeitos são percebidos como atores sociais sob a perspectiva da autonomia e da resistência. Sendo assim, eles são participantes do processo de construção e mudança social, em que a transição agroecológica torna-se a passagem de um sistema de produção convencional para uma produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias sustentáveis, notadas no **discurso (8)**: *A condição do camponês o leva a lutar pela criação de uma base de recursos que seja autocontrolada e gerenciada pela própria família, permitindo que se criem formas de coprodução entre o camponês e a natureza viva, aumentando as perspectivas de sobrevivência, fomentando a autonomia e reduzindo a dependência.* Entendemos que esses sujeitos, como atores sociais, estão coletivamente construindo um conhecimento das melhores práticas agrícolas, as quais priorizam a qualidade dos seus cultivos pela observação, experimentação, formação, interação, distribuição e consumo de alimentos limpos (sem agrotóxicos, fertilizantes e transgenia).

O protagonismo desses atores ocorre também no âmbito das necessidades de incentivo por parte da esfera pública com a criação de políticas que atendam às demandas desses sujeitos, na preservação da sua cultura e de conhecimentos populares aliados ao conhecimento científico. Assim, os sujeitos manifestam os obstáculos na consolidação da agroecologia no **discurso (9)**:

Dentre estes fatores que corroboram para o insucesso da consolidação da agroecologia, destaca-se a falta de decisão política de concretizar a agroecologia no assentamento. Mesmo, tendo o MST assumido a agroecologia como sua matriz tecnológica (MARTINS, 2017a), há que se compreender, que isto se trata de uma decisão política assumida pelo MST a nível nacional, no entanto não necessariamente é assumida pelas lideranças das regiões, ocorrendo com que não haja uma ruptura com o modelo do agronegócio dentro do assentamento por parte dos dirigentes, que deveriam ser agentes importantes no processo produtivo.

Em contraponto à "Família", os "Atores sociais", subcategoria com vinte e nove (29) ocorrências, teve a menor intensidade. Porém, essa subcategoria interessa-nos pela discussão teórica desses sujeitos. Em nossa pesquisa, percorremos os pensadores (Bourdieu, Foucault, Touraine, etc.) que comungam sobre os atores sociais como aqueles que são indivíduos, sujeitos, atores (sociais), protagonistas e agentes, os quais se constituem como conceitos nas Ciências Sociais. Em uma lógica marxista de que as classes estão alinhadas para a mudança e ao questionamento das estruturas sociais, foi essencial entender a categoria "Sujeitos", por meio desse viés teórico, sobre a ação dos atores sociais (agentes), guiados pelas possibilidades de mudança em meio a uma estrutura social à luz de Bourdieu (agente), Foucault (indivíduo) e Touraine (ator social), que tematizam a questão do conflito que emerge das relações de

dominação. Nesse sentido, os atores sociais são sujeitos sociais ativos que tentam romper com as relações de poder estabelecidas pelo capital, como o agronegócio, o que percebemos no **discurso (10)**:

Para uma melhor compreensão do papel dos camponeses na sociedade é preciso tomar estes indivíduos enquanto sujeitos sociais ativos ou atores sociais na construção dos processos em que estão envolvidos. De acordo com Menezes e Malagodi (2011, p. 51) “[...] os atores sociais não apenas respondem a pressões e impulsos sociais determinados externamente, mas são participantes e sujeitos de um processo de construção e mudança social [...]”.

Sob essa perspectiva dos sujeitos sociais perante a discussão conceitual e prática das noções de agroecologia como fonte informacional de representação social e discursiva, reconhecemos a categoria “Sujeitos” como **sujeitos informacionais**, o que nos aproxima do entendimento de Touraine, Foucault e Bourdieu, sendo sujeitos sociais que mantêm relações mediadas pela informação numa ação residente no sentimento de continuidade e de reconhecimento do outro.

À vista disso, evidenciamos, nos TCCs, o sujeito informacional, individual e social, que se manifestou como ator social ao assumir uma posição conforme o papel que quer desempenhar, tornando-se, dessa forma, protagonista de uma ação social que deseja romper com a dependência da agricultura mecanizada. Essa ação é manifestada pela transição e adoção da agroecologia, que conduz o sujeito a aspirar à transformação e à mudança na forma de interagir com a informação, com o saber, com a terra e com os seus pares. Portanto, nossa pesquisa evidenciou esse ator social enquanto agente de mudança atribuída pelas relações sociais e pela existência de um *habitus* no interior de um campo social, em que ocupam determinadas posições pelos diferentes tipos de capital econômico e/ou cultural, sendo que essas posições são reveladoras de relações de dominação (Bourdieu, 1983). Consideramos, assim, o caráter de historicidade e de mudança presente nas relações sociais, na esfera microssociológica. Essa mudança de *habitus* é visualizada na citação reconduzida no **discurso (11)**:

Assim, segundo Costabeber (2004, p.47) a transição agroecológica visa [...] a passagem de um sistema de produção “convencional” (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. Nesta definição a ideia de “base ecológica” da atividade agrária se refere a um processo de ecologização dinâmico, contínuo e crescente através do tempo, e sem ter um momento final determinado. Este processo de ecologização implica não somente uma maior racionalização produtiva em base às especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma

mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo dos recursos naturais e à conservação do meio ambiente.

Seguindo essa lógica, tanto Touraine como Foucault colocam em evidência o esforço do sujeito no interior das microrrelações sociais, em suas contradições culturais, econômicas, políticas e pessoais, numa relação entre indivíduo e sociedade, sendo compreendido na trama das relações. Touraine (c1973, 2006, 2008, 2009) acredita que as instituições sociais e políticas já não exercem mais total influência na formação dos indivíduos, e, por isso, os atores sociais se enxergam como o principal objetivo, por suas pertencas e relações (consciência de si) e não mais às instituições. Foucault (1970, 2003, 2004) procura compreender os processos sociais dos **sujeitos** constituídos por formas de sujeição e, ao mesmo tempo, tornando-os sujeitos nas ações a partir de realidades microsociais, no seu conceito de poder, as malhas das relações humanas disseminadas nas estruturas sociais, não como algo situado ou fixado nas estruturas estatais ou jurídicas. No entanto, o sujeito não se encontra livre dessas relações saber/poder; é constituído por dinâmicas do saber e do poder, uma vez que é atravessado por elas por meio das práticas discursivas.

Pensar o sujeito de Foucault é compreender que ele constitui-se ativamente por meio das práticas sociais, ou seja, por meio de esquemas impostos e sugeridos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. Destarte, o discurso proferido pelos sujeitos envolvidos no processo situa-se na estrutura social em uma dialética com a prática, sendo ela o modo de produzir e de cuidar da terra, baseada em convenções e significações das relações sociais do saber e do poder, como verificado no **discurso (12)**:

Os camponeses são importantes atores sociais na construção desse conhecimento, eles através da observação e da experimentação descobrem as melhores formas e os melhores cuidados que devem ter para com suas sementes. Dessa maneira os camponeses vêm se superando e atravessando décadas sempre mantendo a qualidade dos seus cultivos. O domínio da produção de sementes é fundamental para que os camponeses tenham autonomia e liberdade.

O **discurso (13)** assim contribui: *Os camponeses são importantes atores sociais na construção desse conhecimento, eles através da observação e da experimentação descobrem as melhores formas e os melhores cuidados que devem ter para com suas sementes.*

Sob a égide da CI, observamos que, nesses discursos, os sujeitos são vistos em dimensão pensante em contextos informacionais, sob a necessidade de produzir e de socializar o conhecimento em relação com o meio, repleto de tensões culturais e sociais que moldam suas vivências. Dessa maneira, levamos em consideração o lado cognitivo e social dos

sujeitos enquanto seres pensantes e contraditórios, os quais se apropriam da informação no âmbito da estrutura social, materializando-se como sujeitos informacionais (CARMO; ARAÚJO, 2020).

Operadamente, percebemos que os sujeitos envolvidos no processo informacional, que gira em torno da agroecologia, são responsáveis pelos atos de fala (discurso) contra o sistema dominante de produção ao evocarem novas formas de ver o sistema produtivo. Esse efeito de sentidos envolve comunicar aos seus pares a agroecologia como solução ao empobrecimento do agricultor e da natureza. Dessa forma, o processo interativo discursivo é nada menos do que uma interação social, estabelecida entre os sujeitos num espaço e tempo cultural e político (assentamentos), em que o uso da informação ocorre por meio da prática social e pelos significados construídos coletivamente. Percebemos, assim, a interação organizativa dos atores sociais no **discurso (14)**: *A organização das famílias nas cooperativas e nos grupos de mulheres, assim como as atividades comunitárias nos permite entender a capacidade organizacional e econômica dos camponeses, que com as suas diferentes formas de resistência permeiam os tempos enfrentando o capital atualmente conhecido como o agronegócio.*

Diante desse contexto discursivo dos sujeitos sociais presentes nos assentamentos, notamos que o agronegócio, o outro discursivo, constitui-se como o sujeito (latifundiário, integrante da categoria “Sujeitos”) que promoveu o esquecimento do camponês e, conseqüentemente, da produção familiar em detrimento da produção em grande escala e em vastas extensões de terra. Esse sujeito discursivo, o latifundiário, encontra-se numa formação discursiva que evoca um modo de produzir dominante, sedutor, rentável, economicamente viável e tecnologicamente moderno, mudando o sentido das coisas, conforme constatamos no **discurso (15)**:

[...] onde as famílias assentadas adotaram o modelo agrícola do agronegócio como sua estratégia de reprodução social, o MST perdeu força e o agronegócio, passou a dar a direção e o rumo ao desenvolvimento local, reforçando sua dominação política, ampliando a exploração econômica e reproduzindo a visão de mundo dominante com seu controle ideológico (Martins, 2017b, p. 98).

À visto disso, quando as práticas camponesas afastam-se das agroecológicas, o **discurso (16)** aponta para a sujeição dos sujeitos ao perderem a sua autonomia no campo: *Portanto, não se trata de uma independência dos fatores das relações capitalistas, pois se tem uma sujeição a partir da renda da terra, por isso há uma relativa autonomia campesina, mais também a sujeição desses sujeitos ao mercado capitalista, ou seja, a materialização da relação dialética entre o tradicional e o moderno (FÉLIX, 2013).*

O que percebemos nesse conjunto de informações, materializadas nessas formações discursivas relativas ao agronegócio (o outro discursivo), é que o sujeito discursivo da agroecologia, da produção sustentável, não tem voz, sendo fadado ao esquecimento pelas políticas públicas e pela sociedade. Nesse contexto, como consequência, é-lhe abnegada a fala e, como tal, não pode ser protagonista (ator/agente), assujeitando-se, ao contrário, aos caprichos da elite dominante do agronegócio, o poder-hegemônico. Conforme o **discurso (17)**, os sujeitos buscam resgatar seu protagonismo: *Nesse contexto, o MST começa a fazer a ocupação desses latifúndios considerados improdutivos a fim de pressionar os governos a dividir determinada área e proporcionar a ocupação desta pelas famílias que realmente necessitavam.* Esses sujeitos colocam-se como protagonistas ao estabelecerem lutas e reivindicações, respaldados nas relações sociais com seus pares que se ligam às suas histórias (individuais e coletivas), transformando as suas realidades por meio das suas práticas (exteriorização de consciências sociais/ideológicas) e viabilizando a agricultura sustentável, assim verificado no **discurso (18)**: *Nesse sentido, busca-se alternativas para desenvolver uma agricultura sustentável, que viabilize economicamente as famílias, gerando renda e garantindo a sua permanência no campo. Sendo assim, o sistema apícola coloca-se na perspectiva de produção sustentável, tanto ambientalmente, quanto economicamente para as famílias camponesas.*

Em vista disso, observamos que os discursos dos sujeitos que circundam e circulam a noção de agroecologia evidenciam um conflito entre o discurso do agronegócio e o discurso da agroecologia, gerando um tensionamento, reforçado pelo reflexo de uma realidade no campo, em que se abre um abismo entre ambos como que podemos verificar no **discurso (19)**, reconduzido por uma citação sobre o agronegócio em uma correlação de forças:

Diante desta nova configuração da correlação de forças no campo brasileiro, o MST compreende a necessidade de uma reformulação estratégica que no mesmo ano de criação do referido assentamento, resulta na insígnia, Reforma Agrária Popular, indicando o agronegócio como seu novo inimigo. Em sua práxis, o MST compreende que reproduzir o modelo agrícola de produção do capital, desprestigia a reforma agrária, pois isso o próprio agronegócio o faz de maneira muito mais eficiente (MARTINS, 2017a).

O agronegócio foi idealizado pelo poder-hegemônico como um processo economicamente mais rentável e viável do que as práticas tradicionais, utilizando toda uma complexa cadeia produtiva de insumos que envolve fluxos de capital, local e global com o intuito de atingir maiores públicos. Já o discurso da agroecologia é representado, seguramente, pelos sujeitos que não se assujeitam mais ao processo de mecanização do campo, rompendo com estruturas sociais de dominação e optando por uma prática social que

liga o homem e a natureza por meio de um sistema produtivo sustentável, orientado para as relações sociais concretas e locais. O **discurso (20)** embasa essa perspectiva na construção de conhecimentos:

Os camponeses são importantes atores sociais na construção desse conhecimento, eles através da observação e da experimentação descobrem as melhores formas e os melhores cuidados que devem ter para com suas sementes. Dessa maneira os camponeses vêm se superando e atravessando décadas sempre mantendo a qualidade dos seus cultivos. O domínio da produção de sementes é fundamental para que os camponeses tenham autonomia e liberdade.

Conseqüentemente, os sujeitos sociais de posse de informações sobre as formas agroecológicas de produzir a terra contrapõem-se ao discurso do sujeito dominante, com a capacidade de promover mudanças sociais moldadas pelas práticas discursivas. Nessa perspectiva, os sujeitos lançam mão do contradiscurso, acionado pela socialização de informações (contrainformações) entre os integrantes do MST e a sociedade, as quais, depois de compartilhadas no coletivo, geram um novo discurso, que foge da reprodução de padrões discursivos fixados como únicos e possíveis, notadamente exemplificado pelo **discurso (21)** a seguir:

Diante da negação deste modelo de produção agrícola vigente por compreender os inúmeros retrocessos a reforma agrária trazido por ele, e a enorme força política gerada pela produção de alimentos saudáveis, o MST em seu VI congresso em 2014, reafirma esta tarefa como matriz produtiva, sendo a agroecologia a matriz tecnológica, a dar suporte a esta produção.

Destarte, a contrainformação (no caso, busca e transferência para a sociedade acerca de informações sobre diferentes modos de produzir) incide no contradiscurso dos sujeitos e pode ser vista como um modo de ação de resistência e de representação do mundo, moldado pelas estruturas sociais vigentes em que se questiona o *status quo* a partir da capacidade de gerenciar seu próprio discurso sociocultural, como é observado no **discurso (22)**: *O plano de desenvolvimento dos assentamentos é um instrumento de planejamento dos projetos de assentamento, abrangendo desde a instalação das famílias até a consolidação do assentamento, incluindo os aspectos econômicos, ambientais e sociais" (COTRARA, 2005, p. 2).* De certa forma, o protagonismo desses sujeitos está ligado ao sujeito MST, que organiza e informa seus agentes em torno da sua autonomia organizacional, que garante sua resistência frente aos mecanismos dominantes. Conseqüentemente, deixam de assujeitar-se ao modelo dominante ao combater essas relações de poder.

A nossa análise, também, remeteu-nos ao silenciamento da “Mulher”, uma das subcategorias de menor ocorrência. Porém, as ocorrências dessa subcategoria nos extratos a seguir remetem-nos à sua relevância na transição e consolidação da agroecologia. O protagonismo das mulheres nas práticas discursivas constituiu nossa reflexão acerca dos termos que circundam a noção da agroecologia como conceito. Aqui, emerge um sujeito, mulher, que não se reconhece apenas como sujeito de direitos, mas também como agente de mudanças, não se assujeitando mais ao *habitus* que mina as possibilidades de agir, representado no **discurso (23)**:

O assentamento possui oito (8) grupos de famílias, ao qual cada grupo possui mais ou menos dez (10) a onze (11) famílias, onde se tem presente à questão de gênero, a exemplo a coordenação de cada grupo, tendo na coordenação do grupo um homem e uma mulher, o que é uma forte discussão no movimento de se ter a participação igualitária.

Essa visão também é ressaltada no **discurso (24)**: *É importante destacar aqui a participação das mulheres nas entrevistas, que como companheiras e protagonistas do processo produtivo dentro do núcleo familiar tem uma relevância muito significativa para a permanência do camponês no campo. Com intuito de entender esses extratos, pautamo-nos em Touraine (2009), que salienta que a situação vivenciada pelas atrizes sociais as ajuda a conquistar a imagem de si, que são, por vezes, experienciadas criticamente no cotidiano por meio da proximidade consciente a seus engajamentos ou ideais, ligados à permanência no campo e à produção da terra, como nos evidencia o **discurso (25)**: *As atividades produtivas, os grupos de mulheres, as cooperativas são importantes demonstrações de força organizacional dos camponeses, mas as atividades comunitárias sempre foram formas de resistência. Assim, essas mulheres passam a exercer o seu papel no processo de transição agroecológica a partir das suas experiências de vida juntamente às famílias, visando à formação e ao compartilhamento de conhecimentos, como visualizamos no **discurso (26)**:**

Na agroecologia, as atividades produtivas das mulheres como horta, pomar, cuidado com animais, trabalho doméstico, cuidado com as pessoas, produção e preparo dos alimentos, cultivos e uso de plantas medicinais, produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas, conservação da biodiversidade animal e vegetal, é reconhecida e valorizada, além de ser um trabalho de fundamental importância para a garantia da sustentabilidade. Enquanto que no capitalismo estas atividades não são reconhecidas e nem valorizadas (CINELLI; SANTOS, 2015).

E no **discurso (27)**:

[...] a agroecologia e as mulheres andam juntas pois as mesma questionam as relações estabelecidas pelo sistema capitalista e pelo patriarcado, sendo que os dois trazem a dominação, exploração dos seres humanos e bens naturais, as mesmas buscam novas mudanças e a construção de novas relações que se baseia no cuidado com os próximos e com a natureza, estas transição propõem um outro modelo de vida (CINELLI; SANTOS, 2015)

A partir desses discursos, o que temos são sujeitos femininos que se constroem no discurso e atuam dando força aos processos de transição agroecológicos em assentamentos. Verificamos também que o sujeito feminino no discurso dos formandos, mesmo que de forma indireta e minoritária, foi um importante tema de discussão nas pesquisas, com o propósito de entenderem o processo de transição agroecológica, o qual também depende do protagonismo das camponesas, o que constatamos no **discurso (28)**:

É necessário destacar também, que, ao longo deste estudo percebeu-se que as mulheres do Assentamento Filhos de Sepé, organizadas através de um grupo, foram pioneiras na construção das feiras ecológicas neste assentamento, ocupando, assim, um papel de protagonistas nesta experiência. Não foi objeto central desse trabalho o estudo sobre o papel das mulheres, no entanto, não restam dúvidas a cerca da sua importância no desenvolvimento de mecanismos de resistência camponesa, principalmente quando se fala de circuitos curtos de comercialização, aspectos que devem ser perseguidos pelos estudos acadêmicos.

Os discursos do MST e dos formandos veiculam vozes dos sujeitos masculinos e femininos que discutem a participação das mulheres como agentes sociais de transformação. Esse sujeito feminino é constituído em meio aos discursos vinculados ao social com chance de ocupar seu espaço, como visualizamos no **discurso (29)**:

Considerando estas problemáticas, este trabalho tem por objetivo trazer contribuições para o assentamento o MST e as mulheres. No âmbito de contribuir com as mulheres vai mostrar a elas a importância do seu trabalho, mostrando as mesmas como agentes protagonistas da agroecologia no assentamento. Para o assentamento, a pesquisa traz dados, que revelam a importância do trabalho de produção de alimentos para o autoconsumo que este contribui para a soberania alimentar da família. Para o MST, esta pesquisa visa auxiliar trazendo mais informações sobre o papel das mulheres, um tema extensamente debatido, mas que precisa ser aprofundado.

A mulher tem sido vista pelo MST como importante sujeito de mudanças e transformações sociais, sem o qual não é possível construir uma base agroecológica forte. Essa afirmação das mulheres em frentes de luta faz com que haja uma mudança do reconhecimento de seus direitos e da sua importância na agricultura, bem como no fortalecimento das relações sociais, percebido no **discurso (30)**:

As mulheres desenvolveram e desenvolvem um papel fundamental na agricultura produzindo diversidade, entretanto, com o desenvolvimento da agricultura convencional, esta atividade foi se tornando invisibilizado, dando lugar às grandes culturas. Este trabalho tem por objetivo estudar os componentes do sistema produtivo que contribuem para a construção da agroecologia, identificando o protagonismo das mulheres neste processo. [...] observou que dos sistemas de produção existentes no assentamento, o autoconsumo é o que mais contribui para a agroecologia e o mesmo é desenvolvido pelas mulheres. Assim identificamos as mulheres como protagonistas na construção da agroecologia no assentamento, pois as mesmas desenvolvem uma produção diversificada e realizam estudos no grupo sobre o tema. Conclui-se que para a construção da agroecologia, é urgente suprimir as desigualdades de gênero no campo, de forma que as mulheres tenham participação e autonomia nas tomadas de decisão sobre as atividades produtivas dos lotes e do assentamento como um todo.

Assim, esse protagonismo é conquistado pela construção de laços, sentimentos, costumes e crenças como mecanismos necessários para a consolidação da agroecologia em suas propriedades. Essas mulheres, por sua vez, são sujeitos que produzem informações e engendram discussões sobre a sua condição e as condições do campo. Nesse sentido, o protagonismo provoca de maneira interdiscursiva (já que constrói, consolida e sedimenta um sistema partilhado de crenças) efeitos em si e na sociedade como um todo, o que se constata nesses discursos, a posição-sujeito-informação-conhecimento em uma ordem discursiva contra o avanço do capitalismo no campo, o qual os afastaria dos vários aspectos da vida social e do contato direto com a natureza.

Enquanto os atores sociais representam a gama de sujeitos protagonistas em relação de igualdade, inseridos em assentamentos como promotores da agroecologia, os latifundiários têm papel de antagonistas na relação com os sujeitos e os meios de produção, conforme verificado no **discurso (31)**:

O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (FERNANDES, 2004, p. 2).

O latifúndio soa como grande contradição na forma de produção na região na qual está inserido e tem, junto a si, autoridades e entidades, instituições de poder (FOUCAULT, 1979). Juntos, formam um complô social em torno da desapropriação por interesse social. Assim,

conflitos em torno da terra são gerados pela busca da igualdade social e pela reivindicação por direitos sociais, pois a luta pela terra é uma luta por cidadania, educação e saúde, como revelado no **discurso (32)**:

O MST, em especial se tornou um ícone da resistência dos camponeses na luta contra o latifúndio improdutivo e posteriormente o agronegócio, permitindo que inúmeros assentamentos surgissem aumentando o número de famílias com um pedaço de terra onde pudessem trabalhar e viver, multiplicando e expandindo para todos os estados do Brasil.

Nesse cenário, o camponês que luta e é protagonista contra a improdutividade dos grandes latifúndios utiliza as ocupações de terra, o acesso à educação, a produção de alimentos, o uso e a socialização de informações como ferramentas de combate às desigualdades no campo. Por consequência, essas lutas culminam na criação e consolidação de assentamentos compostos por pequenos agricultores familiares.

Por fim, os formandos são sujeitos constituídos pelos discursos de que são portadores, no sentido de que são os jovens mencionados nos próprios TCCs, como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1989), dotados de investimento formativo, os quais socializam informações de forma a contribuir com a permanência das famílias assentadas na terra. Esses jovens, considerados sujeitos informacionais (CARMO; ARAÚJO, 2020), sob o ponto de vista da CI, vão para a Universidade em busca de conhecimentos acadêmicos complementares ao conhecimento empírico das famílias, ligado à prática. Por conseguinte, estão engajados em relações concretas baseadas em práticas informacionais, que consideram as facetas sociais da produção de conhecimento a partir das quais os indivíduos dão sentido às ações de socialização de informação, revelado no **discurso (33)**, quando se menciona o tempo em comunidade como forma de aproximar os saberes:

No entanto, cabe aqui ressaltar que a pedagogia da alternância não é a pedagogia do MST, pois ela acaba por romper com o processo de construção do conhecimento, trabalhando a ação-reflexão de forma separada, ficando para a escola o espaço de reflexão, de estudos de base teórica e para a família, o espaço da prática, do trabalho produtivo. Para o MST, tanto o tempo comunidade (tempo em convívio com a família) como o tempo na escola são espaços de ação-reflexão, de teoria-prática, o MST não desvincula, não separa uma coisa da outra, ao contrário, trabalha-as juntas, determinando o exercício da práxis.

Detentores e transferidores de informações, teóricas e práticas, vividas e experienciadas sobre a agroecologia, os formandos não obtêm apenas detalhes de como entender a prática agroecológica, mas também adquirem conhecimentos e informações sobre

a prática da agricultura convencional – mais afeita ao agronegócio –, o que Barreto (1994) afirmava ser a informação qualificada como um instrumento modificador da consciência de si e de seu grupo, bem como da sociedade como um todo. Assim, entendemos que é por meio desse instrumento que se constitui a produção de conhecimentos desse grupo social, estudantes do MST, que agregam significados aos saberes compartilhados entre os seus membros (famílias assentadas). Portanto, o entendimento sobre um campo do conhecimento, um domínio ou um fenômeno social envolve a aprendizagem de conceitos por meio do processo de recepção, transferência e apropriação da informação.

Nesse sentido, entendemos que a dimensão ética está ligada ao uso responsável da informação, levando em conta o bem comum no que diz respeito às questões de apropriação e uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem. Assim, os sujeitos informacionais tornam-se protagonistas com “a habilidade de definir, localizar, acessar, avaliar e usar a informação de forma ética e socialmente responsável, como parte de uma estratégia de aprendizado” (VITORINO; DE LUCCA, 2020, p. 22).

Em perspectiva crítica, guiada pela ética, a ação desses sujeitos impacta seu papel social, como autores na construção e manutenção de uma sociedade livre e verdadeiramente democrática, em que os sujeitos do MST fazem escolhas conscientes e capazes de mudar o *status quo*. Destarte, essa competência informacional (BRANDÃO; SANTOS; BORGES, 2020), desenvolvida pelos sujeitos sociais (formandos e famílias assentadas), assume papel de consciência crítica, como postulado por Paulo Freire, e, em certa medida, ética, no sentido de refletir sobre os modos de produção e de se posicionar frente ao modelo hegemônico de produção. A competência informacional beneficia esses sujeitos de protagonismo ao desenvolver o controle dos meios de produção e da própria vida, não sendo a informação estática e limitada, mas, sim, considerada a habilidade de tratar a informação de forma ética e socialmente responsável (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

De modo contínuo, as relações de saber e de poder geradas pelo conhecimento e pelo acesso aos fluxos informacionais produzem subjetividades nos indivíduos, o que permite uma construção social dos sujeitos ao agir com os demais. Assim, os sujeitos sociais são sujeitos informacionais que devem ser vistos nas suas subjetividades, nos diversos elementos construídos por eles, pois modificam a realidade social em um movimento dialético entre o indivíduo e a sociedade (CARMO; ARAÚJO, 2020). Entendemos que esse construto é baseado nas relações morais, as quais permitem a esses agentes um agir ético nas relações com os outros, com a verdade e consigo. Assim, entendemos que os “Sujeitos”, nossa

primeira categoria de análise, são sujeitos informacionais que possuem dimensão técnica por meio das habilidades/competências cognitivas adquiridas para encontrar, avaliar e usar o que necessitam em ação no contexto de informação.

Logo, entendemos que os sujeitos do processo produtivo em espaços de colaboração criam uma atmosfera de engajamento afetivo e cognitivo por meio da habilidade técnica de buscar informação sobre os modos de produção, seja por meio de atividades elaboradas pelo MST (jornadas, encontros, seminário e formações), seja pelo acesso à Universidade. Essas habilidades técnicas dos sujeitos informacionais estão ligadas à perspectiva crítica, em que as práticas de aprendizado manifestam-se em uma contrainformação, no sentido de buscar, avaliar e usar informações que subsidiem as ações agroecológicas em contradiscurso ao modelo de agricultura mecanizada do agronegócio. A seguir, exploraremos a categoria “Sistema produtivo”, que analisará a agroecologia e o agronegócio.

4.5 CATEGORIA TEMÁTICA SISTEMA PRODUTIVO: AGROECOLOGIA E AGRONEGÓCIO EM TENSÃO DISCURSIVA

Como assinalado na Tabela 2, subseção 3.5, na categoria "Sistema produtivo", abordamos as construções discursivas das subcategorias constantes na Tabela 4 - *Categoria “Sistema produtivo” - Ocorrências das subcategorias, “Agroecologia” e “Agronegócio”*, representando-as sem generalizá-las. A fim de obter dados de análise, agrupamos essas duas subcategorias de modo a evidenciar enunciados capazes de expressar o modo de existência dos sujeitos sociais na construção da noção circulante da agroecologia, dependente do contexto ao qual eles pertencem ou estão relacionados. O critério estabelecido para essa análise diz respeito à função conferida à temática analisada (conceitualização da temática em evidência, agroecologia, bem como da temática que representa sua negação dialética, o “Agronegócio”), que se fizeram presentes na maioria dos trabalhos acadêmicos, girando em torno de um tensionamento produtivo no campo, em que a “Agroecologia” tem maior expressividade contrapondo-se explicitamente ou não ao “Agronegócio”, seu outro discursivo.

A agroecologia, enquanto discurso destacado no conjunto dos TCCs (informações), base empírica do nosso estudo, foi posta em evidência como subcategoria para compreendermos o tensionamento entre dois modos de produzir no campo. Portanto, partimos do texto monográfico, elemento central da prática de análise dos sentidos, das falas e da identificação dos discursos utilizados como base para a construção das proposições acerca da construção social do conceito de agroecologia e de seus tensionamentos discursivos. Desse

modo, listamos fragmentos (extratos) discursivos, desvelados segundo a perspectiva possibilitada pelas bases teóricas adotadas na pesquisa.

Tabela 4 – Categoria “Sistema produtivo” - Ocorrências das subcategorias

SISTEMA PRODUTIVO	OCORRÊNCIAS
Agroecologia	421
Agronegócio	237

Fonte: Dados da pesquisa

Ao observarmos as ocorrências da Tabela 4, notamos que a subcategoria “Agroecologia” teve maior incidência, o que se justifica devido ao fato de essa subcategoria ser o principal discurso e mais destacado conteúdo informacional presente no nosso conjunto documental – os 43 TCCs examinados. Sendo assim, a subcategoria "Agronegócio", mesmo com menor ocorrência, manifestou-se como discurso socialmente circulante e circundante à agroecologia. Nesse contexto, o agronegócio esteve presente nos discursos e contradiscursos dos sujeitos agroecológicos que confrontam as formas capitalistas de produzir no campo. Logo, verificamos nessas práticas discursivas os tipos de conhecimento e de sentido que são postos ao modo de produzir capitalista e ao modo agroecológico, sendo, assim, reveladores de um tensionamento contradiscursivo de agroecologia frente ao agronegócio, por hora evidenciado no **discurso (34)**, que intenciona o rompimento com o modo capitalista de produzir no campo:

Frente a esta situação, resta aos camponeses a luta política e a pressão social junto ao estado por meio do MST, buscando garantir políticas públicas, sejam elas econômicas (mercados institucionais, feiras em locais públicos do município, créditos etc), sejam de infraestrutura (estradas), sejam sociais. Para isto, os dirigentes do MST que ainda mobilizam os assentados, quando se faz necessário organizar-se para enfrentar os inimigos da política nas praças do município e nas ruas da capital do estado, deverão primeira compreender o seu papel e a importância de se estabelecer a ruptura com o modelo do agronegócio existente dentro do assentamento.

Diante disso, entendemos que o discurso dos TCCs evidenciou a proposta do MST em disseminar informações sobre as contradições do modelo produtivo capitalista vigente, o qual detém estoques de informação potencialmente condicionados à produção de conhecimento e à dominação dos mercados. Nessa perspectiva, percebemos que o **discurso (35)** apresenta o entendimento sobre a necessidade de capacitação dos sujeitos assentados, a qual pode dar subsídios informacionais sobre o modo de produzir agroecológico, contrariando o modo de

produzir dominante do agronegócio:

Este processo fez parte do debate político que o MST e o setor de produção desenvolveram nos finais dos anos 90, quanto ao modelo adotado nos assentamentos, sobretudo a crítica a matriz tecnológica. Neste sentido, através de uma estratégia nacional, o MST cria centros de formação para desenvolver a agroecologia como uma alternativa ao modelo convencional de agricultura.

Destarte, o discurso acima vai ao encontro de Tauile (1981, p. 91), que, analisando a formação do capitalismo desde sua versão inicial no mercantilismo, percebeu que “não há como minimizar a importância da informação na organização inicial dos mercados”, pois o conhecimento baseado em informações comerciais não só foi importante para gerar riquezas, como também para estabelecer um sistema capitalista de produção. “A posse de informações estratégicas sobre o funcionamento de mercados, os capitais mercantis passaram a penetrar na produção de modo a organizá-la segundo seus interesses, moldes e objetivos”, elevando a expertise daqueles que detêm a informação e o conhecimento de como fazer as coisas e de dar ritmo à produção.

O **discurso (36)** evidenciou a busca do protagonismo sobre a tomada de decisão referente ao seu destino por parte do Movimento:

Segundo o MST para finalmente realizarmos uma Reforma Agrária verdadeira em nosso país, é preciso agora enfrentar o agronegócio e os interesses do capital internacional. Realizar a Reforma Agrária que defendemos é libertar estas terras para produzir alimentos, é criar condições dignas de vida no campo e na cidade, é construir uma sociedade em que o nosso povo tome seu destino pelas mãos e decida o seu caminho (MST, 2018, p.1).

Nesse sentido, os estudantes parecem perceber a importância de práticas informacionais baseadas na descentralização e que favoreçam o aumento contínuo das informações que antes eram detidas nas mãos de poucos, mas que, hoje, passam a fazer parte de um movimento social, sendo objeto de práticas informacionais. Isso é demonstrado na citação destacada no **discurso (37)**, quando o MST apresenta essa descentralização informacional por meio de ações formativas:

Obviamente, tais afirmações não excluem o fato de que, a consolidação de processos massivos de transição agroecológica se inicie ainda no acampamento, através de ações formativas com os camponeses. Afinal, como destacam Flores e Sarandón (2014), faz-se necessário a tomada de

consciência a respeito da problemática da agricultura capitalista, suas causas e a necessidade da transição, para que se garanta uma produção ecologicamente adequada, economicamente viável e socialmente justa.

A representação construída no **discurso (38)** pelo MST destacou visivelmente a importância das formações ao vislumbrar outras formas de trabalho no campo, na adoção da agroecologia em parceria com a UFFS e o IFRS:

O Instituto Educar oferece atualmente duas modalidades de curso, o ensino médio integrado ao técnico agropecuário com ênfase em agroecologia, em parceria com Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Sertão e com o PRONERA, e outro em nível pós-médio, de graduação em agronomia com ênfase em agroecologia, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o PRONERA.

À vista disso, os recursos formativos e a cultura dos camponeses, relacionados ao acúmulo de saberes, são elementos que influenciam o desenvolvimento da competência infocomunicacional (BRANDÃO; SANTOS; BORGES, 2020), como podemos perceber no **discurso (39)**, que segue essa ideia de que o acesso à educação tem como propósito formar novos quadros de militantes. Assim, o MST, a partir da formação de intelectuais orgânicos, subsidia cursos de formação acadêmica focados na agroecologia: *Por fim ao MST, pela oportunidade de poder aprender e ensinar. Pela oportunidade que destes a milhares de famílias, que veem na terra a libertação ao capitalismo e as mazelas que ele produz. Hoje os sem terra que a mais de trinta anos libertam a terra do latifúndio veem os filhos e filhas de sua luta, tendo a oportunidade de acessar a universidade.* Nesse contexto, encontramos claramente referências de um ambiente propício ao desenvolvimento de competências infocomunicacionais que considera o investimento formativo do MST à sua base, em acúmulo de conhecimentos, como valor atribuído à conquista do saber científico aliado aos saberes dos camponeses (empírico). Em consequência disso, as informações sobre o modelo agroecológico de produzir no campo foram restabelecidas pelo desenvolvimento, coleta e processamento de informações dispersas, de modo que, com funções de contabilizar e controlar essas informações sobre modos de produzir e cuidar da terra, galgam relações sociais de proteção à vida. Desse modo, os saberes desenvolvidos quanto ao modo de produzir extrapolam o quesito manejo da terra, estando evidentes no **discurso (40)**:

A agroecologia apresenta-se como um importante referencial na forma de “intervenção” que o homem e a mulher podem manejar a natureza para produzir alimentos e insumos necessários para a humanidade, acelerando os ciclos e processos naturais dos ecossistemas, buscando preservá-los e propiciando assim uma agricultura sustentável. Porém a agroecologia vai

muito além da agricultura sustentável, e abrange as questões sociais, culturais, de gênero, econômicas, e a emancipação dos seus atores.

Por conseguinte, os cientistas e pesquisadores, como Michel Altieri e, posteriormente, Stephen Glissman, nos anos de 1980, expoentes da “vertente americana” da agroecologia, fizeram um resgate harmonioso da produção no campo, o qual subsidia a formação dos sujeitos, como revelado implicitamente no discurso mencionado acima.

Para entendermos mais sobre a necessidade de o MST buscar informações e dar formações acerca de um novo jeito de relacionar-se com a terra, foi preciso compreender que os enormes latifúndios, controladores dos fluxos de informação e de produção do campo, impossibilitaram a vida dos camponeses que vivem da terra. Em vista disso, a “terra” tornou-se encarecida muito rapidamente em função do processo de modernização e controle das informações, acirrando ainda mais as desigualdades sociais no campo. Toffler (1998) retrata uma sociedade que evoluiu, levando nessa sinuosidade a agricultura, a indústria e os serviços caracterizados por revoluções, que afetaram não somente os meios econômicos e informacionais, como também os indivíduos e a sociedade. Nesse contexto, Tauile (1981, p. 90) enfatiza que essa evolução tecnológica faz parte do “princípio taylorista da separação entre concepção e execução do trabalho, levando às dimensões do capitalismo contemporâneo (em que claramente “fazer” não pode ser equacionado com ‘saber fazer’)”. Assim, transformou-se o trabalhador em mero executor.

A agricultura familiar, nesse contexto, foi substituída pela mecanização da agricultura, na qual incidiu a divisão simples do trabalho, uso de maquinários, sementes modificadas e insumos artificiais, tendo a terra como a base da economia por meio do cultivo do solo, sustentando o surgimento de indústrias, bem como contribuindo para a produção padronizada em grandes escalas. No **discurso (41)**, fica clara essa mecanização:

Este modelo de modernização da agricultura passa a marcar na história o momento em que a agricultura se distancia fatalmente dos ecossistemas naturais, assemelhando-se cada vez mais ao funcionamento de uma fábrica, trazendo consigo enormes custos sociais e ecológicos, que chegam ao campo agudizando a contradição homem versus natureza (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

O **discurso (42)** também corrobora com essa ideia da mecanização do campo, em que as famílias perdem sua força de trabalho: *A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada. Essa era a memória técnico-produtiva do povo. Era muito difícil fazer a*

discussão da organização da produção com os trabalhadores (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.97). Os discursos acima estão permeados de sentidos, explicitando o descontentamento com o processo de desenvolvimento tecnológico no campo, que claramente explicita o princípio taylorista da separação do homem da execução do processo. Os sujeitos tentam pelo controle do sistema de informações sobre o modo direto de produzir a terra por meio da capacidade de tomar decisões técnicas (instrumentos de trabalho, máquinas e matérias-primas).

Nessa consolidação de trabalho agrícola mecanizado, o agronegócio subverteu a sociedade agrícola de economia baseada na terra, em que o homem usufruía e preservava os recursos naturais, direcionando-a, assim, à economia baseada no capital, na geração de lucros e no esgotamento da terra, conforme disposto no **discurso (43)**: *A percepção dos agricultores sobre o agronegócio hoje é de que a produção numa lógica exclusivamente mercadológica descaracteriza o camponês transformando-o em um pequeno burguês, fragiliza a organização do MST na qual somos parte e transforma famílias camponesas em reféns do pacote agroquímico dos transgênicos. No **discurso (44)**, em complemento ao anterior, montamos uma rede de sentidos – toda essa permissão discursiva em um jogo de poder saber que regula, normatiza e controla os sujeitos (Foucault, 1979, 2010):*

Ficou evidente que, onde as famílias assentadas adotaram o modelo agrícola do agronegócio como sua estratégia de reprodução social, o MST perdeu força e o agronegócio é que passou a dar a direção e o rumo ao desenvolvimento local, reforçando sua dominação política, ampliando a exploração econômica e reproduzindo a visão de mundo dominante com seu controle ideológico (MARTINS, 2017, p. 98).

No entanto, surge um novo paradigma de produção e consumo que eleva a agroecologia ao status de elemento propulsor de uma nova economia, baseada na proteção do homem, dos animais e da natureza. Enquanto no primeiro modelo agrícola se produz para o mercado (capital), no segundo, o agroecológico, a produção é orientada para o consumo (soberania alimentar). Obviamente, ambos possuíam características de consumo, mas o que os diferencia são elementos de produção de alimentos, de relação à biodiversidade e de processo de rotação cultural, como visualizamos no **discurso (45)**:

A agroecologia está baseada na ação coletiva, onde os conhecimentos de todos são compartilhados, havendo a valorização do trabalho sem agredir o meio ambiente e a natureza, tendo geração de renda para a família e são os agricultores que determinam o uso de tecnologias e as formas de trabalho. A agroecologia é muito mais que uma simples ciência, ou um enfoque científico, é uma opção de modo de vida das famílias, pois considera os aspectos ambientais, sociais, culturais, éticos e políticos da agricultura onde

a produção ecológica se concentra na agricultura familiar e camponesa. Sua produção é diversificada, e a família tem mais autonomia e independência.

Destarte, a informação apresentou-se nesse cenário como insumo para o conhecimento gerado pelos sujeitos, nesse caso, os sujeitos do MST (os formandos e os atores sociais), como revelado no **discurso (46)**, que tem como objetivo principal a percepção crítica da realidade por meio da aproximação de saberes:

Neste sentido, a agroecologia ainda incorpora a ciência ao saber empírico, (LEFF, 2002), não deixando de lado, os conhecimentos gerados pelas práticas das comunidades locais (GLIESSMAN, 2003), que junto a um contexto, histórico, social, e também ecológico, delimitam suas necessidades e explicitam seus limites, aos quais tal pesquisa se debruça, congregando um emaranhado de saberes essenciais na luta pela terra gerada pelos camponeses em torno do MST, e na luta pelos que dela dependem organizados em torno da transição agroecológica.

Nesse âmbito, os sujeitos são os principais recondutores do discurso (e do saber envolvido) da agroecologia como contraponto ao agronegócio, pois todos os ativos em questão, juntamente à bandeira de luta erguida pelo MST, em uma estrutura organizacional, estabelecem condições para a mudança de paradigma no campo, que se evidenciam pelos resultados de ações de informação e de formação. Assim, o modo de produção agrícola vigente (agronegócio) foi colocado em xeque, tornando-se elemento imprescindível para a compreensão da necessidade de mudanças de perspectivas no campo a fim de estabelecer um sistema agroecológico, condizente com a vida camponesa, baseada na posse, no acesso, no controle e na socialização das informações pelas famílias camponesas.

À medida que a mecanização da agricultura avançava e o agricultor perdia espaço para a tecnologia, seus princípios agroecológicos foram substituídos e ignorados em detrimento do lucro e da produção especializada (monocultura) em grandes propriedades. Esse modelo de modernização da agricultura distancia-se, cada vez mais, dos ecossistemas naturais, assemelhando-se ao funcionamento de uma fábrica, com um percurso negativo, trazendo consigo prejuízos sociais e ecológicos que colocam em contradição o homem e a natureza (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A agroecologia e o agronegócio são modelos tecnológicos naturalmente antagônicos, sendo a prática agroecológica uma maneira que visa construir uma sociedade de produtores livremente associados, idealizadores da emancipação humana e afastados da ideia única de obtenção de lucros, conforme **discurso (47)**:

A agroecologia tem um importante papel neste debate, pois ela é antagônica ao modelo de agricultura convencional. Baseado na preservação da biodiversidade e na sustentabilidade, a agroecologia deixa clara seu questionamento ao modelo de agricultura vigente, reconhecendo os agricultores e agricultoras como protagonistas na construção deste novo modo de vida, que também traz a diversidade e a divisão de tarefas e de decisões nas unidades de produção.

Dessa forma, há a busca por informações com o intuito de resgatar um modelo que respeita a essência do agricultor e preserva os recursos naturais, sendo a agroecologia uma importante ferramenta na procura de alternativas tecnológicas e produtivas por devolver a autonomia aos camponeses. Machado e Machado Filho (2014, p 36) entendem que a agroecologia é um método de produção agrícola que resgata os saberes tradicionais e incorpora os progressos científicos e tecnológicos de forma harmônica com o meio ambiente, produzindo alimentos e produtos limpos, sem veneno e em grande proporção e sendo “uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala”.

Conforme consta no **discurso (48)**, a agroecologia consolidou-se para os sujeitos do MST enquanto forma de socialização de conhecimentos em um espaço aberto ao debate, à crítica e à participação, em que há o exercício de veiculação de informações e de propostas à emancipação do camponês, contrariando os processos produtivos capitalistas:

Altieri (2012, p. 105) define a Agroecologia como “[...] o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”. Ainda de acordo com esse autor, a Agroecologia é estabelecida como utilização dos conceitos e princípios ecológicos que norteiam o arranjo dos agroecossistemas sustentáveis e proporcionam conhecimentos mais amplos a fim de ponderar sua diversidade. Por essas razões, a Agroecologia deve buscar uma perfeita harmonia entre o ser humano e o meio ambiente em que esse está inserido. Neste sentido, a Agroecologia tem na sua essência a busca pela emancipação do ser humano e ao mesmo tempo proporcionar melhor qualidade de vida, fugindo dos paradigmas produtivos impostos pela sociedade atual, onde se tem o domínio e interesse mais do que evidente das grandes corporações, preocupadas apenas em retirar recursos naturais do sistema, sem ter a noção de que essa atitude pode levá-lo a um tremendo e irreparável caos em um futuro não distante.

Dessa forma, notamos no discurso como o trabalhador do campo resgatou a sua essência e retornou ao trabalho que o integra à natureza, retomando também os conhecimentos dos antepassados (saberes populares), os quais foram deslocados pelo poder-hegemônico, que retirou a capacidade do camponês de tomar decisões sobre o seu modo de produção. Os saberes populares (fluxo de informações) foram sufocados por um novo

conjunto de informações relevantes para a produção, circulação e acumulação de capital, que, segundo Tauile (1981), são dispostas hierarquicamente em uma “pirâmide de poder”, em um tipo de dominação ideológica de uma classe social pela outra, sendo o poder-hegemônico, noção de Gramsci (1978), a configuração social do capitalismo em disputas em determinado espaço social, em que compreendemos como as relações de poder e saber estão estabelecidas no campo.

Contrariando a dominação exercida pelo agronegócio, o **discurso (49)** retrata o congregado de saberes, práticas informacionais, que subsidiam a transição agroecológica:

A agroecologia ainda incorpora a ciência ao saber empírico, (LEFF, 2002), não deixando de lado, os conhecimentos gerados pelas práticas das comunidades locais (GLIESSMAN, 2003), que junto a um contexto, histórico, social, e também ecológico, delimitam suas necessidades e explicitam seus limites, aos quais tal pesquisa se debruça, congregando um emaranhado de saberes essenciais na luta pela terra gerada pelos camponeses em torno do MST, e na luta pelos que dela dependem organizados em torno da transição agroecológica.

Os atores sociais ligados ao MST tendem a ampliar suas relações por meio de parcerias com instituições educacionais e governamentais, fomentando acordos para acessar tecnologias e informações para desenvolver inovações no campo. Por essa razão, as tecnologias se apresentam como fatores determinísticos à economia e à evolução da sociedade e ao desenvolvimento da agricultura. Nesse sentido, a informação assume papel importante na comunicação e na gestão integrada dos indivíduos para atingir objetivos em comum.

Para a melhor compreensão dessas duas subcategorias tensionadas discursivamente, analisamos a Figura 6, que apresentou, a partir da criação dos “nós” obtidos pelo software NVivo 12 Pro, as nuvens de palavras, as quais nos forneceram subsídios para a análise das formações discursivas circulantes à noção da agroecologia.

Figura 5 – Categoria “Sistema produtivo” - Nuvem de palavras



Subcategoria - **Agroecologia**

Subcategoria – **Agronegócio**

Fonte: Dados da pesquisa – NVivo 12 Pro.

Observando as subcategorias da Figura 5 – *Categoria “Sistema produtivo” - Nuvem de palavras*, percebemos que a noção de agroecologia é circulada pela produção agrícola de assentados do MST, que encontraram, na forma de produzir a terra, práticas ecológicas que se contrapõem ao sistema produtivo capitalista, subcategoria “agronegócio”, que se apresentou como discurso presente nos assentamentos. O termo agroecologia, na circulação desses discursos, apresenta-se como prática de transição de uma forma mecanizada e tecnológica de produzir a terra para uma forma mais rudimentar, em que os princípios solidários e compartilhados orientam a vida em comunidade a partir de conhecimentos empíricos de cultivar a terra, com aquilo que a natureza oferece, por meio dos fundamentos do agroecossistema de produção (ALTIERE, 2012).

Assim, compreendida como exercício da cidadania, entendemos que a dimensão política da informação trouxe subsídios para a análise da categoria “Sistema produtivo”, pois nos possibilitou verificar a participação dos indivíduos do MST nas decisões e nas transformações referentes à vida social, com a capacidade de ver além da superfície do discurso. Desse modo, os sujeitos do processo de transição agroecológica interagem com a informação que foi produzida e circulada em um contexto coletivo, do assentamento para a sociedade, em relações sociais construídas pelos saberes socializados. Essa dimensão política da informação relaciona-se ao empoderamento e à participação política em contexto sociopolítico necessário para a transformação social ao dar voz àqueles que foram silenciados.

“É fato, contudo, que a própria informação disponível tende a ser, mesmo que não deliberadamente, selecionada e organizada de modo a favorecer certos grupos e determinadas ideologias” (VITORINO; DE LUCCA, 2020, p. 26).

Percebemos que a restrição de trânsito de informações liga-se à existência do monopólio de produção (instituído pela classe dominante) dos grandes produtores do agronegócio, que não só dominam os meios de produção, como também os fluxos informacionais. Diante do silêncio criado pela noção de censura, mesmo que bloqueados, os sentidos não param, não se encerram, pois tomam um novo caminho, uma nova direção, como, por exemplo, os discursos que ecoam por meio de uma prática agroecológica em resistência ao agronegócio. O silêncio, mesmo que fora da linguagem real, ainda é sentido, abrindo espaço para o movimento do sujeito que, então, buscará rompê-lo, numa espécie de luta entre o sentido e a fala (linguagem), programando dizer alguma informação (ORLANDI, 2007). Esse romper do silêncio deu-se especialmente em torno das formas de trabalho, sob o viés da construção e gestão de coletivos em assentamentos, evidenciado na próxima categoria analisada.

4.6 CATEGORIA TEMÁTICA FORMAS DE TRABALHO: SOCIABILIDADE

A categoria “Formas de trabalho” foi analisada pelo princípio de especificidade, a partir do qual encontramos a regularidade nos acontecimentos discursivos, apresentada pela própria prática discursiva das coisas. Também verificamos a categoria supracitada por meio do princípio da exterioridade, pelo qual observamos a emergência da prática do discurso e encontramos as condições de suas possibilidades (FOUCAULT, 1970). Assim, com base na categoria “Formas de trabalho”, explorada a partir da Tabela 5 - *Categoria "Formas de trabalho" - Ocorrências das subcategorias*, centramos nossa reflexão acerca do “Trabalho coletivo”, subcategoria de maior frequência, com oitenta e sete (87) ocorrências, abarcando as demais, como temática central do estudo.

Tabela 5 – Categoria "Formas de trabalho" - Ocorrências das subcategorias

FORMAS DE TRABALHO	OCORRÊNCIAS
Trabalho coletivo	87
Mutirão	37
Trabalho familiar	34
Trabalho feminino	10

Fonte: Dados da pesquisa

À vista disso, destacamos a especificidade das formas de trabalho na construção e gestão de coletivos em assentamentos, abordando o trabalho como atividade humana que compreende, dialeticamente, a aplicação de normas reguladoras das relações sociais entre os indivíduos e o seu contexto. Nossa análise depreendeu-se levando em conta a Figura 5 – Categoria "Formas de trabalho" - Nuvem de palavras, pois se tratou de uma análise que aproximou as subcategorias a propósito das práticas informacionais e formativas das formas de trabalho dos sujeitos sociais. No entanto, para problematizar, é necessário explorar as subcategorias imbricadamente, analisando as mudanças e criando relações de aproximação à noção de agroecologia.

Percebemos, em vista da Figura 7, que o trabalho coletivo é exercido pelos mutirões entre famílias assentadas ligados ao trabalho familiar e feminino, em uma relação de interdependência entre os indivíduos, numa elevação do grau de consciência política e social, conforme notamos no **discurso (50)**:

Cabe aqui acentuar que essas trocas de serviço não somente relações de trocas de mão de obra em si, o que é de suma importância para estas famílias, mas crias relações sociais, discussões políticas, estratégias de produções e trocas seja de sementes ou alimentos, ali também ocorre planejamento e acordos para novas trocas de serviços, nestes momentos a um encontro de várias famílias formando um grande coletivo. "Atividade coletiva de caráter formativo e prático que objetiva a implementação, construção, execução de atividades relacionadas à produção e infraestrutura para a produção, armazenamento e comercialização" (GÖRGEN, 2017, p. 418).

Dado esse discurso, as formas de trabalho têm implicações políticas e éticas, uma vez que as relações e instrumentos utilizados na produção do conhecimento estabelecem a construção de uma nova forma de produzir a terra, levando em conta aspectos políticos, culturais e sociais.

conhecimentos das famílias participantes, como: plantio, limpeza das plantações, colheita, venda e troca, como podemos verificar no **discurso (52)**:

Essas famílias, logo que foram assentadas produziam uma grande diversidade de culturas no coletivo, com a finalidade de auto sustento e também de geração de renda. A organização do assentamento era em bolsões, cada um composto por um determinado número de famílias que se organizam em mutirões para o plantio e limpeza das plantações. Todas as atividades eram realizadas apenas com ferramentas manuais e com o auxílio de animais como junta de bois ou cavalo.

No **discurso (53)**, fica evidente essa relação das formas de trabalho que são impulsionadas pelo trabalho feminino e familiar, que retrata a importância da mulher como protagonista das atividades familiares empreendidas nos assentamentos:

Essas definições de trabalho reforçam todas as questões já elencadas a respeito do trabalho feminino não reconhecido. Portanto essa divisão de conceitos é essencial para compreendermos a importância de todas as atividades desempenhadas pelas mulheres, tanto no meio familiar quanto profissional, Start- aqui entendido como ponto de partida, impulso inicial evidenciando a relevância e necessidade de ambos. Neves (2011), discute que houve sim um crescimento percentual da participação feminina no mercado de trabalho, porém não ocorreu uma nova divisão sexual do trabalho no âmbito familiar. Isso ocorre devido uma compreensão ainda hegemônica de que o trabalho reprodutivo é de responsabilidade exclusiva da mulher, porque são elas que têm a possibilidade natural de desempenhar esse trabalho.

Portanto, nesse fragmento, temos o discurso que reforçou a abordagem feminina, pois retratou um espaço de escuta, de compartilhamento de experiências e de sentimentos ligado à importância da participação da mulher no trabalho. Há um contradiscurso no sentido de romper com o estereótipo de gênero, o qual impacta não só na vida das mulheres, como também nos demais segmentos da sociedade.

No entanto, no sentido de ampliar vantagens e reduzir incertezas e fracassos no campo, os assentados optaram por aderir a essa forma organizativa de trabalho em vida comunitária, a qual ocorre desde os acampamentos, como profere o **discurso (54)**:

A trajetória de lutas dos assentados, já teve início dentro dos acampamentos, aonde começou a luta pela terra. Nessa trajetória os camponeses realizam diversas atividades coletivas para que fosse possível resistir e conquistar seu pedaço de chão, e quando finalmente na terra camponeses usaram esses princípios básicos de organização do trabalho para produzir e entre esses o trabalho coletivo.

Porém, essa articulação coletiva enfrenta problemas na consolidação dos agrupamentos sociais, pois há o rompimento dessa relação pelo assentado, que não compreende ou não se adapta à organização coletiva. Desse modo, o MST buscou resolver esse impasse, orientando melhor os sujeitos sobre o trabalho coletivo, o que notamos no **discurso (55)**, que referencia o trabalho do MST, discutindo o trabalho coletivo, cooperado, como forma de combater o sistema capitalista, explorador e opressor do homem camponês:

No entanto, o número de adesões não era orientado pelas possibilidades reais de geração de trabalho e renda, levando a um rápido processo de crise interna nesses agrupamentos sociais. Será neste processo de intensas desistências de famílias e rachas internos nas CPAs que em 1994, define-se por realizar um novo seminário nacional sobre a cooperação. No entanto, nos debates preparatórios evidencia-se que os problemas da cooperação no MST, não se relacionavam diretamente com as CPAs, mas sim pelo abandono do trabalho político organizativo do conjunto das famílias assentadas (MST, 2006, p. 86).

Dentro das formas de trabalho em que temos a participação das mulheres, dos homens, dos idosos, dos jovens e das crianças, está uma relação que ocorre entre famílias, as quais participam das cooperativas e dos coletivos dos assentamentos, centrados, notadamente, na mudança da matriz produtiva mecanizada, em busca de alternativas de resistência frente ao avanço do agronegócio com a produção da soja transgênica, assim revelado no **discurso (56)**:

Uma das grandes alternativas para barrar o avanço do capital no campo foi a formação de associações, coletivos e cooperativas. Nas associações, nos coletivos e dentro das cooperativas os assentados realizam um conjunto de atividades e enfrentamentos que estão diretamente ligadas a luta de classes, o trabalho é coletivo e permite competir com grandes empresas por espaço no mercado.

Desse modo, verificamos ações coletivas substanciais ao nível de coletivos, associações e cooperativas criadas exclusivamente para dirimir desigualdades vinculadas ao gênero e à classe social, organizações fundamentais para mitigar as assimetrias de poder ao combater o capitalismo no campo, imposto pelo poder-hegemônico.

Como exposto anteriormente, essas formas de organização do trabalho, além de promoverem a integração dos indivíduos em coletivos no fazer agroecológico, trabalham com fluxos informacionais, orientados em níveis organizacionais (micro e macro), percorrendo as redes de pessoas (internas e externas) e implicando na geração de conhecimentos em diálogo com os saberes, dependentes do acesso e da socialização da informação, como exposto no **discurso (57)**:

(...) a população do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, seleção e aprendizagem cultural, e que lhes permitiu captar o potencial dos agroecossistemas onde convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é obra do trabalho coletivo e milenar dos povos camponeses e não de institutos de pesquisa, universidades ou empresas. Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes, que reconhece os povos do campo e da floresta como sujeitos privilegiados da agroecologia (GUHUR; TONÁ 2015, p. 35).

Consequentemente, no referido discurso, notamos que o trabalho coletivo gera diálogos que, de certa forma, consolidam uma comunicação multidirecional em que a informação flui em diversas direções entre diversos atores para a construção social de um novo fazer agrícola. Acompanhados de Tauile (1981), compreendemos que o conhecimento deixa de ser ferramenta de uso apenas nos processos contidos em organizações/corporações e adquire significado mais abrangente, como um ativo compartilhado, parte do processo cognitivo do indivíduo sobre a informação. Surge, então, um aprendizado individual e coletivo voltado ao cultivo do solo para a aplicação e operacionalização de novas ferramentas. Assim, a economia política da informação proporciona novos tipos de produtos, serviços, modelos de negócios e principalmente de troca de conhecimentos entre indivíduos, que se posicionam como protagonistas do conhecimento gerado e compartilhado socialmente, conforme revelado no **discurso (58)**:

A agroecologia por ser mais intensa em trabalho (e por não dispormos no Brasil de maquinário agrícola voltado aos camponeses), mas também por pressupor a construção social de conhecimento, o diálogo de saberes, estimula a participação conjunta dos agricultores em coletivos de base, em que se percebe a emersão de formas de cooperação que por décadas haviam sido descartadas, apontando aí um potencial bastante promissor: a promoção da agroecologia e da cooperação como elementos de uma nova sociabilidade camponesa no meio rural brasileiro (CHRISTOFFOLI, 2015, p. 180).

Segundo Tauile (1981, p. 103), os trabalhadores são qualificados para trabalharem individualmente com sistemas cada vez menos dependentes de conhecimentos e informações, sendo, o sujeito, nesse caso, mero executor de tarefas. No cenário capitalista, na revolução industrial, a engenharia encontrou um campo fértil para a introdução de máquinas e equipamentos, promovendo a reestruturação da força de trabalho e criando novos hábitos sociais envolvidos na produção, assim explicitado no **discurso (59)**:

Na primeira etapa do movimento, que vai de 1979 até 1985, havia uma visão romântica da produção. Isso porque a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico

era do boi e da enxada. Essa era a memória técnico-produtiva do povo. Era muito difícil fazer a discussão da organização da produção com os trabalhadores (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.97).

Há, nesse campo do saber, a substituição das funções do trabalhador, que antes executava, individual e coletivamente, as atividades produtivas de forma sistêmica, agora voltado para um ser explorado e cada vez mais distante da informação, pois “é inequívoco o valor que a informação assume para quem a possui” (TAUILE, 1981, p. 103).

À vista disso, o MST incentiva e fomenta as formas de trabalho coletivo de maneira que as máquinas não sejam destruidoras das habilidades do camponês – de seus saberes e poderes –, o qual sabe lidar com a terra pelas relações sociais estabelecidas a partir dos seus conhecimentos e da inteligência intrínseca em que há transferência e troca de informações. Nesse contexto, o que antes estava na posse do capital, retorna ao trabalhador, ao seu *habitus* original (sua essência), atendendo também a uma luta coletiva por incentivos governamentais no campo (BOURDIEU, 1983, 2001), perceptível no **discurso (60)**:

Todo esse período foi de grande aprendizado para o MST, onde muito foi debatido a respeito da organização do trabalho coletivo nos assentamentos, algumas ideias centrais foram desenvolvidas através da realidade observada e do conhecimento de outras experiências de cooperação. A luta pelo crédito também marca esse período inicial de desenvolvimento dos assentamentos.

Nesse retorno do camponês à sua essência, o **discurso (61)** destaca a insatisfação com o modelo produtivo vigente, predominante no assentamento em específico, no qual ocorre o modelo mecanizado da agricultura, contraposto ao trabalho cooperado e democrático. Assim, os sujeitos galgam novos rumos para o trabalho no campo: *O modelo produtivo que predomina no assentamento é quem dita o ritmo das tomadas de decisão quanto a forma de trabalho, o qual é antagônico ao trabalho cooperado e democrático.* Doravante, os atores sociais do MST, congregados às formas de trabalho coletivo, questionaram o estado vigente dessa nova escala de organização do fluxo de informações, bem como reportaram a produção do campo ao controle e acumulação do capital (lucros), que retira do camponês seu poder de decisão e o afasta dos processos de produção, transformando-o em mero executor.

Ancorados em relações solidárias, os sujeitos coletivos buscam formas de trabalho que correspondam às suas necessidades em caráter recíproco, por meio de mutirão, como tratado na citação reconduzida no **discurso (62)**:

O mutirão e a troca de dias de serviço correspondem a duas formas de atividades coletivas solidárias existentes na cultura rural brasileira de caráter econômico e social, que historicamente tenderão a desagregação ante o

processo de modernização e a progressiva penetração da lógica contratual e mercantil em detrimento ao valor da reciprocidade, típicos de grupos que dão suporte a tradição. Baseados em relações de amizade, parentesco e compadrio podem se revestir de um caráter pessoal, como no caso da troca de dias, em que uma pessoa ajuda a outra no trabalho em sua terra e depois esta devolve o favor da mesma forma. [...] Em ambos os casos trata-se de formas de cooperação tradicionais assentada na família como unidade básica de produção e de vida, que potencializam o uso da força de trabalho e tornam mais eficiente o esforço despendido, economizando tempo e recursos e fortalecendo laços sociais (CALDEIRA, 1956 apud NETO, 2013, p.46).

Quando esses atores, incentivados e apoiados pelo MST, conseguem romper com a dependência mecanizada e mercantil do agronegócio, dirigem-se para o fluxo de informações relevantes à produção, resgatando a sua essência e promovendo a circulação de produtos. O fluxo de informações sobre o fazer agroecológico, nesse sentido, contrapõe-se ao agronegócio, um sistema capitalista que possui um fluxo de informações voltado para a autoridade, controle e poder com “maximização de lucros em termos globais e que as partes do bloco de capital se submetam ao interesse do todo” (TAUILE, 1981, p. 107). Por esse viés, o **discurso (63)** aponta para o fluxo de informações que geram construção coletiva do conhecimento:

A agroecologia por ser mais intensa em trabalho (e por não dispormos no Brasil de maquinário agrícola voltado aos camponeses), mas também por pressupor a construção social de conhecimento, o diálogo de saberes, estimula a participação conjunta dos agricultores em coletivos de base, em que se percebe a emergência de formas de cooperação que por décadas haviam sido descartadas, apontando aí um potencial bastante promissor: a promoção da agroecologia e da cooperação como elementos de uma nova sociabilidade camponesa no meio rural brasileiro (CHRISTOFFOLI, 2015, p. 180).

Dessa forma, o MST e os sujeitos coletivos entendem que esses fluxos informacionais devem fazer parte de uma organização que se move em torno da criação e manutenção de cooperativas, símbolos de resistência frente ao agronegócio, pois é nas cooperativas que resistem os ideais de trabalho coletivo, em que a informação é posta em sentido de dar formação aos sujeitos com base em formações educativas amparadas em novas formulações sociais no campo, vislumbrado pelo **discurso (64)**: *o início da década de noventa os assentados avançam para um novo ciclo de formulações. Com um novo horizonte, e com um pouco de acúmulo quanto ao trabalho coletivo, veem nas cooperativas uma nova forma de organização do trabalho.* Essa ideia também se manifesta no **discurso (65)**: *As experiências com as cooperativas foram e são muito importantes para os assentamentos, pois além de garantirem renda a muitas famílias, contribuíram para que o MST de uma forma geral [...]. Assim como as cooperativas têm fundamental importância na organização coletiva do trabalho, não menos importante é o acesso à educação e à manutenção de jovens como*

seguidores e promotores dessas práticas adotadas, como constatado no **discurso (66)** sobre a formação dos engenheiros agrônomos (formandos dos TCCs):

Nesse sentido, o Instituto Educar busca construir práticas de trabalho coletivo, de gestão democrática e participativa, que visem a formação pessoal e social dos sujeitos, ou seja, os próprios educandos ajudam no processo de organização do espaço, sem que haja a necessidade de estabelecimento de relações empregatícias, pois essa, tida como uma relação burguesa, não deveria ser reproduzida em um espaço de formação da consciência humana.

Diante disso, a educação do campo e para o campo compromete-se com o protagonismo desses sujeitos coletivos a fim de alicerçar a construção entre campo e cidade ao produzir de forma sustentável e ecologicamente correta. Podemos, dessa forma, inferir que a dimensão estética faz parte da formação desses Engenheiros Agrônomos pela capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação em experiência individual e única ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

Nesse sentido, os formandos, na elaboração dos seus TCCs com base em dados empíricos, verificáveis e objetivos, lidaram com conteúdos de informação por meio da intuição, sensibilidade, imaginação e reflexão pessoal, o que levou-os a expressar e agir no âmbito coletivo, mais precisamente nas formas de trabalho. Assim, as relações mentais em resposta a uma informação que se pretende transmitir traz à consciência algo individual de cada formando, que, ao mesmo tempo, é compartilhado pelos demais sujeitos em comprometimento com o bem-estar social na produção de alimentos limpos/saudáveis, conforme verificamos no **discurso (67)**: *No desenvolvimento dessa atividade os sujeitos têm que criar hábitos de organização, aprender a trabalhar em coletivo e realizar a divisão de tarefas, compreender que a individualidade não é a centralidade, mas que o indivíduo faz parte de uma coletividade, e que se ele faltar com responsabilidade, o coletivo será afetado com isso.*

Segundo Vitorino e De Lucca (2020, p. 58), “a motivação pessoal é a base da competência em informação, o fundamento para todo o desejo de aprender e utilizar a informação de forma independente e criativa”, que seria a vontade de verdade, ou seja, a motivação de buscar informação sobre a realidade interior e exterior ao assentamento com base na reflexão dos modos de produção com consciência de si, notado no **discurso (68)**: *o sujeito estabelece com o meio, que este está inserido, e com os outros, através do trabalho coletivo, possibilitando formar sujeitos da construção de novas relações sociais. As pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si.* Essas considerações vão ao encontro das experiências de vida, dos problemas e das questões

do cotidiano, em que a competência em informação seria a reflexão da realidade, o trabalho coletivo. Nesse caso, a reflexão do trabalho coletivo acontece na Universidade que leva em conta os princípios produtivos adotados pelo MST, assim dando vocação aos sujeitos de transformarem sua realidade quando engajados em questionamentos e na transformação criativa (VITORINO; DE LUCCA, 2020).

Tendo em vista todo esse debate discursivo acerca das formas de trabalho, concluímos que essa rede é composta por uma complexa relação que articula os sujeitos individuais e coletivos na gestão e implantação da agroecologia em assentamentos, atentos às práticas colaborativas que devolvem ao homem a sua natureza social de relacionar-se com a terra e com os outros. Logo, essa organização coletiva promovida permite discutir e implementar formas de resistência, assim destacado no **discurso (69)**: *A organização dos camponeses com os movimentos sociais, permitiu que em coletivo que os agricultores discutissem formas de resistência, tanto para poder ficar na terra como para contrapor o agronegócio.*

Portanto, a finalização de nossa análise discursiva encerra-se dando seguimento à categoria seguinte, que aprofundará a discussão a respeito da resistência da autonomia camponesa, reflexo do trabalho coletivo, responsável pela manutenção de princípios éticos no modo de vida no campo.

4.7 CATEGORIA TEMÁTICA LUTA DE CLASSES E RESISTÊNCIA CAMPONESA

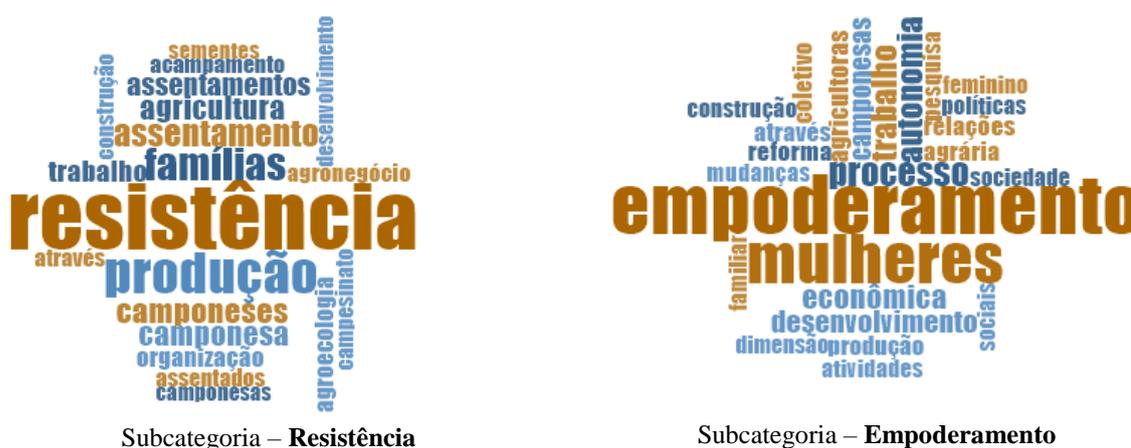
Esta subseção visou, sobretudo, compreender alguns processos discursivos aparentemente encadeados como resistência ao avanço do capitalismo no campo, uma vez que o MST objetiva, entre outras coisas, que os assentados empreendam práticas que se sobreponham à exclusão social e produtiva instaurada no campo pelo capitalismo. Desse modo, a categoria temática “Luta de classes e resistência camponesa”, constante na Tabela 6, foi definida nos trabalhos como forma de resistência e autonomia das famílias assentadas em torno de ações formativas, do acesso à Universidade, da criação de cooperativas e dos grupos de mulheres sob o viés comunitário, cuja ação ocorre no enfrentamento ao capital no campo, o agronegócio. Apesar da baixa ocorrência, percebemos que a categoria “Luta de classes e resistência camponesa” é uma das categorias que têm forte presença nos TCCs, perpassando as demais categorias, por estar presente na maioria dos trabalhos, com trinta e três (33) menções do total de quarenta e três (43) TCCs.

Tabela 6 – Categoria “Luta de classes e resistência camponesa” - Ocorrências das subcategorias

LUTA DE CLASSES E RESISTÊNCIA CAMPONESA	OCORRÊNCIAS
Resistência	201
Empoderamento	125

Fonte: Dados da pesquisa

Diante desse fenômeno de resistência e empoderamento dos sujeitos, observamos que a Figura 7 - Categoria “Luta de classes e resistência camponesa” - Nuvem de palavras tem a produção agrícola como prática de resistência articulada pelas famílias assentadas, em que o empoderamento da mulher e dos agricultores produz mudanças nas relações sociais. O processo de resistência dos assentados da reforma agrária foi articulado em processo de empoderamento, em que os sujeitos não se assujeitam mais às relações de poder do capitalismo. Além disso, a proposta do MST de resistência e empoderamento foi consolidada em práticas agroecológicas emancipatórias, que criaram a possibilidade de libertação dos processos de sujeição do homem à mecanização do campo, que tem como objetivo único o lucro em detrimento do social. Diante disso, entendemos que as duas subcategorias possuem uma relação justaposta de luta pela libertação das amarras do capitalismo no campo a partir do sujeito revolucionário e protagonista.

Figura 7 – Categoria “Luta de classes e resistência camponesa” - Nuvem de palavras

Fonte: Dados da pesquisa – NVivo 12 Pro.

Diante do exposto, apresentaremos a seguir as análises de como essa categoria, subdividida em subcategorias, foi importante ao revelar-nos a agroecologia discutida do ponto de vista dos sujeitos discursivos e da ação política de enfrentamento ao agronegócio. Esse

tensionamento entre os dois modos de produzir (agroecologia e agronegócio) faz parte das temáticas identificadas nos TCCs, as quais podemos tratar como estratégias de resistência frente aos avanços e impactos do capitalismo e à perda da identidade decorrente de disputas no campo, o que é percebido no **discurso (70)**: *Diante destes fatos ocorridos no assentamento, que se trata de um espaço de constante conflito e resistência entre o território camponês e a agricultura capitalista, o modelo de produção agrícola do capital que já havia se instalado, adentrou as comunidades inicialmente destinadas a produção agroecológica. À vista disso, os assentamentos emergem nas discussões como território de resistência e emancipação dos sujeitos diante do avanço do agronegócio no campo. Essa resistência dos sujeitos camponeses ao avanço da monocultura ocorre na tentativa de enfrentar as mudanças no sistema de produção vivenciadas no final da década de 90 e início dos anos 2000.*

Conseqüentemente, a resistência é percebida no conteúdo dos trabalhos de TCCs, visto que os graduandos em Agronomia com ênfase em Agroecologia são sujeitos sociais ao manifestarem sua resistência ao agronegócio na medida em que é importante discutir a agroecologia com e entre seus pares. Dessa forma, entendemos que os trabalhos monográficos são a manifestação de resistência desses sujeitos, pois são dotados de informação, formação e contrainformação, como percebido no **discurso (71)**:

A educação do campo, forjada no bojo dos movimentos de resistência, de mobilizações e de lutas, tem sido uma ferramenta para a classe trabalhadora, fazendo o contraponto necessário ao modelo de educação que está vigente atualmente, cujo objetivo principal, é desumanizar os sujeitos, transformá-los em mão-de-obra para o mercado de trabalho. Em meio a este cenário que apontamos para uma outra possibilidade de educação – A Educação do Campo – que trabalhe a formação técnica, humana e social dos sujeitos.

Essa luta pela informação é investida da vontade de saber e de conhecer do MST, que tem por finalidade combater a desinformação sobre as mazelas provocadas pelo agronegócio, o qual faz a gestão de enormes conjuntos de informações imprescindíveis à garantia e à manutenção do seu poder. Logo, os sujeitos camponeses, por meio da contrainformação, empreendem resistência, prevalecendo firmes na luta pela justiça social em busca de um lugar de fala com intenção de romper com o controle informacional do capitalismo. Portanto, o **discurso (72)** defende o controle e a gerência das informações técnico-produtivas, permitindo a criação de formas autônomas de produção popular como ato de resistência:

Ao enfrentar objetivamente o modelo de produção e o modelo tecnológico, com uma gestão democrática, cooperada, de base popular, gerando conhecimento técnico-produtivo, dirigida por uma organização política, as

famílias assentadas na RMPA22, constroem alternativas de resistência político organizativa, econômica e social (MARTINS, 2017, p. 205).

Dessa forma, foi na geração de conhecimentos que a contrainformação constituiu-se como resistência à ordem hegemônica e à luta pela instalação de uma nova hegemonia. Seguindo nessa perspectiva, o MST buscou romper com as situações de desigualdades sociais com o intuito de garantir a circulação de informações sobre o cotidiano da classe camponesa e sobre os modos de produção, o que, segundo Marteleto (1987), seria contrapor-se à dominação dos fluxos de informação pelo poder-hegemônico, o qual exerce poder sobre outra classe a partir da difusão de sua ideologia.

Logo, a fala resistente do sujeito pode ser uma representação social do mundo, pois passa de uma perspectiva individual à coletiva, como uma reunião de TCCs, que representam mobilizações sociais em contrainformação, nas quais os indivíduos transformam-se em protagonistas. Assim, falar de agroecologia do ponto de vista do sujeito é falar da ação política revelada pelas temáticas abordadas nos trabalhos de conclusão de curso, em que há uma relação política de tensionamento entre os modos de produção, tendo como foco uma noção de enfrentamento ao agronegócio por meio da resistência ao poder dominante (hegemônico), discussão reafirmada no **discurso (73)**:

Na resistência à produção convencional se constroem alternativas, que nas últimas décadas juntamente com a preocupação dos problemas ambientais vem desenvolvendo uma maneira de praticar a agricultura com princípios ecológicos, os quais acabam buscando a sustentabilidade [...] o desenvolvimento da agricultura com princípios ecológicos é uma ação ao qual o campesinato deve tomar para si a decisão da prática. Vincular conhecimentos ecológicos de base popular e científica na estruturação de metodologias que venham a desenhar os sistemas produtivos ideais para cada local é uma característica da produção com enfoque agroecológico que ao considerá-los propicia a interação entre os saberes como condições necessárias ao alcance da sustentabilidade do desenvolvimento rural (LOPES, 2013, p. 1-2).

Percebemos que a socialização de informações ocorreu, dentre outras formas, a partir da produção do conhecimento científico e da retroalimentação desse conhecimento com os saberes populares.

Seguindo a análise discursiva da categoria, verificamos que outro ponto importante no fortalecimento da resistência foi o trabalho cooperado e os grupos de mulheres com valor agregado, permitindo sua existência e reprodução no campo com autonomia. Logo, as mulheres são entendidas como sujeitos coletivos organizados por meio do MST em lutas e

resistência, que expressam suas identidades enquanto protagonistas do processo de produção e da luta contra o lucro e a exploração, assim verificado no **discurso (74)**:

A organização das famílias nas cooperativas e nos grupos de mulheres, assim como as atividades comunitárias nos permite entender a capacidade organizacional e econômica dos camponeses, que com as suas diferentes formas de resistência permeiam os tempos enfrentando o capital atualmente conhecido como o agronegócio.

Essa forma de resistência da mulher também está exposta no **discurso (75)**:

Outras formas de resistência camponesa frente o agronegócio no assentamento é o trabalho coletivo das mulheres. O trabalho do grupo de mulheres é um exemplo da organização e do empoderamento feminino, que se substancializa na gerencia do coletivo de mulheres e na produção de panificados, camponeses e camponesas, não se submetendo as condições impostas pelo modelo empresarial, o qual lhes tem privado da possibilidade de viver e produzir com autonomia e soberania dentro das suas propriedades.

O processo de resistência das mulheres tem sido caracterizado por práticas e ações voltadas para a garantia e defesa do direito à terra, à preservação dos recursos naturais e à valorização da agroecologia enquanto possibilidade da manutenção da reprodução material e simbólica das famílias agricultoras em assentamentos.

A partir disso, temos como exemplo as ações de resistência que estão impressas na participação questionadora da mulher, que se colocou de modo autônomo contra todas as formas de dominação patriarcal e de dominação hegemônica. Percebemos que esse protagonismo de resistência e autonomia vem se estabelecendo na desconstrução de estereótipos que fazem parte da estrutura social, a fim de acabar com a opressão e exploração. Uma mudança que nasce imbricada às práticas agroecológicas com a intenção de romper com as relações de poder é denominada por Foucault (2011) como *tatame* (local em que o sujeito atua, tanto homem quanto mulher), pois, no seu entendimento, o poder está em toda parte e vem de toda parte, uma vez que ele nada mais é do que o conjunto de intenções e objetivos dos dominantes a fim de subverter os dominados à sua vontade, sequestrando seu protagonismo por meio de relações desiguais e móveis. Sendo assim, “[...] as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas” (FOUCAULT, 2001, p. 105). Notamos essa mudança de atitude dos sujeitos no **discurso (76)**:

A organização das famílias nas cooperativas e nos grupos de mulheres, assim como as atividades comunitárias nos permite entender a capacidade organizacional e econômica dos camponeses, que com as suas diferentes formas de resistência permeiam os tempos enfrentando o capital atualmente conhecido como o agronegócio.

Verificamos que, a partir dos laços sociais estabelecidos no coletivo, são criadas redes de empreendimentos solidários em que os grupos ligados às cooperativas são vetores de mudança, como evidenciado no **discurso (77)**: *A luta das cooperativas, dos coletivos e dos dirigentes dos movimentos sociais do Assentamento Rondinha está concentrada na mudança da matriz produtiva instalada na região, buscando alternativas de resistência para os camponeses frente o avanço da produção da soja transgênica.* Compreendemos, dessa maneira, que é contra o sistema opressor que os sujeitos sociais tomam seu lugar como combatentes, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias e sendo capazes de fazer escolhas e recusar o sistema vigente.

Em suma, nossa análise compreendeu que há uma relação de simbiose entre a resistência e a autonomia, em que ambas andam juntas mediante a experiência dos camponeses. Assim, a resistência institui distintas formas de autonomia aos sujeitos em relação ao trato com a terra, bem como em relação à forma espontânea com que se organizam e atuam sem intervenções capitalistas institucionalizadas, assim ditadas pelo **discurso (78)**:

Como condição resultante do avanço do agronegócio no meio rural e os impactos que trouxe para as famílias, os agricultores do Rondinha construíram formas de resistência como camponeses e camponesas, não se submetendo às condições impostas pelo modelo empresarial, o qual lhes tem privado da possibilidade de viver e produzir com autonomia e soberania dentro das suas propriedades.

Nessas condições, os assentados buscaram dar continuidade a um modo de produzir que dialogue com as suas necessidades e não ameace a sua autonomia. Logo, o campesinato desenvolve diversos movimentos de resistência ligados a seus saberes locais e à sua cultura, considerando as informações que circulam de forma compartilhada nesses espaços. Nesse contexto, os assentamentos passam a ser territórios de resistência, de modo que o trabalho desenvolvido pelos agricultores interagem de forma harmônica com a natureza, possibilitando, assim, a reprodução, conservação e diversidade da flora e da fauna e dando autonomia ao sujeito do campo. Conseqüentemente, para eles, essa autonomia está vinculada ao cotidiano das famílias assentadas, conforme identificamos no **discurso (79)**: *Os assentamentos da Reforma Agrária são a demonstração da força e da resistência camponesa na sua busca pela autonomia e a liberdade, negando a sujeição ao sistema burguês e capitalista que sempre oprimiu as massas sociais mais pobres.* A vivência desses atores sociais demonstra os processos de luta que nos levam a enxergá-los como um grupo de resistência no campo.

Observamos, desse modo, que o objetivo desses sujeitos é ter autonomia em respeito à cultura camponesa, resistindo aos valores invertidos do capitalismo ao buscar dar visibilidade

a suas propostas ecológicas de preservação do ambiente e conectando-se a outras formas de ser e estar no mundo, as quais permitem microprocessos revolucionários provocadores de mudanças, conforme consta no **discurso (80)**: *Os elementos que permeiam a abordagem agroecológica sobre a dinâmica das populações rurais, possibilitam aos camponeses desenvolver alternativas de reprodução enraizadas em suas culturas e práticas tradicionais, nesse sentido ela tende a contribuir para a resistência e para a autonomia desses sujeitos.*

São as ações autônomas desses indivíduos que rompem com as formas de controle social, massificadores e padronizadores de comportamentos na produção no campo, apresentando essa autonomia como uma forma de resistir na terra que se baseia numa estrutura fixa produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais em busca dos saberes dos camponeses, como trata o **discurso (81)**:

Tendo alguns objetivos como articular a proposta da agricultura familiar ecológica, a não utilização de agrotóxicos, intervir nas propostas de políticas públicas para a agricultura familiar, resgatar os saberes populares, a pertença a terra, o cuidado com a semente e a importância de ser ter autonomia, domínio das sementes, entre muitas outras coisas, ou seja, informar, conscientizar e divulgar a agroecologia como uma estratégia de resistência no campo. Os encontros de agroecologia tornaram-se concretas a formação de feiras nos municípios e no caso de Cascavel isto também se efetivou.

Portanto, nesse entendimento de subjetividade, os sujeitos estão em constante processo de construção, ao mesmo tempo em que constroem a realidade circundante da agroecologia enquanto prática baseada na autonomia e na resistência. Desse modo, para contextualizar melhor e de forma geral a noção de agroecologia, abordaremos na subseção a seguir as interseções das categorias discursivas que foram analisadas, a fim compreender os laços estabelecidos em análise.

4.8 TESSITURA ENTRE SUJEITOS POLÍTICOS EM DISCURSOS AGROECOLÓGICOS

Nessa subseção, analisaremos alguns aspectos semânticos dos enunciados recortados do corpus das quarenta e três (43) produções monográficas. A seguir, apresentaremos os aspectos da “Resistência”, do “Trabalho coletivo” e da “Informação” conjugados aos “Atores sociais”, “Sujeitos”, que fazem parte da ação, contrapondo-se ao “Agronegócio”, “Sistema produtivo”.

Percebemos que a categoria “Sujeitos” circunda em torno da noção na medida em que há diferentes denominações, havendo uma articulação sobre a informação ao associarem-se a um fenômeno em que os sujeitos coletivos são seus protagonistas centrais, ao mobilizarem

redes sociais de conhecimentos. Assim, os "Sujeitos" surgem nas monografias como transgressores e inconformados com a condição imposta pela agricultura mecanizada para produção em escala. Os discursos da categoria "Sujeitos" figuram nesse grupo, dando voz aos "Atores sociais" que clamam por uma agricultura que preserve o meio ambiente e a saúde.

A atitude transgressora, na subcategoria "Resistência", apresentou uma inconformidade com a política econômica e social em que a agricultura se encontra. Percebemos isso nos discursos em movimento com base educacional, ao formar técnicos e agrônomos militantes do MST em prol da agroecologia. Os discursos dos formandos também se assemelham à estrutura de um perfil de resistência pelo exercício da agroecologia como ato político, em que os atores sociais são ativos, promovendo e resgatando princípios agroecológicos de cuidar e produzir a terra ao conciliar o saber douto ao saber empírico. Enquanto isso, nos discursos referentes aos sujeitos femininos, dotados de resistência e empoderamento, o protagonismo da "Mulher", subcategoria de análise, resgata os valores comunitários sobre o cuidado da terra de forma coletiva/comunitária, retomando os princípios da agroecologia e superando as dores e feridas deixadas pela monocultura, o sistema do agronegócio.

Dessa forma, espreitar as categorias e subcategorias consistiu em olhar para os aspectos do capitalismo contemporâneo ligados aos fluxos informacionais, os quais determinam o desenvolvimento tecnológico indispensável para formulação de projetos socioeconômicos, o que Tauile (1981) chamou de dependência tecnológica e/ou dependência de informação. Portanto, percebemos que a produção no campo é dirigida pelos fluxos de informações, que vão desde a produção até a circulação dos produtos na geração de riquezas e poder, numa lógica em que as minorias submetem-se ao interesse dos dominantes. Assim, entendemos que não há como minimizar a importância da informação para romper com o poder dominante do agronegócio no campo, tensionamento evidenciado na redação dos trabalhos monográficos. Os formandos, sujeitos informacionais, ao acessarem o conhecimento formal (técnico-científico) aliado ao informal (saber empírico), tomam posse de informações estratégicas para a consolidação de uma nova forma de produzir e, ao mesmo tempo, contrapõem-se ao sistema capitalista de produção.

Conseqüentemente, o domínio do fluxo de informações pelo capitalismo é percebido pelos sujeitos dos TCCs, que buscam informações sobre como fazer as coisas e cujo aprendizado está integrado ao processo de produção em que deixa de ser individual para ser coletivo. Nessa zona informacional, as habilidades e qualificações dos sujeitos são elementos de grande valia para a transição de um modelo de produção capitalista para um

ecologicamente correto, valorizador das relações sociais. Tauile (1981) corrobora no sentido de que a descentralização da informação e o aumento da mesma compõem a produção social com vistas a outras formas de trabalho, pois, à medida que o sujeito controla o fluxo de informações, deixa de ser dependente do outro modo de produção capitalista, o agronegócio.

Portanto, há o empoderamento desses sujeitos, os quais entendem que o silenciamento engrandece o poder discursivo do agronegócio. Assim, compreendem também que o silenciamento discursivo ocorre pela falta de políticas e pela marginalização midiática do Movimento, o que reforça a ideia do agronegócio como poder dominante e, ao mesmo tempo, marginaliza o MST. Por conseguinte, os sujeitos têm consciência de que se contrapor ao sistema vigente é munir-se de informação e conhecimento em um processo de contrainformação, estabelecendo práticas discursivas por meio do protagonismo intelectualizado e libertando-se do sistema que domina, escraviza e silencia. Segundo Foucault (2010), isso seria a desnaturalização do discurso do agronegócio, que tenta exercer poder de controle repressivo e vigilante sobre os sujeitos. À vista disso, essas práticas discursivas dos sujeitos sociais manifestam-se como contrainformação, materializada nos TCCs, os quais representam parte desse processo formativo em oposição ao poder dominante. Com isso, dá-se o confronto e a resistência, sendo o discurso um espaço de luta pelo poder e prática social dos sujeitos políticos.

Desse modo, os indivíduos são constituídos como sujeitos do discurso, isto é, como sujeitos informacionais que constroem a realidade em que estão inseridos, o que implica no fato de que eles apropriaram-se do discurso agroecológico no contexto dos assentamentos. De modo análogo a Foucault (2010), essa produção de discurso passa a ser controlada, selecionada, organizada e distribuída no sentido de evitar a dominação e contrapor-se aos poderes, buscando dominar o conhecimento. Na perspectiva do intelectual orgânico, que sai da sua base em busca de formação intelectual, ancora-se o desejo do MST de selecionar sujeitos que falem sobre a agroecologia nos assentamentos (GRAMSCI, 1981). Nesse cenário, o discurso possibilita transferir significados e sentidos, exaltando-se o modo camponês de interagir com a terra, a natureza, o coletivo e a sociedade em uma luta contra o poder dominante.

Essas relações levaram-nos a pensar na vontade de verdade que se estabeleceu entre o saber empírico (da prática) e o saber douto (da academia), fazendo com que os formandos (intelectuais orgânicos) disputem a enunciação de verdade facilitada pelo alcance do saber. O contradiscurso está, então, em oposição ao discurso dominante do agronegócio, que se traduz em resistência numa luta de classes em que todos comungam a bel prazer das suas ideologias.

Resgatamos, nesse sentido, Bourdieu (2001, 2006), ao falarmos das determinações de convivência entre os sujeitos na estrutura social, marcada pelo *habitus*, ou seja, um processo de regras em que todos acreditam, a partir da coletividade, numa relação de sociabilidade constantemente construída e compartilhada. Desse modo, intuímos que a agroecologia é uma prática social em que os sujeitos têm um aprendizado sociabilizado com um olhar ético das suas ações. Se antes a informação era fracionada, agora se une à totalidade dos fragmentos em termos de saberes e competências infocomunicacionais geridas pelas dimensões da estética, da técnica, da ética e da política (VITORINO; DE LUCA, 2020).

O MST, desse modo, detém o papel de integrante organizacional em contrainformação como resistência, no sentido de reunir o que antes estava repartido, integrando o homem com a terra e o todo social ao se apropriar dos espaços e de aproximar o saber empírico do saber douto. O discurso agroecológico proferido pelos autores dos TCCs é um contradiscurso do homem fracionado de Tauile e de Charles Chaplin, que simboliza sua atuação a partir da produção diversificada de alimentos, luta e resistência. A informação vinculada ao discurso emerge como forma de oposição à mecanização, a qual circula e circunda a agroecologia por meio da interação entre os sujeitos e instituições.

Em suma, percebemos que as informações que circundam a noção de agroecologia são termos que deram substância para criação de categorias, as quais representam fatores de mudança social, determinadas pela quantidade de informações de base social, econômica e política da qual o grupo social dispõe, sendo a própria história de lutas do MST. Logo, nosso estudo analítico da noção discursiva de agroecologia como prática de informação do sujeito coletivo deu sentido ao percurso intelectual desse fenômeno por meio dos termos (informações) que circundam a noção. Por conseguinte, destacamos que os discursos que circulam a noção de agroecologia são organizações que se compõem por sujeitos individuais e/ou coletivos que se conectam a partir de interesses e princípios comuns dentro e fora do assentamento.

Os espaços de interação, relacionamento e colaboração proporcionaram redes sociais de compartilhamento, criando vínculos entre os sujeitos. Dessa forma, surgem nesses espaços de interação grupos que interagem por meio da “agroecologia”, mantendo relações de trocas de informações a partir das práticas discursivas. Entretanto, para que isso aconteça fluidamente, devem existir os sujeitos protagonistas, mediadores de informações entre seus pares, conjunto de relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros, nas escolhas, orientações, comportamentos e opiniões. Os discursos em uma estrutura social como prática de informação compreendem também, nessa análise, a noção de sujeito informacional,

detectado diretamente nas relações discursivas (dialógicas) entre os sujeitos agroecológicos em seu contexto e espaço e atribuído ao conhecimento dependente das relações sociais estabelecidas, bem como do processo informacional.

A seguir, na próxima subseção, serão apresentados vestígios desvelados em forma de atravessamentos culturais, econômicos e sociais da agroecologia.

4.9 ATRAVESSAMENTOS CULTURAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA AGROECOLOGIA: APONTAMENTOS GERAIS

As análises possibilitaram-nos viabilizar projeções acerca da complexidade da noção de agroecologia, por meio das quais inferimos que as práticas agrícolas rudimentares, por exemplo, perderam-se no tempo, e, assim, seu amparo econômico e social permanece sem fazer parte de políticas públicas, razão pela qual foi fácil impor o silenciamento geral, aplicado pelas classes dominantes. Isso seria próprio de uma repressão, de um controle econômico da produção agrícola, em uma interdição e sufocamento dos discursos dos pequenos agricultores, condenados ao desaparecimento de suas práticas ecológicas.

O apagamento da forma mais rudimentar de cuidar e produzir a terra foi a afirmação da inexistência, e, conseqüentemente, a constatação de que tudo isso é reflexo das sociedades burguesas, que tentaram silenciar no sentido de que não há nada para ver, dizer ou saber sobre os usos da terra em direção agroecológica por não gerarem produção em grande escala, e estritamente econômica.

Esse discurso sobre a repressão/interdição das formas de cultivar a terra sustenta-se por uma forma fácil de ser dominado, histórica e politicamente, pois as práticas não geram lucros massivos. Um princípio de explicação esboça-se por isso mesmo: se a agricultura rudimentar/familiar é reprimida com tanto rigor pela mecanização, é incompatível pensar no cultivo da terra apenas pela força de trabalho manual e braçal. A mecanização passa a ser explorada fortemente na intensificação de políticas que avançam para um futuro mais tecnológico nas formas de produzir no campo, numa relação de produção e poder.

Notamos em nossa pesquisa, que a agroecologia eoa, hoje, como uma forma consciente de desafiar a ordem estabelecida, em que os discursos sobre a opressão são facilmente desmascarados pelo ardor do saber, de mudar as leis estabelecidas pelas instituições dominantes do fazer agropecuário. Falar de um sistema agroecológico é falar de uma reativação dos discursos silenciados e/ou esquecidos, e, também, de dar atenção àqueles

que têm muito a dizer e fazer pela agricultura mais saudável ao suprimir os efeitos do uso demasiado de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

Há, sem dúvida, mais do que uma incidência econômica, parece ser socialmente como poder, domínio e exclusão, essencial para a permanência e existência de um discurso que promete o progresso (seja econômico, produtivo ou de desenvolvimento de tecnologias) como promessa de fertilidade da terra. Mais do que uma incidência econômica, o que parece essencial e vital para o desenvolvimento da economia, esse progresso seria, em nossa época, um discurso vinculado à verdade e à dominação, em inversão daquilo que não seria próspero para a sociedade, sendo assim, promessa de um certo desenvolvimento social e econômico. Portanto, enquanto discurso dominante, o agronegócio visa o progresso tecnológico e econômico, ao passo que relega à agroecologia a ideia de práticas antiquadas, atrasadas, não modernas, pouco rentáveis e encarecidas ao consumidor final.

O negacionismo e o negocismo fazem parte de um discurso dúbio da classe burguesa que tenta validar o seu projeto, destinado a dizer a “verdade” sobre as formas de produção agrícola, a modificar a economia, subverter a ordem e/ou a lei que rege o presente e o futuro. Seria ir ao encontro de tudo aquilo que o capitalismo prega como economia válida em direção a todos os interesses discursivos daqueles que detém o poder. E isso indica alguns pontos historicamente significativos e que revelam o esboço de certos problemas, ainda não resolvidos, mas que são trabalhados em uma luta de classes, incitados por movimentos sociais, como o MST, que tentam mostrar ostensivamente o que a sociedade dominante esconde. Isso é formulado por ações e através de discursos explícitos e implícitos, procurando mostrar a realidade mais crua do que é o agronegócio (contrariando uma tese bem aceita), afirmando, assim, a positividade de seu poder enquanto movimentos socialmente organizados em prol de uma produção mais “limpa”, mais “justa”, mais “igualitária” e mais “fraterna”.

O discurso do agronegócio foi enfatizado pelos movimentos sociais que buscaram questionar a ordem atual da normalidade no cultivo e cuidado imposto pelo capitalismo, denunciando discursos controversos, enaltecendo os pequenos produtores rurais (seu modo de produção ecológico) e seus direitos fundamentais de uso e distribuição da terra de forma justa e solidária. É imprescindível evitar a crença de que a agricultura familiar dos pequenos agricultores está relacionada à baixa produtividade e associada à métodos arcaicos, porque ela é historicamente colocada em discursos periféricos, distantes da “verdade”.

Em suma, visualizamos que o agronegócio gira em torno da noção de agroecologia numa simbiose e, ao mesmo tempo, em confronto, na esfera política, cultural, econômica e social, que envolve um estar sempre entre sentidos, desconstruindo evidências do imaginário

social. À vista disso, a agroecologia foi evidenciada como forma de questionar o grande modelo de *agribusiness*, fazendo irromper com o circuito de dominação capitalista, lançando-o em contradiscurso, numa tensão entre os discursos do modo de produzir a terra.

5 O DESVELAR DOS VESTÍGIOS

Como forma de concluirmos as reflexões surgidas nessa pesquisa, afirmamos que, ao lançarmos um trabalho de investigação acerca das categorias que circundam teoricamente a noção de agroecologia, à luz da CI, numa perspectiva arqueológica, colocamos-nos ativamente em relação às análises, interpretando as manifestações dentro do texto monográfico, por meio do recorte de extratos discursivos, revelados enquanto informações. Em vista disso, compreendemos que, para tal análise, foi imprescindível às novas formulações o desvelar das aproximações entre o teórico e o empírico, que nos instigaram a adentrar profundamente no embate entre o capitalismo do agronegócio e da humanizada agroecologia, em processos institucionais, residentes e transformadores de representações.

Nesse sentido, a presente pesquisa permitiu-nos a experimentação analítica por meio do desvelar dessas aproximações, entre teoria e análise, ao possibilitar a interpretação dos questionamentos iniciais aventados pelo problema de pesquisa. Assim, esta pesquisa atendeu a proposta do estudo, a partir de um percurso que objetivou: conhecer as noções sobre a agroecologia nos discursos utilizados e produzidos nos TCCs do curso de Agronomia da UFFS em convênio com o MST. Desse modo, a escolha por essa massa documental deu-se no intuito de contextualizar a produção acadêmica de informações sobre a noção de agroecologia. Nesse processo de formação discursiva dos sujeitos sociais, foi fundamental para a pesquisa iniciar pela identificação do perfil dos sujeitos produtores dos TCCs, em que a agroecologia, como sistema, não se trata só do termo materializado nas citações e nos discursos, mas como noção social e tecnicamente compartilhada pelos sujeitos no sistema de produção do MST.

Os TCCs foram considerados como superfícies de emergência, nos quais tivemos por intuito verificar as instâncias de formação da noção de agroecologia, buscando vestígios nos textos e citações, de como se materializaram, em tais registros. Destarte, o entendimento sobre um campo do conhecimento, um domínio ou fenômeno social envolveu a identificação de termos e conceitos que circundavam a noção de agroecologia, por meio do processo de informação. De acordo com Barreto (2010), a essência desse fenômeno efetiva-se entre emissor e receptor, quando ocorre a transferência e a apropriação do conhecimento. Ressaltamos o entendimento desse conceito nas Ciências Humanas e Sociais, especificamente nas áreas da CI.

Por conseguinte, a proposta dessa dissertação de mestrado desenvolveu-se por meio da discussão das formações discursivas, enquanto recurso de transformação social, num processo

informativo. Dessa forma, o *corpus* do estudo advém do conhecimento científico (literatura cinzenta) que nos ofereceu um caráter de relevância informativa para a análise do discurso, na qual emergiram informações, reveladoras de disputas de poder, visualizadas por meio de termos, palavras e expressões (informações), que compuseram a narrativa discursiva dos TCCs, vinculadas à noção.

No entanto, nosso percurso foi composto de forma a investigar como ocorreram as apropriações e produções de informações e conhecimentos sobre a noção de agroecologia, a partir dos discursos da comunidade científica, especificamente, dos formandos em Agronomia em curso conveniado com o MST. Ao arrolarmos os objetivos específicos tivemos como propósito o contato com o fenômeno informacional, que se materializou em nossa pesquisa, perpassando por duas fases, sendo a primeira a Análise de Conteúdo pelo sentido das palavras, em que o alcance ao objetivo (a) deu-se num primeiro momento posto o detalhamento metodológico da seção três (3), em busca das primeiras manifestações, as quais evidenciaram os perfis desses sujeitos envolvidos no processo agroecológico. Em momento posterior, em consequência e consonância da intenção deste estudo, elencamos as temáticas circundantes à noção de agroecologia, explicitadas nos TCCs.

Portanto, os objetivos foram contemplados no momento em que compusemos a seção quatro (4), segunda fase em que ocorreu a compreensão dos efeitos e dos sentidos da Análise do Discurso, em que foi possível trabalhar com as temáticas e as categorias centrais circundantes à noção de agroecologia, por meio das apropriações das enunciações em meio ao discurso. Em vista do alcance dos objetivos da pesquisa, importa para a CI, em relação à temática, reafirmar aspectos de caráter epistemológicos em virtude do sujeito social/protagonista, que compreende a necessidade da busca e uso da informação dentro e fora do seu contexto social em centros de poder (instituições de ensino), o que nos deixou claro essa relação do sujeito-informação; contexto-prática; e discurso-social.

Assim, entendemos, claramente, que a informação ao ser interpretada à luz do discurso social é posta como um fator de mudança, contra a manutenção de estruturas dominantes, segundo práticas discursivas imersas no campo do saber, que envolvem sujeitos protagonistas, que se propõem a mudar a ordem das coisas no seu tempo e espaço social. Seguindo essa linha de interlocução, Hjørland (1998) afirma que a CI objetiva o estudo das relações entre os discursos em áreas de conhecimento em combinação às perspectivas de acesso às comunidades discursivas. Desse modo, entendemos os aspectos constitutivos dos sujeitos e suas necessidades inseridas em contextos socioculturais, dentro da perspectiva de que a informação envolve a coletividade com vistas à construção social, como parte dessa relação

dos formandos da UFFS em vista do acesso à Universidade, retornando, *a posteriori*, os saberes aos assentamentos do MST.

Desse modo, nossa discussão teve como foco quatro (4) categorias centrais, obtidas da Análise de Conteúdo, selecionadas levando em conta o critério informacional, em que o fenômeno “informação” esteve evidente, merecendo, assim, destaque nos extratos de textos, por melhor representarem o que circunda e como circulam os vestígios que se relacionam à noção de agroecologia, ou seja, os vestígios encontrados em torno desses termos.

A primeira categoria emergida, “Sujeitos”, representou a forma como os indivíduos são construídos dentro do discurso vinculado ao social, mas um social representado e sustentado discursivamente pelos estudantes de Agronomia e pelo MST, os quais desenvolvem a competência necessária para obter o seu próprio lugar de fala; é o poder de fala que por eles e com eles no sentido de ocupar um lugar social, coloca-os como protagonistas. Ao analisarmos os discursos, esses sujeitos sociais, até então assujeitados ao sistema dominante (mecanização), são constituídos pela informação e pelo discurso, que reflete, acima de tudo, um agente que rompe com a relação de poder calcada no controle de informações discursivas. Assim, os sujeitos do processo agroecológico são protagonistas, agentes e autores da sua emancipação e da busca por uma melhor qualidade de vida social. As ações de informação desses indivíduos têm consequências no modo de produzir cooperadamente, o que garante a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais conectada com ecossistemas locais. Desse modo, os atores sociais são sujeitos informacionais que entendem que o acesso, o uso e a socialização da informação conectam-se aos saberes empíricos e acadêmicos, requisitos primordiais à transição do modelo capitalista, que se encontra desconectado de seus ideais de constituir um lugar de luta e transformação social, justificado pela agricultura sustentável que (re)conecta o homem com a terra, garantindo, assim, a sua permanência no campo. Dessa forma, concluímos que a categoria “Sujeitos” foi representada por uma diversidade de aspectos que evidenciou a dicotomia dos discursos entre os sujeitos agroecológicos e o latifundiário (outro discursivo), sujeito que promoveu o esquecimento do camponês em detrimento da produção em grande escala e em vastas extensões de terra.

De outro ponto de vista, a categoria “Sistema produtivo” pautou-se na dualidade entre o agronegócio e a agroecologia, em que os discursos evocados pelos atores sociais, oriundos do MST, manifestam-se preponderantemente em relação a discursos que tiveram como referência a troca de saberes, que depende do acesso e da socialização da informação para a superação do modelo vigente do agronegócio. A posse de informação, nesse caso, elevaria a

expertise dos sujeitos do MST na geração de conhecimento a respeito da forma de fazer a transição agroecológica ao seguirem os seus ideais, dando ritmo à produção agrícola. Não obstante, as informações sobre os modos de produzir a terra estão concentradas em um sistema produtivo do agronegócio, no qual as informações e os fluxos da circulação (agronegócio), relação de informação própria do capital, controladores dos fluxos informacionais, dificultando a vida dos camponeses. Esse cenário, atualmente, foi modificado pelos integrantes do MST, que, por meio de seus intelectuais orgânicos (os formandos em Agronomia, especificamente), passaram a ter acesso às informações em virtude de um processo formativo, baseado na conquista do saber científico aliado ao saber empírico. Assim, as informações sobre o modelo agroecológico foram restabelecidas pelo desenvolvimento, coleta e processamento de informações dispersas, de modo que, com funções de contabilizar e controlar essas informações sobre modos de produzir e cuidar da terra, os camponeses construíram relações sociais. Essa ideia foi apresentada nos discursos permeados de sentidos que evidenciam o descontentamento com o processo de desenvolvimento tecnológico no campo e é explicitada pelo princípio taylorista, separação do homem da execução do processo. Os sujeitos, enquanto agentes de atividades e práticas, buscam o controle do sistema de informações sobre o modo de produzir no campo, com capacidade de tomar decisões técnicas sob os aspectos sociais, públicos, econômicos e culturais da informação. Em suma, a subcategoria agroecologia, mesmo sendo nosso objeto de estudo, foi examinada como forma de entender esse tensionamento com o modo de produzir do agronegócio, até então controlador de informações.

A categoria “Luta de classes e resistência camponesa” considerou as vivências dos atores sociais em processos de luta, que nos levaram a enxergá-los como um grupo de resistência no campo, o que pôde ser observado pela autonomia alcançada devido ao empoderamento de homens e mulheres. Observamos, desse modo, que o objetivo desses sujeitos foi ter autonomia em respeito à cultura camponesa, resistindo aos valores invertidos do capitalismo ao buscar dar visibilidade a suas propostas ecológicas de preservação da vida e da natureza. Logo, os discursos de resistência de representação social do mundo passaram de uma perspectiva individual a uma coletiva, na reunião de TCCs, que representaram mobilizações sociais em contrainformação, nas quais os indivíduos transformam-se em protagonistas. Desse modo, falar de agroecologia, do ponto de vista dos sujeitos sociais, foi falar da ação política de empoderamento, revelada pelas temáticas abordadas nos TCCs, em que houve uma relação política de tensionamento entre os modos de produção, mirando em uma noção de enfrentamento ao agronegócio por meio da resistência ao poder dominante

(hegemônico). As informações geradas e socializadas pelos sujeitos silenciados pelo poder-hegemônico transformaram-se em contrainformação, em resistência pelo seu discurso de verdade, pela justiça e pelo direito de dizer e estabelecer um sistema produtivo condizente com seus ideais de luta.

Em sentido confluyente, a categoria “Formas de trabalho” deu-nos pistas discursivas de que as subcategorias têm implicações nas relações e nos instrumentos utilizados para a produção no campo, os quais possibilitaram a socialização de conhecimentos e informações, levando em conta aspectos políticos, culturais e sociais dos sujeitos. Logo, as formas de trabalho são evidenciadas pelo trabalho coletivo expresso pelos mutirões entre famílias assentadas, que está, conseqüentemente, ligado ao trabalho familiar e feminino, em uma relação de interdependência entre os indivíduos, numa elevação do grau de consciência política e social. Portanto, essas formas de organização do trabalho, além de promoverem a integração dos indivíduos em coletivos no fazer agroecológico, trabalharam com fluxos informacionais. O assentamento, espaço geográfico, figurou-se como lugar de unidade na configuração dos sujeitos sociais em comunidade, posto que as formas de trabalho influenciaram essa organização. Esse lugar foi retratado por meio de elementos fornecidos pelos TCCs, estando em conformidade aos aspectos relacionados à vida e à lida no campo, representados em predominância nas subcategorias da categoria “Formas de trabalho”. Porém, os aspectos culturais da região têm um lugar de destaque para o trabalho coletivo, que representa o resgate de culturas percebido por suas manifestações culturais e informacionais, mobilizadas por meio de cooperativas, jornadas e formações. Todo esse processo cognitivo dos sujeitos faz parte do processo informacional em que há aprendizado individual e coletivo voltado para o cultivo do solo para a aplicação e operacionalização de novas ferramentas. Assim, a economia da política da informação proporciona novos tipos de produtos, serviços e modelos de negócios, movimentados, principalmente, pela troca entre indivíduos que se colocam como protagonistas do conhecimento gerado e compartilhado socialmente.

Nesse sentido, entendemos que há uma vontade coletiva de enfrentar o outro dominante, o que só é possível pelo acesso à educação e ao compartilhamento de informações, que ocorrem pela formação de intelectuais orgânicos, o que consiste em um desafio de criar uma nova camada intelectual que se mantenha ligada à sua classe social, atuando como porta-voz (GRAMSCI, 1989). Destarte, as quatro (4) categorias supracitadas revelaram-nos as causas pelas quais o MST contribui para que seus militantes possuam o saber duto, postulado no sentido de que os agentes sociais não realizam atos gratuitos, pois existe uma razão para fazerem o que fazem. Diante disso, entendemos que estar na

Universidade foi uma busca que se deu com o intuito específico e estratégico de romper com a violência simbólica da classe dominante, amparada no capital econômico e cultural imposto, definidor do mundo social (BOURDIEU, 1996, p.138). Os sujeitos, dessa forma, têm comportamentos diversos em diferentes domínios do conhecimento, uma vez que foi representado no valor da informação como insumo do desenvolvimento econômico e social, de forma explícita e implícita. Portanto, os canais de informação por eles utilizados são concorrentes ao agronegócio, objetivando o desejo de investigar as condições de produção no campo pelo viés econômico, cultural e social.

Nessa pesquisa, concluímos que foi possível observar a agroecologia, compreendida em enunciações, como uma noção altamente circulante e reconhecida não só nos textos, como também na dicotomia dos saberes práticos entre a academia e os afazeres cotidianos de cuidar e produzir a terra, consolidando a agroecologia, assim, como conceito. A noção circulante tende a consolidar o discurso agroecológico nascido do tensionamento entre agronegócio e agroecologia. O agronegócio é o outro discursivo, dominante e hegemônico. Ao considerarmos tais aspectos, este estudo aqui apresentado trouxe elementos em que o próprio objeto de estudo foi revelando-se e conformando-se em tensionamentos entre o agronegócio e a agroecologia em formulação de hipóteses à noção fundante.

Portanto, o nosso entendimento acerca do estudo que aqui finda projeta compreensões da necessidade de que termos circulantes em relação aos distintos movimentos sociais constituem-se em valiosas informações que desvelam relação de poder subjacentes na sociedade. Nesse sentido, compreendemos que a pesquisa consolida, em virtude de sua temática, aspectos epistemológicos concernentes a grupos tradicionalmente excluídos. No que tange aos aspectos metodológicos, nossa contribuição ocorreu em razão de que esse percurso vai possibilitar que outros estudos sobre termos circundantes possam ser desvelados em Análise de Conteúdo e Análise do Discurso e, assim, abastecer o caráter arqueológico da CI.

Conseqüentemente, nossa pesquisa será útil, a partir da utilização dessas metodologias, para a crítica e elaboração de vocabulário controlado (APÊNDICE C) para a escolha, hierarquização e padronização de termos, que funcionam como uma ferramenta integrada ao sistema de consulta, permitindo a realização de expansões nas buscas e minimizando a falta de retorno. Também merece destaque que estudos futuros, na CI, possam se debruçar em relação aos aspectos distintos da temática mencionada, considerando outras contribuições teóricas tanto em relação ao tema agroecologia quanto em relação ao MST. Por fim, outra contribuição importante dessa pesquisa é sobre o conhecimento das práticas agroecológicas desenvolvidas e pensadas pelo MST em formações discursivas, em que a

agroecologia apresentou-se como sintoma expresso do povo que luta discursivamente pela terra e que visou migrar do discurso periférico para a centralidade do discurso legítimo, acadêmico e científico. Essa tarefa está em aberto. Resta-nos pensar o quanto a informação e seus vestígios podem se constituir em elementos interpretativos das relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, 2012.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2010.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2018.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.

ARAÚJO, C. A. A. O que é ciência da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/15958/14205>. Acesso em: 14 dez. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramZero - Rev. Cin. Inf.**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-18, abr. 2008. Disponível em: http://eprints.rclis.org/17637/1/DataGramZero%20-%20Revista%20de%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Artigo%2001_Aldo.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2018.

BAUMGARTEN, Maíra. Ciência, tecnologia e desenvolvimento: estratégias sustentáveis. **Parc. Estrat.**, Brasília, DF, n. 26, p. 3-23, jun. 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185123/000665297.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

BOURDIEU, P.; PASSERON, L-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, p. 295-336, 2007. Disponível em: <https://cbd0282.files.wordpress.com/2013/02/bourdieu-pierre-a-economia-das-trocas-simb3b3licas.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.26, p.83-92, jun. 2006.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BORZONE, C. V.; ALMEIDA, R. A. Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-MS: gênero, território e resistência camponesa. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 28, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.15446%2Frcdg.v28n2.72946>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRANDÃO, G. S.; SANTOS, J. O.; BORGES, J. Comportamento infocomunicacional: um diagnóstico entre estudantes para a promoção de competências infocomunicacionais. **Inf. Inf., Londrina**, v. 25, n. 4, p. 670-696, out./dez. 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38563/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

CALDAR, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, Dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 ago. 2019.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, 10 nov. 2003.

CARMO, Ruleandson do; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual em periódicos Ibero-Americanos. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.30, n.1, p. 1-22, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43934/29689>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. B. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 jun. 2020.

DUBET, F. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

FERNANDES, B. M. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERNANDES, Geni Chaves. **O que é Ciência da Informação: identificação através de relações conceituais a partir de três visões.** Dissertação de Mestrado apresentada ao IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos. Ética, estratégia, poder-saber.** MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: a vontade de saber.** 21. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. v. 1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, L. S. Sentidos da história e história dos sentidos da ciência da informação: um esboço arqueológico. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - v. 2, n. 2, p. 1-18, 2003.** Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4085/3734>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FREITAS, L. S. **Na teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação.** 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-19072005-165907/publico/TeseLidiaFreitas.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. **Organização social e movimentos sociais rurais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 124 p. (Série ensino, aprendizagem e tecnologias). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180969>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GOHN, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. (Org.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017.

GUARESCHI, P. A. Essa gentalha infeliz: a representação social do MST segundo Mendelski. In: GUARESCHI, P. A. (Org.). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 199-231.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: __MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Boletim de Educação nº 13**. Alimentação Saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional, dezembro de 2015.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

GOMES, H. F. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JAKS, Nilda; GOLIN, Cida. **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

IANNI, O. Os 60 anos: reforma agrária e questão agrária no período populista. In: SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA VOLTADA PARA A AGRICULTURA, São Paulo, 1983. **Anais ... Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP) – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento**. São Paulo, p. 24-25, 1984.

KOLLING, E. J.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. S. MST e Educação. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/08/CALDART-Dicion%C3%A1rio-Campo-2012.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002, p. 36-51. Disponível em: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTELETO, R. M.. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno?. **Ci. Inf.**, v. 16 n. 2, p. 169-80, jul. /dez. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/260/260>. Acesso em: 10 maio 2019.

MATTOS, A. N. de. **Informação é prata, compreensão é ouro**: um guia para todos sobre como produzir e consumir informação na era da compreensão. Licença Creative Commons. 2010. Disponível em: <https://www.smashwords.com/books/view/281255> . Acesso em: 09 jun. 2019.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que governo pretende considerar oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista. **G1** – Brasília. 20/08/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/20/bolsonaro-diz-que-governo-pretende-considerar-oficialmente-o-hezbollah-como-grupo-terrorista.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Brique de Lemos, 1999.

MEDEIROS, C. **MST forma 44 engenheiros agrônomos comprometidos com a agroecologia**. [s. l.]: Site do MST, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/12/17/mst-forma-44-engenheiros-agronomos-comprometidos-com-a-”agroecologia”/>. Acesso em: 15 maio 2019.

MST. Programa de Reforma Agrária. **Cadernos de formação**. n. 23. São Paulo: MST, 1995.

Movimentosemterra. Instagram, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentosemterra/?hl=pt-br>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**. Porto Alegre: Tomo, 2001.

PRYSTHON, Cecília; SCHMIDT, Susana; SILVEIRA, Murilo. Engenharia produz, a sociedade utiliza. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 416-423, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2020.

RAUBER, M. Maior produtor de arroz orgânico da América Latina inicia colheita: os Sem Terra estimam colher mais de 12,4 mil toneladas na safra 2020/2021. **MST**. Disponível em:

<https://mst.org.br/2021/02/25/maior-produtor-de-arroz-organico-da-america-latina-inicia-colheita/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBREDO, J. Ciência da informação e filosofia: reflexões. **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--216.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

SARAGOSO, T. M. R.; MACHADO, L. G.; GARCIA, E. G. M.. **Agroecologia: uma ciência interdisciplinar**. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, v. 3, n. 1, 107-113, jan/jul. 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./ jun. 1996.

SANTOS, J. V. T. **Revoluções camponesas em América Latina**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1985.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9 ed. rev., atual. e ampl. Niterói: Impetus, 2012.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1984.

SILVA, C. E. L. **Comunicação, hegemonia e contrainformação**. São Paulo: Cortez, 1982.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

SOTO, W. H. G. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

TAUILE, J. R. Uma introdução à economia política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 89-108, 1981.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. São Paulo: Atlas, 1998.

TOURAINÉ, A. **Production de la société**. Paris : Du Seuil, c1973.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Bauru: Edusc, 1998.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma para compreender o mundo hoje**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VARGAS, M. L. F. Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola. **Cadernos de educação**, Pelotas, v. 18, n. 32, p. 105-122, jan./abr. 2009.

VANZ, S. A. S.; CAREGANATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul. /dez. 2003.

VANZ, S. A. S. **As redes de colaboração científica no Brasil: (2004-2006)**. 2009. 204 f. : il. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2009.

VITORINO, E. V.; DE LUCCA, D. M. (org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho: Eufro, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ZARREF, L. **Agroecologia e o MST: quando o MST surge e elabora suas primeiras definições, reconhecendo o campesinato como guardião das florestas, das sementes, das nascentes, dos rios e da fauna**. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 12 out. 2019.

WERSIG, Gernot ; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1975. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.232.5319&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão**. 5. ed. São Paulo: Cultura, 2003.

APÊNDICE A - PLANILHA DOCUMENTAL

Nome Gênero Título TCC Palavra-chave Espaço Assentamento Tipo de pesquisa

ANA CAROLINA GRABOWSKI	F	Análise da agrobiodiversidade e diversidade de sementes crioulas no projeto de assentamento Nova Estrela - RS	Assentamento; Agrobiodiversidade; Agricultura Familiar; Sementes Crioulas	Vacaria (RS)	Sim	Estudo de caso
ANDRE GUEZ DOS SANTOS	M	Impacto do monocultivo da soja transgênica na agricultura camponesa do assentamento Rondinha-Jóia, RS	Impactos; Soja transgênica; Agricultura camponesa; Resistência	Jóia (RS)	Sim	Estudo de caso
ANDRE SANDRO DICKEL DA SILVA	M	Limites e potencialidades da apicultura no Assentamento Fazenda Annoni e do Reassentamento Sagrisa município de Pontão RS	Apicultura; Criação de abelhas; Mel; Assentamento	Pontão (RS)	Sim	Estudo de caso
BRUNO DA SILVA RODRIGUES	M	Transição agroecológica e as necessidades dos camponeses: o caso do assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguçu-PR	Fator limitante; Agroecologia; Assentamento Celso Furtado	Quedas do Iguçu (PR)	Sim	Estudo de caso
BRUNO DOS SANTOS	M	O trabalho como elemento formativo nas escolas do campo: o caso do instituto educar	Educação no Campo; Trabalho; Práxis; Agroecologia	Pontão (RS)	Sim	Estudo de caso
DONIZETE ALVES	M	Recuperação de pastagens degradadas através da arborização: um estudo de caso no Assentamento Santa Maria, Copavi, Paranaity-PR	Atividade biológica; Compactação; Infiltração; Diversidade vegetal	Paranaity (PR)	Sim	Estudo de caso
DOUGLAS GRASSELLI	M	Contesto da cooperação nos Assentamentos da Annoni: como o modelo influencia nessas relações	Reprodução Social; Unidade Camponesa; Reforma Agrária; Cooperativas	Pontão (RS)	Sim	Estudo de caso
DOUGLAS KNOPF DE LIMA	M	Frutas nativas como alternativa de renda: guabioba (<i>campomanesia xanthocarpa</i>) na unidade de produção nossa senhora da conquista, Goioxim-PR	Atividade biológica; Compactação; Infiltração; Diversidade vegetal	Goioxim (PR)	Sim	Estudo de caso
EDIR BARROZO	M	AAPECOL e a experiência de produção de sementes agroecológicas e sua comercialização - Assentamento Conquista	Agroecologia; Produção de sementes;	Piratini (RS)	Sim	Estudo de caso
		da Liberdade- Piratini/RS	Assentamentos rurais; Estudo de caso			
ELIAS SANTOS DA SILVA	M	Transição agroecológica na unidade de produção camponesa: um estudo de caso no Assentamento Nova Esperança, Capão do Cipó-RS	Agroecologia; Agricultura sustentável; Agroecossistema; Família camponesa	Capão do Cipó (RS)	Sim	Estudo de caso
FELIPE OTEIRO E SILVA	M	Percepção dos assentados sobre a qualidade do solo: um estudo de caso no Assentamento Fazenda São Pedro - RS	Matéria orgânica; Densidade do solo; Textura do solo; Erosão; Organismos vivos do solo	Eldorado do Sul (RS)	Sim	Estudo de caso
GABRIEL BRIGUETI COIMBRA	M	Redesenho agroecológico em unidade de produção camponesa: o caso do Assentamento Silvio Rodrigues	Assentamento rural; Diagnóstico; Renda; Agroecologia	Alto Paraíso (GO)	Sim	Estudo de caso
GERRY MENDES CARPANINI	M	Função social da homeopatia popular na agricultura familiar camponesa	Agroecologia; Emancipação; Autonomia; Saber popular	Ouro Preto do Oeste no Estado (RO)	Não	Estudo de caso
GHAMBIM JOSE LUDWIG	M	Atributos físico-químicos de solos cultivados com videira sob manejo ecológico: um estudo de caso no assentamento nova estrela	Viticultura orgânica; Culturas de cobertura; Matéria orgânica; Estrutura do solo	Vacaria (RS)	Sim	Estudo de caso
GLEISSON SANTANA DE SOUZA	M	Análise de resiliência do Assentamento Margarida Alves – Nova União-RO	Agroecossistema; Indicadores; Resiliência; Dimensões	Nova União (RO)	Sim	Estudo de caso
INDIANARA DOS SANTOS MAIA	F	Produção e comercialização de alimentos orgânicos no Assentamento Valmir Mota - PR	MST; Agroecologia; Assentamento; Agricultura orgânica; Feira	Cascavel (PR)	Sim	Estudo de caso
JEFFERSON MACENA PEIXOTO	M	Os atingidos pelo projeto de irrigação tabuleiro de russas: o caso da comunidade lagoa dos cavalos	Lagoa dos Cavalos; Luta e Resistência; Perímetro Irrigado; Tabuleiro de	Russas (CE)	Não	Estudo de caso

Russas						
JEFFERSON TOMALAUQUE PEREIRA	M	Manejo do solo e sua influência na biocenose em sistema pr: um estudo de caso na área da cooperativa de produção Agropecuária Cascata LTDA	Revolução verde; Práticas de Manejo; Atividade Biocenótica; Solo	Pontão (RS)	Sim	Estudo de caso
JONAS PERES DA SILVA	M	Limites da criação de novilhas leiteiras em unidades de produção do Assentamento Oito de Abril	Cria e recria; Assentamentos; Novilhas; Bezerras	Jardim Alegre (PR)	Sim	Estudo de caso
JONATHAN GILNEI RODRIGUES DOS SANTOS	M	Feiras ecológicas e resistência camponesa: o caso das famílias do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS	Camponeses; Resistência; Feiras ecológicas; Assentamentos rurais	Viamão (RS)	Sim	Estudo de caso
KEILA DALEPIANE LAIANE APARECIDA DA SILVA	F	O autoconsumo como um provedor do protagonismo das mulheres na construção da agroecologia: um estudo de caso no Assentamento Novo Paraíso, PR	Mulher; Agroecologia; Gênero feminino; Autoconsumo	Boa Ventura de São Roque (PR)	Sim	Estudo de caso
	F	O uso de homeopatia e fitoterapia no controle de ectoparasitas no manejo sanitário de bovinos de leite	Bovinocultura leiteira; Isoterapia; Fitoterapia	Pontão (RS)	Sim	Estudo de caso
MARTIELO WEBERY ROSE	M	Estruturação socioeconômica e diversidade produtiva: estudo de caso da família Campos Empedramento de agricultoras através da coleta e beneficiamento de frutos do cerrado no Assentamento São Manoel, Anastácio - MS	Diversidade produtiva; Sistemas agrários; Pequena propriedade; Produção orgânica	Guaíba (RS)	Não	Estudo de caso
MAYARA WINIE DE LIMA BISSOLI	F		Empoderamento; Autonomia econômica; Mulheres agricultoras; Trabalho coletivo	Anastácio (MS)	Sim	Estudo de caso
NILSON EDUARDO RODRIGUES	M	O estudo da agroecologia na escola Joceli Corrêa e as possíveis contribuições ao Assentamento Rondinha - Jôia/RS	Assentamento; Educação agroecológica; Agrotóxicos; Qualidade de vida	Jôia (RS)	Sim	Estudo de caso
PATRICIA BALBINOTTI	F	A construção da agroecologia nas áreas de produção no pré-assentamento resistência camponesa no município de Cascavel - PR	Agroecologia; Pré-assentamento; Transição	Cascavel (PR)	Sim	Estudo de caso
agroecológica.						
PATRICIA GOMES DA SILVA	F	Resgate e conservação de sementes crioulas nos Assentamentos Juruá e Papuã I em Abelardo Luz SC.	Agricultura camponesa; Sementes Crioulas; Autonomia	Abelardo Luz (SC)	Sim	Estudo de caso
RAFAEL JUNIOR FIGUEROA	M	O uso dos agrotóxicos na produção de soja e seus impactos na saúde humana: um estudo de caso no Assentamento Cerro dos Munhoz -RS	Trabalhador rural; Dependência; Agroquímicos; Riscos; Exposições	Santana do Livramento (RS)	Sim	Estudo de caso
SARUE KARINA DO SANTO ISATON	M	Feira da reforma agrária no município de Passos Maia SC: alternativa de empoderamento para as mulheres camponesas	Mulheres camponesas; MST; Empoderamento; Feiras locais; Canais curtos de comercialização	Passos Maia (SC)	Sim	Estudo de caso
TATIANA WALÇAK LOPES	F	Manejo de pastagem em sistema de pastejo rotativo um estudo de caso no Assentamento Margarida Alves /RO	Pastoreio Racional	Nova União (RO)	Sim	Estudo de caso
VALTER OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR	M	Impactos do uso de agrotóxicos no cultivo intensivo de pepino: um estudo de caso no Assentamento São Paulo - SP	Voisin; Rotação; Manejo extensivo	São Paulo (SP)	Sim	Estudo de caso
VANDERSON DE OLIVEIRA	M	Turismo rural: as percepções e alternativas para o projeto caminhos da conquista no município de Abelardo Luz - SC	Agricultor; Subordinação; Agroquímicos; Riscos	São Paulo (SP)	Sim	Estudo de caso
VANESSA MARIA KUHN	F	Turismo no espaço rural; Assentamentos; Reforma agrária	Assentamento; INCRA; Extensão Rural; ATER/ATES	Abelardo Luz (SC)	Sim	Estudo de caso
VINICIUS BALBINOTTI	M	A importância da assessoria técnica: o caso do Assentamento Treze De Novembro De Abelardo Luz SC	Camponês, Autonomia; Produção de leite; Agroecologia	Boa Ventura de São Roque (PR)	Sim	Estudo de caso
WAGNER LUZ FERREIRA	M	Impacto da produção de leite sobre emancipação camponesa no Assentamento Novo Paraíso	Limites e potencialidades do uso de preparados homeopáticos para controle sanitário animal em uma unidade de produção camponesa: estudo de caso	Pontão (RS)	Sim	Estudo de caso

WILLASON COELHO SILVA	M	Campones frente ao avanço do agronegócio em torno do Assentamento Onalício Barros – Caseara - TO	Agricultura camponesa; Monocultura; Assentamento.	Caseara (TO)	Sim	Estudo de caso
JUNIOR CHAVES RODRIGUES	M	Mercados alternativos de alimentos agrícolas: uma análise das potencialidades e limites em CASCAVEL - PR	Mercados alternativos; Pesquisa de mercado; Aceitação de mercados alternativos	Cascavel (PR)	Não	Pesquisa de campo
JAQUELINE MENDES	F	Sistematização de conhecimentos locais na produção de mudas de erva-mate: a experiência do camponato Biturunense	Erva-mate; Resistência; Conhecimento local; Unidade de produção	Bituruna (PR)	Sim	Pesquisa de campo
MATHIAS CRISTOFF WEBER	M	a juventude do assentamento conquista na fronteira, em Dionísio Cerqueira-sc: as razões para sua migração	Exodo Rural; MST; Trabalho coletivo; Assentamento	Dionísio Cerqueira (SC)	Sim	Pesquisa de campo
MAFERSON AUGUSTO MANICA	M	Limites e desafios da cooperativa agropecuária e laticínios pontão (da Coperlat) em relação às famílias Assentadas na Fazenda Annoni	Assentamentos rurais; Cooperativismo; Agronegócio; Resistência.	Pontão (RS)	Sim	Pesquisa de campo
CLEITON SANTANA DE SOUZA	M	Perspectivas de fortalecimento da agricultura familiar a partir do sistema de cultivo do café clonal: o caso do RO-Assentamento Margarida Alves em Nova União	Agroecologia; Sistemas Agroflorestais; Cooperativa; Assentados; Renda	Nova União (RO)	Sim	Pesquisa de campo
MARCOS DIONE DOS REIS	M	Limites do sistema convencional de bovinocultura de corte e as condições que proporcionam a implantação do pastoreio racional VOISIN (PRV) em unidade de produção camponesa	Campones; Bovinocultura de corte; Sistema PRV; Assentamento MST	Eldorado do Sul (RS)	Sim	Pesquisa de campo
LUCAS ANTUNES DA SILVA	M	Estudo comparativo entre sistemas de manejo de pastagens: pastoreio racional voisin e convencional.	Pastagem; PRV; Pastoreio rotativo; Composição botânica	Nova Andradina (MS)	Não	Pesquisa de campo

APÊNDICE B - CORPUS DA PESQUISA

Lista dos trabalhos de conclusão - *corpus* da pesquisa

- 1) GRABOWSKI, Ana Carolina. **Análise da agrobiodiversidade e diversidade de sementes crioulas no projeto de Assentamento Nova Estrela – RS.** 59 f.:il. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 2) SANTOS, André Guêz dos. **Impacto do monocultivo da soja transgênica na agricultura camponesa do Assentamento Rondinha-Jóia, RS.** 87 f.: il. 2018. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 3) SILVA, André Sandro Dickel da. **Limites e potencialidades da apicultura no assentamento Fazenda Annoni e do reassentamento Sagraisa município de Pontão – RS.** 34 f. il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 4) RODRIGUES, Bruno da Silva. **Transição agroecológica e as necessidades dos camponeses: O caso do Assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu - PR.** 62 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 5) SANTOS, Bruno dos. **O trabalho como elemento formativo nas escolas do campo: o caso do Instituto Educar.** 76 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 6) SOUZA, Cleiton Santana de. **Perspectivas de fortalecimento da agricultura familiar a partir do sistema de cultivo do café clonal: o caso do assentamento Margarida Alves em Nova União – RO.** 64 f: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 7) ALVES, Donizete. **Recuperação de pastagens degradadas através da Arborização: um estudo de caso do assentamento Santa Maria, Copavi, Paranacity-PR.** 28f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 8) GRASSELLI, Douglas. **Contexto da cooperação nos assentamentos da annoni: como o modelo influencia nessas relações.** 57 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 9) LIMA, Douglas Knopf de. **Frutas nativas como meio alternativo de renda: Guabiroba (Campomanesia Xanthocarpa) na unidade de produção Nossa Senhora da Conquista, Goioxim**

– PR. 62 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

10) BARROZO, Edir. A APECOL e a experiência de produção de sementes agroecológicas e sua comercialização - assentamento Conquista da Liberdade - Piratini-RS. 50 f.:il.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

11) SILVA, Elias Santos da. Transição agroecológica na unidade de produção camponesa: um estudo de caso no assentamento Nova Esperança, município de Capão do Cipó-RS. 52 f.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

12) SILVA, Felipe Oteiro e. Percepção dos assentados sobre a qualidade do solo: um estudo de caso no assentamento fazenda São Pedro - RS. 30 f.:il. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

13) COIMBRA, Gabriel Brigueti. Redesenho agroecológico em unidade de produção camponesa: o caso do Assentamento Sílvio Rodrigues. 39 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

14) CARPANINI, Gerry Mendes. A função social da homeopatia popular na agricultura familiar camponesa. 51 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

15) LUDWIG, Ghambim José. Atributos físico-químicos de solos cultivados com videira sob manejo ecológico: um estudo de caso no Assentamento Nova Estrela. 48 f.:il. 2018.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

16) SOUZA, Gleisson Santana de. Análise de resiliência do Assentamento Margarida Alves – Nova União – RO. 43 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

17) MAIA, Indianara dos Santos. Produção e comercialização de alimentos orgânicos no Assentamento Valmir Mota – PR. 79 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

18) MENDES, Jaqueline. Sistematização de conhecimentos locais na produção de mudas de erva-mate: a experiência do campesinato biturunense. 74 f.: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

19) PEIXOTO, Jefferson Macena. Os atingidos pelo projeto de irrigação tabuleiro de russas: o caso da Comunidade Laguna dos Cavalos. 81 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

- 20) PEREIRA, Jefferson Tomalaque. Manejo de solo e sua influência na biocenose em sistema PRV: um estudo de caso na área de cooperativa de produção Agropecuária Cascata LTDA (COOPTAR). 45f.: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 21) SILVA, Jonas Peres da. Limites da criação de novilhas leiteiras em unidades de produção do Assentamento Oito de de Abril. 83 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 22) SANTOS, Jonathan Gilnei Rodrigues dos. Feiras ecológicas e resistência camponesa: o caso das famílias do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão-RS. 65 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 23) RODRIGUES, Junior Chaves. Mercados alternativos de alimentos agrícola: uma análise das potencialidades e limites em Cascavel – PR. 47 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 24) DALEPIANE, keila. A construção da agroecologia com o protagonismo das mulheres: um estudo de caso no Assentamento Novo Paraíso- PR. 71 f: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 25) SILVA, Laiane Aparecida da. Uso de homeopatia no controle de ectoparasita no manejo sanitário de bovinos de leite. 40f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 26) SILVA, Lucas Antunes da. Estudo comparativo entre sistemas de manejo de pastagens: pastoreio racional voisin e convencional. 59 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 27) MÂNICA, Maferson Augusto. Limites e desafios da cooperativa agropecuária e laticínios pontão LTDA - COPERLAT em relação às famílias Assentadas na Fazenda Annoni. 78 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 28) REIS, Marcos Dione dos. Limites do sistema convencional de bovinocultura de corte e as condições que proporcionam a implantação do pastoreio racional voisin (PRV) em unidade de produção camponesa/ Marcos Dione dos Reis.82 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 29) ROSO, Martiello Webery. Estruturação socioeconômica e diversidade produtiva: estudo de caso da Família Campos. 45 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

- 30) WEBER, Mathias Cristofp. A juventude do assentamento conquista na fronteira, em Dionisio Cerqueira-SC as razões para sua migração. 66 f.: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 31) BISSOLI, Mayara Winie de Lima. Empoderamento de agricultoras através da coleta e beneficiamento de frutos do Cerrado no Assentamento São Manoel, Anastácio-MS. 80 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 32) RODRIGUES, Nilson Eduardo. O estudo da agroecologia na escola Joceli Corrêa e suas contribuições para o assentamento Rondinha Jóia – RS. 43 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 33) BALBINOTTI, Patricia. A construção da agroecologia nas áreas do pré assentamento Resistência Camponesa no município de Cascavel estado do Paraná / Patricia Balbinotti. 61 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 34) SILVA, Patricia Gomes da. Regate e conservação de sementes criolas nos Assentamentos Jurua e Papuã I em Abelardo Luz – SC. 65 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 35) FIGUEROA, Rafael Junior. O uso de agrotóxicos nas lavouras de soja e seus impactos a saúde humana: um estudo de caso no Assentamento Cerro dos Munhoz. 54 f.: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 36) ISATON, Saruê Karina do Santo. Feira da reforma agrária no município de passos maia sc: alternativa de empoderamento para as mulheres camponesas / Saruê Karina do Santo Isaton. 67 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 37) LOPES, Tatiana Walçak. Sistema de pastejo rotativo em manejo de pastagem no Assentamento Margarida Alves Gleba 07: estudo de caso. 40 f.:il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 38) SILVA JUNIOR, Valter Oliveira da. Impactos do uso de agrotóxicos no cultivo intensivo de pepino: um estudo de caso no Assentamento São Paulo – SP. 66f.: il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 39) OLIVEIRA, Vanderson de. Turismo Rural: as percepções e alternativas para o projeto caminhos da conquista no município de Abelardo Luz – SC. 72 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

- 40) KUHN, Vanessa Maria. A importância da assessoria técnica: o caso do assentamento Treze de Novembro de Abelardo Luz-SC. 36 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 41) BALBINOTTI, Vinicius. Impacto da produção de leite sobre a autonomia camponesa no assentamento Novo Paraíso. 64 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 42) FERREIRA, Wagner Luz. Limites e potencialidades do uso de preparados homeopáticos para controle sanitário animal em uma unidade de produção camponesa: estudo de caso. 46 f. : il. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.
- 43) SILVA, Willason Coelho Camponeses frente ao avanço do agronegócio em torno do Assentamento Onalício Barros –Caseara - TO / Willason Coelho Silva. – 2018. 55 f. 2018. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, Erechim-RS, 2018.

APÊNDICE C - TERMOS CIRCUNDANTES

QUADRO 2 - TERMOS CIRCUNDANTES A NOÇÃO DE AGROECOLOGIA

ATORES SOCIAIS		
Ser humano	Comunidades	Agricultores
Homem	Sujeitos coletivos	Agricultores camponeses
Agricultor	Indígenas	Produtor rural
Camponês	Quilombolas	Pequenos agricultores
Família	Caboclos	Pequenos produtores
Técnicos	Assentados	Grandes fazendeiros
Agrônomos	Agricultores familiares	Latifundiários
Educandos	Famílias sem-terra	Grandes empresas
Jovens	Grupo de mulheres	Grupos sociais
Militantes	Famílias camponesas	Movimentos de resistência
Trabalhador familiar	Famílias trabalhadoras	MST
		Poder público
		EMBRAPA
AGROECOLOGIA		
Conservação e sustentabilidade	Produção agroecológica	Seleção natural
Sustentabilidade e responsabilidade social	Sustentabilidade	Variabilidade e diversidade
Transição do sistema convencional para o orgânico	Agricultura ecologicamente sustentável	Diversidade biológica
Resgate da harmonia com a natureza	Agricultura sustentável de base ecológica	Diversidade genética
Interação com a natureza	Agricultura sustentável	Diversidade de ecossistemas
Respeito ao meio ambiente	Produção sustentável	Diversidade de espécies
Diversidade produtiva	Mudanças no sistema produtivo	Diversidade silvestre
Diversidade cultural	Desenvolvimento local e sustentável	Variedades nativas
Produção diversificada	Sistema mútuo e produtivo	Culturas exóticas
Produção de alimentos ecológicos	Diversidade agrícola	Manutenção das sementes crioulas
Manejo agrícola, cultural e biológica	Diversificação da produção	Diversidade nos sistemas de produção
Produção camponesa	Agrobiodiversidade	Preservar e manter recursos genéticos
Unidade de produção camponesa	Biodiversidade	Sustentabilidade
Produção de alimentos	Heterogeneidade da natureza	Transição agroecológica
Diversidade de alimentos	Princípios ecológicos	Transição agroambiental
Conhecimento empírico	Agroecossistemas sustentáveis	Manejo de agroecossistemas sustentáveis
Autonomia ao agricultor	Agriculturas alternativas	Estratégias integradas de manejo de pragas, ervas daninhas, solos
Agricultura camponesa	Interagir com a natureza	Insumos alternativos ou orgânicos
Culturas camponesas	Respeitar o meio natural	Agroecologia uma matriz
Conhecimento cultural	Preservação permanente Mata nativa	
Alimentos diversificados	Ecossistemas naturais (bióticos e abióticos)	
Soberania alimentar	Relação produtiva formas de Coprodução entre o camponês e a natureza viva	
	Produzir e viver	
	Sobrevivência no campo	
	Resistência	

Alimentos saudáveis Alimentos sem veneno Produção diversificada para autoconsumo Atividade de consumo Consumo das famílias Subsistência Autoconsumo Autonomia Produção de subsistência Consumo dos camponeses Produção orgânica Agricultura orgânica Orgânicos Comercialização em feiras		tecnológica Matriz produtiva assumida pelo MST Desenvolvimento rural alternativo Construção da igualdade de Gêneros
TRABALHO COLETIVO		
Sujeitos coletivos Conhecimento popular práticas e saberes Relações interpessoais Espaços comunitários Atividades comunitárias Trabalho cooperado Trabalho coletivo Mutirões Parcerias Troca de serviços Produção cooperativada Cooperação Cooperativas Espaços de vivências Espaço pedagógico		Atividades produtivas Ancestralidade (de família) Conhecimento empírico Resgate da harmônica com a natureza Processo de cooperação coletiva Relações sociais e produtivas Vínculos e relações sociais Espaços comunitários Diversidade cultural Grupos e coletivos
AGRONEGÓCIO Produção agrícola e agropecuária		
Sistema capitalista e produtivista Sistema capitalista de produção Agricultura capitalista Resolução da fome Revolução Verde Modernização da agricultura Pacote tecnológico Agroquímicos Fertilizantes Agrotóxicos Sementes transgênicas Sementes geneticamente modificadas Patentes de sementes Monoculturas Monocultura da soja	Hegemonia Modelo hegemônico Padrão hegemônico Concentração fundiária Grandes latifúndios Latifundiários Grandes empresas Capital financeiro Conflitos Conflitos agrários Crise agroambiental	Agricultura convencional Monopolização do capital Agressivo ao meio ambiente Exploração dos recursos naturais Dependência de insumos Desaparecimento de espécies Insumos químicos e sintéticos Agroindustriais Exportação Produção agroexportadora Capital comercial e bancário Sistema capitalista Relações de dependência e marginalização Exploração dos camponeses

Manejo convencional Alta produtividade Contradições capitalistas Fins lucrativos Capital no campo		Exploração e expropriação Relação de poder Dominação Excludente Devastador
Modelo degradante da natureza Exploração dos recursos naturais Tensionamento e afloramento dos problemas ambientais Latifúndio improdutivo Relações de dependência e marginalização Impactos ambientais e econômicos Exploração do trabalho do homem e exploração da natureza Alta dependência de insumos químicos e da mecanização Acumulação primitiva do capital Beneficiários de políticas públicas governamentais		
RESISTÊNCIA		
<p> Espaço de resistência ativa dos camponeses, frente aos assédios cometidos pelo modelo de produção agrícola do capital. </p> <p> Assentamentos rurais como territórios da resistência camponesa – resistência contra expropriação e de exploração. </p> <p> Se organizam e se relacionam com a natureza e a comunidade, em busca da sua sobrevivência e a resistência no meio rural ante a invasão do agronegócio. </p> <p> Organização social permite a recriação do campesinato, como negação do sistema capitalista. </p> <p> Agroecossistemas produtivos, saudáveis e sustentáveis, os ecossistemas naturais. </p> <p> Processo produtivo das unidades de produção camponesas Transição de uma agricultura convencional Transição agroecológica Transição agroambiental - processo de conversão ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis </p> <p> Matriz produtiva assumida pelo MST, que é produzir alimentos saudáveis de qualidade Processo de cooperação coletiva Protagonismo sujeitos coletivos Alimentos saudáveis – sem veneno Produção de subsistência Produção para o autoconsumo Luta por autonomia – luta política Resistência dos camponeses Resistência do camponês no campo Organização e resistência Os camponeses têm diversas formas de organização, como as cooperativas, grupos e coletivos e isso os auxilia na busca pela resistência. </p> <p> Considerando a resistência frente ao avanço do agronegócio no campo, produzindo a diversidade de alimentos. </p>		